UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA

ANA GABRIELA MOREIRA PUDENZI

**Protagonismo feminino e consciência política: uma análise do papel da
economia solidária na ação política da União Popular de Mulheres de Campo
Limpo e Adjacências**

SÃO PAULO
2015

ANA GABRIELA MOREIRA PUDENZI

Protagonismo feminino e consciência política: uma análise do papel da economia solidária na ação política da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 21 de novembro de 2014. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de Concentração:
Mudança Social e Participação Política

Orientador:
Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva

São Paulo
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Pudenzi, Ana Gabriela Moreira

Protagonismo feminino e consciência política : uma análise do papel da economia solidária na ação política da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências / Ana Gabriela Moreira Pudenzi ; orientador, Alessandro Soares da Silva. – São Paulo, 2015
185 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão corrigida

1. Mulheres – São Paulo (SP). 2. Feminismo – Campo Limpo (SP). 3. Participação política. 4. Economia solidária. 5. Psicologia política. I. Silva, Alessandro Soares da, orient. II. Título.

CDD 22.ed. – 305.4098161

PUDENZI, Ana Gabriela Moreira.

Protagonismo feminino e consciência política: uma análise do papel da economia solidária na ação política da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva

Aprovada em: 21 de novembro de 2014.

Banca examinadora:

Sylvia Leser de Mello
Universidade de São Paulo

Marcia Prezotti Palassi
Universidade Federal do Espírito Santo

Alessandro Soares da Silva (orientador)
Universidade de São Paulo

Deusas do cotidiano

O nome dessas mulheres não sei, não lembro e nem preciso saber. São nomes comuns em meio a tantos outros espalhados por esse chão duro chamado Brasil.

Mas a maioria delas conheço bem, são donas de um mesmo destino: as miseráveis que roubam remédios para aliviar as angústias dos filhos. É quando a pobreza não é dor, é angústia também. São as ladras de Victor Hugo.

Donas da insustentável leveza do ser, as infantes guerreiras enfrentam a lei da gravidade.

Permanecem de pé ante aos dragões comedores de sonhos que escondem na gravidade da lei.

Das trincheiras do ninho enfrentam moinhos de mós afiadas para protegerem a pança dos pequeninos. São as Quixotes de Miguel de Cervantes.

Místicas, não raro, estão sempre nuas em sentimentos.

Quando precisam, cruas, esmolam com o corpo, e se postam à espera do punhal do prazer que cravam no seu ventre. É quando o prazer humilha. São as habitantes do inferno de Dante.

Rainhas de castelos de madeiras, sustentam os filhos como príncipes, e os protegem da fome, do frio, e da vida dura e cruel que insiste em bater na porta das mulheres de panela vazia. Quanto aos reis, também são os mesmos: os covardes dos vinhos da ira.

Mágicas, esses anjos se transformam em rochas, quando a vida pede grão de areia. Em flores quando rastejam, em espinhos quando protegem.

Essas mulheres são aquelas que limpam tapetes, mas não admitem serem pisadas.

São Presidentas. Riscam papéis, limpam máquinas e consertam crianças que nascem com o sonho quebrado.

São domésticas, mas não admitem serem domesticadas.

E riem quando suam sob lágrimas e sangram o perfume da violeta impune estampada no rosto, que de rosa, não tem nada.

Sim, são as deusas do dia a dia.

Sérgio Vaz, "Literatura, Pão e Poesia", 2011.

*À minha mãe Vera, que com seu
trabalho de cuidados, com meu filho e
com minha casa, possibilitou a escrita
desse trabalho. Mais do que apenas
fazer, põe amor em tudo aquilo em
que toca.*

*E, em nome dela, às mulheres cujos
trabalhos domésticos e de cuidados
sustentam a existência e a
transformação desse mundo.*

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a todas as mulheres que participaram da bonita construção da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências. Pelo empenho na luta pela vida das mulheres, pela contribuição no avanço das transformações de nossas relações. A todas as pessoas da UPM, por me permitirem vivenciar essa experiência e me ensinarem os caminhos sinuosos das ações de um movimento popular. Por darem alimento à esperança de que as mudanças que almejamos são possíveis e estão acontecendo. Um especial agradecimento às trabalhadoras, trabalhadores e participantes do NCI Vida Ativa, por me receberem de forma tão calorosa e por confiarem no potencial do nosso trabalho coletivo. Um agradecimento especial às pessoas que gentilmente me concederam as entrevistas para esse trabalho: Neide, Mara, Rafael, Ana Vitória, Inês e Marineide.

Ao Sig, por tantas razões que quase não cabem aqui. Pela incansável – e admirável – dedicação em ser um leitor fiel e crítico desta dissertação que, tenho certeza, não seria a mesma sem tua contribuição. Por seu desejo de me ver sendo capaz de transpor para o papel todas as inquietações e reflexões de práticas que consideramos, juntos, revolucionárias. Por não só ler, mas se permitir ser tocado por indagações feministas que de certa forma nos transformaram também como casal, traduzidas no nosso caminhar cotidiano como companheiros um do outro, no compartilhar da vida que não é só produtiva mas que se caracteriza pelo espaço de convívio, por nosso amor. Pelo cuidado tão carinhoso e atencioso com nosso filho em momentos de minha ausência, o que também foi essencial no apoio à produção deste trabalho.

Ao meu orientador, Alessandro Soares da Silva, por me acolher com sensibilidade, crítica e, acima de tudo, com o calor humano que lhe é característico. A espontaneidade de nossos encontros foi certamente crucial para que eu conseguisse desenvolver este trabalho.

Aos meus amores: meus pais, Orlando e Vera, pelo apoio material e psicológico que simplesmente não encontra limites.

Aos meus irmãos: Lu, Carol e Dudu, por me servirem de fonte de conhecimento e experiência. Vocês fazem parte dessa construção porque ela não começa no momento de aprovação na seleção do mestrado. Ela começou na minha infância e adolescência, quando vocês, junto com nossos pais, me ensinaram as relações baseadas na igualdade. A vocês devo parte de minha formação política.

Agradeço a você, Lu, que como irmã mais velha tanto me incentivou em minha formação profissional, quando eu não acreditava tanto no meu potencial criativo e intelectual (e obrigada pelo resumo em inglês e pela revisão!). E ao meu cunhado-irmão Nicolás, que endossou esse estímulo desde sempre e que tão pacientemente me ensinava sobre política. Agradeço à Carol pela ajuda fundamental no momento do depósito da dissertação, quando eu já morava em Brasília; ao Dudu e Raquel pela compreensão quando vieram me visitar e eu não podia dar toda a atenção a vocês.

Aos companheiros de caminhada da ITCP-USP, minha eterna gratidão. Pelo compartilhar da experiência autogestionária que é cheia de conflitos, mas extremamente transformadora. Agradeço especialmente à Sylvia Leser, pelos ensinamentos cotidianos na incubadora e pelas contribuições importantes na participação em minha banca de qualificação e de defesa final.

Aos colegas do Grupo de Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo (GEPSIPOLIM) e do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da EACH-USP, pelos diálogos e pela aprendizagem mútua. Em especial, aos amigos com quem dividi a orientação: Fábio Ortolano, Elvira Hernandez e Rogério Ferro, pelo companheirismo em todos os momentos.

Aos amigos que fiz no CRAS São João, em Mauá, pela ajuda na cobertura de minhas ausências no trabalho por conta das aulas do mestrado. Pelas frustrações compartilhadas e ressignificadas nos sorrisos e na amizade coletiva.

À minha família brasileira, onde encontrei a certeza de que as dores desse processo teriam fim. Pela compreensão nos momentos difíceis. Às mulheres dessa família Moreira: me sinto presenteada por vocês fazerem parte da minha vida e, agora, do meu cotidiano. Enxergo em vocês exemplos de pessoas que combinam espírito guerreiro com um coração cheio de amor para distribuir. Aprendi e continuo aprendendo sempre com vocês.

Quero dizer obrigada aos meus sogros, Mônica e Luiz, pela compreensão e apoio que deram à escrita desta dissertação, ainda que à distância; e pelo carinho e cuidado com meu filho.

À Marcela Peixoto e Daniela Rueda. Obrigada pela compreensão nos momentos finais da escrita desse mestrado, mas principalmente pelos ensinamentos de vida, de espírito. A afinidade e empatia que encontramos tão rapidamente se fizeram tão intensas e prazerosas. À Marcela agradeço especialmente pela contribuição com o resumo em espanhol.

Ao meu filho Bernardo, que ainda pequeno se mostrou tão respeitador do meu tempo para desenvolver esta pesquisa. Que você se encontre com o mundo de forma cada vez mais bonita, e que suas relações com as mulheres e homens sejam sempre baseadas no respeito e na igualdade.

Resumo

PUDENZI, Ana Gabriela Moreira. **Protagonismo feminino e consciência política:** uma análise do papel da economia solidária na ação política da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências. 2015. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

As diversas formas de ação coletiva promovidas pelas mulheres ao longo da história têm sido capazes de oferecer respostas concretas para a superação de sua condição de subordinação dentro da sociedade. Nesse ínterim, o trabalho remunerado e a participação política têm se constituído enquanto processos que contribuem para a construção de sua autonomia econômica, política e social. Este trabalho buscou pesquisar um movimento popular organizado por mulheres que surgiu na década de 1970, na periferia sul da cidade de São Paulo, a União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências (UPM). Por meio de seis entrevistas realizadas com pessoas atuantes no período de fundação da entidade e de pessoas que trabalham nela atualmente foi possível desenhar a trajetória histórica dessa organização, e construir reflexões observando os diferentes papéis dos sujeitos envolvidos, bem como a peculiaridade de cada período histórico. Com a análise da consciência política das atrizes e atores envolvidos na UPM, na perspectiva da Psicologia Política, buscamos nos debruçar sobre as construções e desconstruções desse coletivo acerca do protagonismo feminino e do desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, na perspectiva da economia feminista e da economia solidária, e entender os limites e potencialidades das práticas da UPM para a transformação social da realidade em que vivem.

Palavras-chave: Mulheres. Participação política. Economia Solidária.

Abstract

PUDENZI, Ana Gabriela Moreira. **Women's protagonist role and political consciousness: an analysis of the role of solidarity economy in the political action of the União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências**. 2015. 185 f. Dissertation (Master's degree) – School of Arts, Science and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2014.

The many varieties of collective action promoted by women in the course of history have been able to provide concrete responses for overcoming their subordinated condition in society. In this process, paid work and political participation are factors that contributed to the consolidation of their economic, political and social autonomy. The present study investigates the *União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências* – UPM (Popular Union of Women of Campo Limpo and Surrounding Neighborhoods), a social movement created by women in the 1970's decade in the poor outskirts of São Paulo, in Brazil. Through the analysis of six interviews with former and present members of the entity, this study traces the historical trajectory of this organization and elaborates reflections about the specific roles of each subject and about the particularity of its different phases. Through the study of UPM members political consciousness under the perspective of Political Psychology, this study aims to investigate their constructions and deconstructions regarding feminine protagonism and the development of a more fair and equalitarian society within the horizons of feminist and solidarity economy and, furthermore, to understand the potentialities and limits of UPM's actions and practices for social change.

Key words: Women. Political participation. Solidarity economy.

Resumen

PUDENZI, Ana Gabriela Moreira. **Protagonismo femenino e concienciación política**: un análisis del papel de la economía solidaria em la acción política de la União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências. 2015. 185 f. Tesis (Mestrado em Ciências) – Escuela de Artes, Ciencias y Humanidades de la Universidad de São Paulo, São Paulo, 2014.

Las diferentes formas de acción colectiva promocionadas por las mujeres a lo largo de la historia han sido capaces de ofrecer respuestas concretas para la superación de su condición de subordinación en la sociedad. En ese recorrido, el trabajo remunerado y la participación se han constituido como procesos que contribuyeron para la construcción de su autonomía económica, política y social. El presente trabajo tuvo por objetivo investigar un movimiento popular organizado por mujeres, que surgió en la década de 1970 en la periferia sur de la ciudad de Sao Paulo, la Unión Popular de Mujeres del Campo Limpo y Entorno (UPM). Por medio de entrevistas realizadas a personas que participaron de la creación del colectivo y de las que trabajan en el mismo actualmente, fue posible diseñar una trayectoria histórica de esa organización, y construir reflexiones a través de la observación de los distintos roles de los sujetos involucrados, así como las particularidades de cada período histórico. Con el análisis de la concienciación política de los sujetos involucrados en la UPM, a través del enfoque de la Psicología Política, buscamos volcarnos en las construcciones y desconstrucciones de ese colectivo con relación al protagonismo femenino y al desarrollo de una sociedad más justa e igualitaria, con foco en la economía feminista y en la economía solidaria, además de entender los límites y la potencialidades de las prácticas de la UPM para la transformación social de la realidad en la que viven.

Palabras-clave: Mujeres. Participación política. Economía Solidaria.

PRINCIPAIS SIGLAS E ABREVIATURAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

Camde – Campanha da Mulher pela Democracia

CDCM – Centro de Defesa e Convivência da Mulher

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

EES – Empreendimentos Econômicos Solidários

FBPF – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

ITCP-USP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo

MAF – Movimento da Arregimentação Feminina

MCV – Movimento do Custo de Vida

MLC – Movimento de Luta por Creche

MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NCI – Núcleo de Convivência de Idosos

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PT – Partido dos Trabalhadores

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SOF – Serviço de Orientação da Família

UBM – União Brasileira de Mulheres

UBS – Unidade Básica de Saúde

UPM – União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências

VAI – Programa para Valorização de Iniciativas Culturais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Algumas das mulheres da UPM em 2012	p. 64
Figura 2 – Esquema do Modelo de Consciência Política	p. 79
Figura 3 – Notícia da fundação da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências	p. 96
Figura 4 – Folder de divulgação da V Feira Sociocultural do Jd. Maria Sampaio	p. 114
Figura 5 – Fachada do Banco Comunitário União Sampaio, na edícula da sede da UPM	p. 119
Figura 6 – Moeda social Sampaio e Edmilson (caixa do banco) num açougue do bairro	p. 119
Figura 7 – Primeiro logo da Agência Popular de Cultura Solano Trindade e o logo atual	p. 129
Figura 8 – “As Guerreiras da luta diária da mulher Aline Maria, Gisele Pinheiro e Estefanie Silva estão em Belo Horizonte compartilhando os desafios e conquistas coletivas da União Popular de Mulheres na periferia da Zona Sul de São Paulo”	p. 130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Proporção de mulheres e homens nos diferentes formatos coletivos	p. 32
Tabela 2 – Número total de mulheres nos diferentes formatos coletivos	p. 32
Tabela 3 – Divisão do trabalho de cuidados com os filhos das mulheres participantes de EES	p. 33
Tabela 4 – Perfil das entrevistadas e do entrevistado da primeira e segunda geração	p. 66
Tabela 5 – Roteiro de entrevistas semi-estruturadas	p. 71

	Introdução	15
1	A mulher no capitalismo	21
1.1	Mulher e economia: o trabalho feminino	22
1.2	O contexto brasileiro e o fenômeno de <i>feminização da pobreza</i>	26
1.3	Busca por alternativas	28
1.4	Participação política das mulheres no Brasil	37
1.5	Os Clubes de Mães e o Movimento do Custo de Vida	43
1.6	A articulação dos Clubes de Mães com outras organizações de mulheres	49
1.7	As mulheres em movimento no contexto de institucionalização dos movimentos sociais	52
2	Pesquisando um movimento popular	56
2.1	Motivações para a realização da pesquisa	56
2.2	A materialidade do processo de pesquisa	62
2.3	Caracterização do objeto de pesquisa e definição das técnicas a serem utilizadas	67
2.4	Utilizando uma abordagem psicopolítica	73
2.5	Modelo Analítico de Estudos da Consciência Política	77
3	A história da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências	85
3.1	Nasce o movimento popular	86
3.2	Nasce a UPM: um lugar de luta, de resistência e de conquistas	94
3.3	Interlúdio – primeiros projetos com o poder público e desmobilização da militância fundadora	105
3.4	Novas ações: a apropriação da pauta da economia solidária	111
4	Luta, resistência e reconhecimento: uma análise da consciência política das lideranças da UPM	134
4.1	Breve análise sobre os diferentes sentidos das consciências políticas da primeira e da segunda geração	134
4.2	Autonomia feminina, a relação com o movimento feminista e a relação interna entre mulheres e homens	140
4.3	Relação com o processo de institucionalização dos movimentos sociais	152
	Considerações Finais	168
	Referências	175

Introdução

As mulheres vêm sendo historicamente subjugadas a uma lógica de dominação-exploração dentro da sociedade, característica esta que imprimiu novas feições à desigualdade entre os sexos no período de estabelecimento da ordem capitalista. Entre outras problemáticas, as mulheres têm maior dificuldade de acesso ao mundo do trabalho, menor remuneração e menor representatividade no poder público. Essa conjuntura se agrava ainda mais para as mulheres afrodescendentes, que se encontram em maior número na população de baixa renda, esfera na qual se constituem como principais chefes de família.

Um dos fatores que implicam na dificuldade de acesso das mulheres aos empregos formais é sua função dentro do lar, pois os trabalhos domésticos e de cuidados são ainda executados predominantemente por elas. A falta de escolas públicas nas quais possam deixar os filhos, a responsabilidade de cozinhar para a família, de arrumar e limpar a casa, os cuidados com pessoas idosas e enfermas são elementos determinantes para essas mulheres, que têm de conciliar tais tarefas com a vida profissional para garantir o sustento de seus familiares. Como afirma Cristina Carrasco (2003a, p. 37),

as mulheres desenvolvem majoritariamente suas atividades em um tempo (invisível e não reconhecido) que – embora organizado, em parte, da perspectiva da produção mercantil – não é governado por critérios de mercado, enquanto os homens, livres de obrigações relacionadas com o cuidado da vida, podem colocar seu tempo (visível e valorizado) à disposição das necessidades da empresa.

Além disso, quando inseridas no mercado de trabalho, as mulheres cumprem funções que guardam características semelhantes às do trabalho executado no ambiente doméstico, sendo essas as de menor prestígio, menor remuneração e menor valorização social.

A esse fenômeno convencionou-se chamar de *feminização da pobreza*, uma vez que ele não é um resultado natural, mas determinado por variáveis culturais, políticas e econômicas. A vida dessas mulheres, especialmente das mulheres negras e de baixa renda, é caracterizada por uma árdua luta pela própria sobrevivência e de sua família, onde a realização pessoal fica inteiramente relegada

a segundo plano.

Porém, elas não assistem apáticas a esse cenário. Há muito tempo, e no Brasil de forma mais crescente no último século, as mulheres vêm se organizando e pautando mudanças nessa conjuntura. O movimento sufragista feminino foi o primeiro a ganhar notoriedade, mas diversos outros movimentos ocorreram antes, durante e após essa mobilização. É claro que as ações coletivas e organizações encabeçadas por mulheres têm particularidades não apenas internas mas também em termos de propostas do movimento que têm origem nas diferenças entre classes, níveis educacionais, etnias etc. Assistimos, ao longo do último século, ao crescimento de ações coletivas femininas e feministas pela luta contra a desigualdade entre os sexos, mas muitas delas propondo também mudanças na estrutura econômica e política da sociedade. Parece-nos relevante, então, salientar que as mulheres têm sido protagonistas na luta por transformações sociais que fogem à lógica capitalista da competitividade, do individualismo, da dominação-exploração, da maximização do lucro, da desigualdade social e da desvalorização do trabalho doméstico e de cuidados.

Nesse sentido, a linha teórica da economia feminista apresentada nesse trabalho traz uma importante contribuição para a construção de conhecimentos e práticas que tenham como foco a produção da vida. A economia feminista critica as teorias econômicas clássicas e coloca em questão a carência de reflexão sobre as formas como as sociedades propõem-se a suprir as necessidades de subsistência de seus membros, como “se organizam em torno dessa função primária e fundamental da qual depende a própria vida humana” (CARRASCO, 2003a, p. 12).

Outra perspectiva que caminha nesse sentido são as ações da economia solidária, que despontaram no Brasil especialmente nos anos 1980-1990. São experiências associativas baseadas na autogestão, isto é, na prática da tomada de decisão de forma democrática. São representadas especialmente pelos empreendimentos econômicos solidários (EESs), mas também configuram-se como bancos comunitários, feiras solidárias, clubes de trocas, redes, cadeias produtivas, entre outras. Além disso, carregam consigo outras demandas, como a produção agroecológica, a soberania alimentar e nutricional, a igualdade entre os sexos, a comercialização justa e solidária. A economia solidária propõe outra forma de

organizar a produção e de prestar serviços, pautada não pelo acúmulo de capital, mas por relações econômicas mais igualitárias e visando o fortalecimento de vínculos comunitários.

A economia solidária surge em meio à crise de desemprego e reestruturação produtiva dos anos 1990, e suas práticas encontram solo fértil na forte organização dos movimentos sociais deste período, especialmente após o fim da ditadura, e passam a se inserir nas ações de diversos deles.

Entendemos que ambas as concepções, a da economia feminista e a da economia solidária, podem contribuir para a emancipação da mulher e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Desse modo, nos propusemos a estudar neste trabalho a associação 'União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências' (UPM), localizada na periferia da zona sul da cidade de São Paulo, no distrito de Campo Limpo. Trata-se de uma organização originada a partir de um movimento popular da década de 1960-1970, que tinha como protagonistas as mulheres dessa região.

Em meio ao desencadeamento das lutas pela emancipação feminina, características desse período, essas mulheres buscaram se organizar para reivindicar o direito à educação, à saúde, à moradia, entre outros. As mobilizações de mulheres de baixa renda usualmente estão ligadas a demandas que visem sanar as dificuldades encontradas no seu dia a dia, e a resistência que travam em seu cotidiano traduz-se muitas vezes num engajamento em reivindicações travadas com o Estado em busca de políticas públicas que atendam às suas necessidades.

Esse movimento popular surgiu a partir da articulação de Clubes de Mães, núcleos de mulheres que se organizavam para debater a condição feminina e realizar mobilizações pela melhoria da qualidade de vida da população de maneira geral, tendo desembocado no Movimento do Custo de Vida (ou Movimento contra a Carestia).

Formalizada juridicamente em 1987, essas pessoas vêm compondo uma luta pela emancipação da mulher e contra as desigualdades sociais. E, como todo movimento social, foram muitas as mudanças ocorridas durante tantos anos de atuação, que guardam conexões com o processo de institucionalização dos movimentos sociais, com a evolução das políticas sociais, com o aumento do aporte

financeiro a essas iniciativas. Conquistas oriundas de suas próprias reivindicações obrigam diversos movimentos sociais a se atualizar e perceber novos formatos na estrutura de dominação-exploração a que essas classes se veem submetidas.

Essa organização tem também desenvolvido diversos projetos sociais em parceria com o Estado. Foi a partir de um projeto executado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP) que a associação implantou um banco comunitário e passou a adotar a economia solidária como bandeira.

Desse modo, nos propusemos a fazer uma análise da consciência política dos agentes envolvidos na atuação da UPM a partir da perspectiva da Psicologia Política, e por meio dela refletimos sobre as mudanças ocorridas nessa organização, sobre o modo como as bandeiras e atividades anteriores se articulam com a realidade atual de luta política da associação e em que medida trazem avanços na perspectiva da economia feminista e da economia solidária. Para tal, fizemos uso do Modelo Analítico de Estudos da Consciência Política proposto por Salvador Sandoval (2001). Para construir essas reflexões se fez necessário: revisar a história de lutas das mulheres; construir a trajetória da UPM observando os diferentes papéis dos sujeitos envolvidos, bem como a peculiaridade de cada período histórico; refletir sobre o papel da UPM no processo de conscientização política dessas mulheres; entender os limites e potencialidades das práticas da UPM para as transformações a que nos referimos anteriormente.

A Psicologia Política nos permite produzir conhecimento acerca da realidade de uma perspectiva interdisciplinar. No caso deste estudo, a linha teórica de análise da consciência política nos deu base para compreender algumas das variáveis que se situam entre as recentes mudanças das estruturas políticas, sociais, culturais e econômicas ocorridas no Brasil e o desenvolvimento das ações da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências. Esperamos que esta pesquisa colabore para o aprofundamento do campo e da Psicologia Política.

Utilizamos neste trabalho o conceito de consciência política proposta por Sandoval, que a define como a “inter-relação entre as dimensões psicossociais dos significados e informações que permitem aos indivíduos decidir como agir em contextos políticos e situações específicas” (Sandoval, 2001, p. 185).

Silva (2006, p. 500), partindo da visão de Sandoval mas incorporando novas reflexões acerca de seu entendimento sobre consciência política, afirma que “a consciência política refere-se à politização do sujeito, às ações politizadas do sujeito e, em última análise, ao desenvolvimento consciente do seu caráter político”.

Soraia Ansara (2005) também utilizou o modelo de Sandoval que é composto por sete dimensões, e afirma que essas dimensões “estão diretamente vinculadas à história social e cultural, às experiências da vida cotidiana e à interação das pessoas com atores políticos e organizações e às influências das instituições políticas, agentes e eventos mais amplos”.

No primeiro capítulo, discorremos sobre o contexto socioeconômico da mulher ao longo da história do último século, dando especial ênfase ao trabalho e à participação política das mulheres como um caminho traçado em busca de sua emancipação. Nesse sentido, a economia solidária e a economia feminista ganham especial importância. Desenhamos também a história das ações coletivas das mulheres no Brasil, onde se inscreve a experiência particular da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências.

No segundo capítulo fazemos uma explanação teórico-metodológica do nosso trabalho na perspectiva da Psicologia Política, explicitando o Modelo Analítico de Estudos da Consciência Política de Sandoval. Apresentamos o percurso metodológico que seguimos para coletar informações e proceder à análise dos resultados. Além disso, nos pareceu relevante esclarecer a relação próxima que a pesquisadora estabeleceu com a associação e com vários de seus membros, como parceira na implantação do banco comunitário e também como trabalhadora direta em algumas de suas atividades.

O terceiro capítulo é dedicado à caracterização e contextualização da associação estudada, de modo que se possa entender seu histórico de formação e suas principais linhas de ação. Esse desenho de sua história foi feito a partir das entrevistas realizadas e da observação participante, além de pesquisa documental sobre tal histórico.

No quarto capítulo faz-se uma análise psicopolítica do desenvolvimento das ações da UPM ao longo dos anos, por meio do modelo de Sandoval. Essa análise nos possibilita apresentar algumas considerações sobre as relações entre as

consciências políticas desses atores e as transformações das atividades e atuações dessa organização, e também frente ao contexto externo de lutas dos movimentos sociais.

1. A mulher no capitalismo

O papel atribuído à mulher e ao homem em nossa sociedade é produto histórico e cultural da mesma, de seus valores e costumes, e mantém correlação com a estrutura e forma de organização social, econômica e política. Nas sociedades ocidentais, mantém-se vigente por séculos uma estrutura social que confere ao sexo feminino uma condição social subordinada ao sexo masculino. É nesse contexto que se inscreve nossa análise.

O primeiro termo utilizado por teóricas(os) para qualificar a estrutura social de dominação-exploração das mulheres por parte dos homens foi *patriarcado*¹, a partir da década de 1960.

La noción de patriarcado es elaborada originalmente por el feminismo radical para definir un sistema universal y transhistórico de estructuras políticas, económicas, ideológicas y psicológicas a través de las cuales los hombres subordinan a las mujeres (CARRASCO, 2003b, p. 25).

Entre os valores e concepções inerentes a essa estrutura social reside a ideia de que a subordinação da mulher frente ao homem é universal na medida em que está intrinsecamente relacionada à sua condição biológica, ainda que se expresse com determinadas particularidades de acordo com a época e o lugar. A função reprodutiva da mulher, neste caso, tem importância central para o entendimento desta subordinação e de suas decorrências.

Mas o conceito de patriarcado é polissêmico e apresenta, além desta, outras acepções:

A veces se refiere a los mecanismos a través de los cuales los hombres controlan la sexualidad y fecundidad de las mujeres y la organización de la reproducción humana. A veces se refiere a relaciones sociales más difusas entre hombres los que contribuyen a la subordinación económica de las mujeres. A veces sobrevive como una aspiración cultural entre los hombres, e incluso entre las mujeres, a los cuales el racismo o la clase han negado un lugar en el desarrollo económico (CARRASCO, 2003, p. 27).

Mais tarde, a partir de meados da década de 1970, algumas(os) teóricas(os) feministas introduzem o conceito *gênero* como categoria analítica. Os novos estudos

1

O termo *patriarcado* foi originalmente cunhado por Max Weber para designar sociedades em que imperava o poder do patriarca.

colaboram para aprofundar a compreensão dos significados dessa estrutura social de poder, bem como para desnaturalizá-la, estabelecendo a categoria 'gênero' como construção *social* do fator biológico 'sexo'.

Nesse esquema de dominação social que perdurou por um longo período e tem reflexos até os dias de hoje, o valor atribuído às atividades desempenhadas pelos homens é superior ao valor atribuído às atividades desempenhadas pelas mulheres, sendo estas últimas limitadas especialmente ao âmbito doméstico. As mulheres viviam sob a tutela de um indivíduo do sexo masculino, papel representado ora pelo pai, ora pelo marido. Este padrão legitimava um controle, inclusive, sobre o corpo, a sexualidade e a autonomia das mulheres.

Uma decorrência deste modelo patriarcal foi a ausência das mulheres na esfera pública e, conseqüentemente, nos processos de tomada de decisão acerca da sociedade. Se elas não tinham autonomia dentro do espaço doméstico, tampouco tinham voz ativa para, no âmbito público, onde se concebe o ordenamento social, promover mudanças nessa situação, já que eram impedidas de participar da vida pública, fazendo com que seus problemas também fossem mantidos no mesmo plano, conseqüência esta que nos parece relevante para discutir neste trabalho.

Analisaremos, neste capítulo, de que forma essa situação se transformou paralelamente à dinamização da ordem econômica, à medida que a mulher se inseria na esfera pública por duas vias: o trabalho (mundo econômico) e a participação política.

1.1. Mulher e economia: o trabalho feminino

Nas sociedades pré-industriais europeias, as mulheres das camadas sociais mais baixas sempre estiveram envolvidas no processo produtivo. Já existia uma divisão do trabalho baseada no sexo, sendo atribuída às mulheres a responsabilidade pelo trabalho majoritariamente doméstico, conforme exposto acima. Porém, essa divisão não implicava uma desvalorização, pois o trabalho doméstico e o trabalho fora da casa eram vistos como complementares. Além disso, era aceitável que as mulheres realizassem certas atividades produtivas externas, desde que cumprissem seus afazeres relativos ao lar, sua responsabilidade

prioritária.

Conforme nos conta Saffioti (2013, p. 62),

a mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas; nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental.

Uma vez que a família consistia numa unidade produtiva, a mulher não estava fora do mundo econômico. Entretanto, a tradição de submissão da mulher em relação ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos reduzia o trabalho feminino a um trabalho complementar, auxiliar, acessório ao trabalho desempenhado pelo homem.

Enquanto o nível produtivo era mais baixo nas sociedades pré-capitalistas, as mulheres das camadas mais baixas não eram excluídas do sistema produtivo, o que era inclusive necessário para assegurar a ociosidade das camadas dominantes. Todavia, “era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina” (SAFFIOTI, 2013, p. 65), e a condição social das mulheres nesse contexto será transmitida como herança na passagem para o modo capitalista de produção, no qual elas ocuparão uma posição marginal.

A Revolução Industrial acarretou mudanças drásticas nas relações entre os seres humanos e também nas relações entre as pessoas e os bens produzidos. A partir do momento em que a classe burguesa se constituiu como classe dos proprietários de fábricas, a exploração da mão de obra deixou de adotar as formas da escravidão e da servidão e passou à de *contratação da força de trabalho*. Neste momento, a “liberdade” de escolha individual do trabalho é aclamada. A relação entre essas duas categorias sociais, a dos proprietários dos meios de produção, de um lado, e a dos sujeitos que vendem/alugam sua força de trabalho, de outro, constitui-se por meio da dominação e da exploração: “torna-se clara, no novo regime, a divisão da sociedade em classes sociais e a exploração econômica de que

é alvo uma delas por parte da outra” (SAFFIOTI, 2013, p. 66). Além disso, esse novo modelo de organização socioeconômica impede o acesso de uma gama considerável de pessoas ao mundo do trabalho e, portanto, da luta por sua sobrevivência.

É em nome do desenvolvimento e do progresso da sociedade que se instaura um dos principais valores morais dessa nova ordem: a competitividade. Um ônus social recairá sobre certos setores da população, pois chegarão a essa nova fase como camadas menos privilegiadas. A tradição de subordinação do sexo feminino mantém como legítima a condição marginalizada a que este grupo fica relegado. Com a ampliação da jornada de trabalho feminina, a intensificação do trabalho e com salários mais baixos que os masculinos, “o capital arditamente se utiliza da subordinação da mulher ao homem no seio da família para reproduzi-la na atividade produtiva” (SINGER, 1980, p. 126).

Dado que a nova ordem não podia abarcar todas as pessoas em seu sistema produtivo, surge a visão de que a força de trabalho feminina compete com a força de trabalho masculina pelos postos de trabalho, conforme relatado por Saffioti (2013, p. 75):

Trabalhadores franceses nas indústrias gráficas da segunda metade do século XIX deflagram greve toda vez que uma mulher é admitida numa oficina do ramo. Desejam a supressão pura e simples do trabalho feminino, invocando o papel de guardião do lar que, no pensamento proudhoniano, definia a mulher.

Consolida-se uma forte pressão por parte de alguns setores da sociedade para que as mulheres sejam excluídas do mercado de trabalho. A igreja também afirma que as crianças ficariam desamparadas sem suas mães, com prejuízo da educação dos filhos, que devem se converter em trabalhadores produtivos e contribuir para o desenvolvimento e o progresso (CARRASCO, 2003b). É neste sentido que ocorre a conservação de parte do contingente feminino apenas no trabalho doméstico, especialmente das mulheres da classe burguesa, pois, não obstante, as mulheres da camada mais pobre persistem, por necessidade, inseridas no sistema produtivo.

O salário passa a ser pensado com uma composição tal que seja capaz de sustentar uma família, pressupondo que a mulher não trabalhe. O homem passa a

assumir o papel de único provedor econômico da família, e isso vai caracterizar a forma da dominação-exploração feminina dentro do capitalismo, pois “é esta dependência que forma a base da subordinação da mulher, no plano econômico em primeiro lugar e nos demais planos em consequência” (SINGER, 1980, p. 113).

Ao trabalho doméstico não se atribui, portanto, valor econômico, mas apenas moral. Numa sociedade em que a valorização do indivíduo tem como base sua capacidade de ser produtivo externamente, o trabalho doméstico, sendo sinônimo de não-trabalho, é, por conseguinte, depreciado e tornado invisível dentro do sistema capitalista de produção. Assim, o trabalho feminino no ambiente doméstico possibilitará a reprodução da vida de forma majoritariamente gratuita. Quando não, este trabalho, desempenhado por mulheres na condição de empregadas domésticas, configurar-se-á em extensas jornadas de trabalho em troca de remunerações ínfimas. Esta conjuntura estabelece um diferencial em relação à situação pré-capitalista.

Saffioti (2013) sintetiza dois fatores principais que levam à manutenção do papel da mulher no modelo de desenvolvimento existente: a tentativa de manter à disposição uma reserva de mão de obra, e o intuito de conservar os padrões tradicionais de organização familiar.

A divisão sexual do trabalho não surgiu, portanto, no capitalismo, mas este sistema a incorporou e adaptou de acordo com seus próprios requisitos. Esta divisão, por sua vez, constitui-se por dois princípios básicos: a *separação* entre o que constitui trabalho feminino e o que constitui trabalho masculino, e uma *hierarquização* desses trabalhos segundo a qual os trabalhos desempenhados por homens possuem mais valor e, conseqüentemente, recebem maior remuneração (HIRATA, 2003, KERGOAT, 2003).

Ao longo da história podemos captar esta dinâmica: durante as guerras, percebe-se um crescimento do número de trabalhadoras do sexo feminino, já que muitos homens são obrigados a se ausentar de seus empregos; se a taxa de desemprego se eleva, os homens têm prioridade para ocupar os postos de trabalho; porém, se o processo de industrialização se desenvolve bem, as mulheres têm maior permeabilidade no mercado de trabalho. Neste cenário, o lugar assumido pelo trabalho doméstico é de enorme serventia ao capital, por reduzir o valor da força de

trabalho feminina e porque as mulheres podem ser utilizadas como mão de obra flexível, conforme as necessidades da produção. E, numa sociedade de economia de iniciativa privada, o comportamento do capitalista será legítimo e incontestável.

1.2. O contexto brasileiro e o fenômeno de *feminização da pobreza*

No Brasil, os esquemas de dominação e exploração social foram importados pela colonização europeia e adaptados às condições sociais locais na implantação do particular capitalismo brasileiro. Faremos uma breve explanação sobre a condição das mulheres na estrutura social que se foi estabelecendo no contexto brasileiro.

Para as mulheres brancas de camadas mais privilegiadas da colônia, o casamento representava o único e natural caminho a ser seguido, especialmente para manter o status de prestígio da família patriarcal, de modo que a obrigação reprodutiva da mulher estava intimamente relacionada à forma de perpetuação do patrimônio econômico familiar (sendo o pai quem escolhia o marido para sua filha). A sociedade considerava a questão da virgindade feminina de modo sacramental, e à sexualidade da mulher não era atribuída a função do prazer, mas apenas reprodutiva. Os conventos eram uma possibilidade para que as famílias inserissem no reduto religioso as mulheres “mais rebeldes”.

A senhora branca, dentro de casa, supervisionava os trabalhos da cozinha, do jardim, de costura, tecelagem, feitura de rendas e bordados, e os cuidados com as crianças. Quem desempenhava a maior parte deste trabalho, num primeiro momento, eram as(os) escravas(os). (TELES, 1999)

As mulheres indígenas foram as primeiras a sofrer as consequências da chegada dos colonizadores portugueses. As mulheres negras e índias, na condição de escravidão, constituíam uma camada ainda mais inferiorizada. Muitas se tornavam esposas, concubinas ou serviçais nas tarefas domésticas. Serviam em todos os trabalhos da casa grande e sofriam, inclusive, uma exploração sexual (SAFFIOTI, 2013, p. 244).

Esse modo de organização perdurou nos períodos que se seguiram. Mesmo com a abolição da escravidão a emancipação foi precária, na medida em que os

negros, negras e indígenas compunham as camadas mais inferiores da sociedade em construção, que herdava traços nítidos da organização social anterior, sendo as mulheres negras e índias integrantes da categoria mais inferiorizada (SAFFIOTI, 2013).

Com o desenvolvimento das indústrias e a instauração do capitalismo brasileiro, as mulheres foram aos poucos adquirindo maior independência com relação aos homens. E, “à medida que a família foi, variavelmente e segundo a dinamização da ordem econômica, perdendo suas bases patriarcais, decresceu a prepotência de seu chefe em consequência da sua perda de parcela das funções políticas e econômicas anteriormente desempenhadas” (SAFFIOTI, 2013, p. 255).

Em paralelo ao crescente processo de urbanização e industrialização, as mulheres romperam a fronteira doméstica e passaram, paulatinamente, a adentrar no mundo do trabalho nas fábricas, nas lojas, nos escritórios. Com relação ao casamento, as mulheres passaram a ter a possibilidade de escolha de seus parceiros.

As desigualdades socioeconômicas provocadas pelo estabelecimento do modo capitalista de produção terminaram por gerar, no Brasil atual assim como em outros países, um fenômeno de *feminização da pobreza*, isto é, uma conjuntura em que as mulheres encontram-se em maior número entre a população mais pobre². Conforme dito anteriormente, esse modelo econômico acarretou prejuízos para ambos os sexos, conforme suas diferentes etnias e classes. O desenvolvimento do capitalismo num período mais moderno apresentou muitas transformações em relação ao seu início, e o mundo do trabalho ganhou outras nuances. Essa mudança teve impacto significativo sobre as mulheres, em especial para as da camada de baixa renda, que assumem em peso os trabalhos mais precários e com menor remuneração. Isso não significa de nenhum modo o abandono das atividades domésticas por elas desempenhadas, acarretando, então, uma sobrecarga de trabalho, o que mais tarde será denominado como *dupla jornada de trabalho*.

Nos últimos anos tem aumentado consideravelmente o número de mulheres

² Sobre este assunto, diversas autoras explanam mais detalhadamente: SEGNINI (2003), GUÉRIN (2005), COSTA (2007), CISNE (2012).

solteiras que são chefes de família, e, não coincidentemente, os domicílios chefiados por mulheres estão entre os mais pobres. Para Costa (2007), “a chefia familiar é capaz de indicar a vulnerabilidade ou o estado de pobreza a que as mulheres são mais expostas por dois motivos: dificuldades em conciliar o trabalho fora de casa e as tarefas de cuidado com os filhos; e menores rendimentos auferidos por elas em suas ocupações”, além do insuficiente quadro de políticas sociais capazes de sustentar o trabalho reprodutivo. É devido a estas e a outras adversidades que as mulheres assumem, em grande medida, trabalhos em tempo parcial e trabalhos informais (HIRATA, 2003). As mulheres mais pobres já têm de trabalhar desde cedo, e talvez isso também contribua para a escolaridade mais baixa em relação a de outras classes (COSTA, 2007) e a consequente dificuldade para acessar os empregos formais. Além disso, as mulheres, especialmente as mais pobres e com menor escolarização, quando inseridas no mercado de trabalho, em geral são designadas para ocupar posições que refletem sua ocupação anterior com o lar: empregada doméstica, passadeira, babá, faxineira, acompanhante, lavadeira, secretária etc.

Seu “retorno” ao mercado de trabalho pode ser demonstrado através de alguns números. Em 1950 as trabalhadoras do sexo feminino representavam 13,5% do número total de trabalhadores. Durante a ditadura esse número sofreu grande aumento: em 1970 era de 20,8%; 1976 era de 28,8% e 1985 era de 37% (TELES, 1999).

Evidentemente, ao longo da história, sempre houve algum grau de resistência feminina à submissão e algum nível de participação em mobilizações coletivas. Conforme veremos na próxima seção, a partir da instauração da República, as mulheres intensificaram sua organização política e passaram a compor as diversas iniciativas do movimento feminista, cujo papel será central para a conquista de direitos sociais e políticos.

1.3. Busca por alternativas

Diante dessas adversidades, são as mulheres as que mais se utilizam da solidariedade como meio de suprir suas necessidades mais imediatas. São

principalmente elas que vão construir, a partir de vínculos familiares e comunitários, alternativas para a solução de seus problemas cotidianos, especialmente ligados ao trabalho reprodutivo. Guérin (2005), que situa seu estudo na França, apresenta características fundamentais desse papel desempenhado pelas mulheres em muitas partes do mundo.

Devido ao seu conhecimento profundo das realidades locais, devido às relações de confiança e de proximidade que elas têm com os habitantes, que são antes de tudo seus vizinhos, as mulheres estão, no final das contas, mais bem localizadas para identificar os problemas mais gritantes, localizar famílias às vezes desconhecidas dos serviços públicos locais. Falar a mesma língua, compartilhar as mesmas preocupações e intervir em um tempo não-oficial fazem delas interlocutoras privilegiadas. Localizar as dificuldades permite-lhes mobilizar-se para aliviar as desigualdades constatadas nos diversos domínios: segurança alimentar, educação, saúde, justiça, moradia ou ainda acesso ao crédito. Quando os direitos existem, elas facilitam sua aplicação difundindo a informação e desempenhando o papel de intermediárias entre as populações e os representantes institucionais. Quando os direitos são insuficientes, elas os completam oferecendo certos bens ou serviços (cursos de alfabetização, apoio escolar, tradução, consulta jurídica, consulta médica, empréstimos de curtíssimo prazo para o consumo cotidiano, medicamentos, garantias para a moradia etc.). Por fim, quando os direitos são inexistentes, elas militam em favor de uma evolução da legislação e da regulamentação – a ação em termos de justiça de proximidade³ se transformando então, com maior ou menor sucesso, em processo de mudança institucional (GUÉRIN, 2005, p. 148).

Singer (1980, p. 109), já num contexto brasileiro, afirma que “nas reivindicações locais por creches, postos de saúde, água ou melhoria no serviço de ônibus, é frequente que a liderança seja exercida por mulheres”. Veremos no terceiro capítulo que essas são práticas fundamentais da associação de mulheres que estamos estudando.

Entre as alternativas encontradas pelas mulheres para a situação de pobreza estão as práticas de associativismo para produção e geração de renda. No Brasil, as práticas do trabalho associado têm adquirido notável expressão como experiências de um campo denominado *economia solidária*. Sua principal manifestação são os empreendimentos econômicos solidários (EESs), onde os trabalhadores são os proprietários dos meios de produção e o processo de tomada de decisão dentro do empreendimento é democrático. Assim, “a empresa solidária nega a separação entre

³ O conceito de *justiça de proximidade*, apresentado pela autora, consiste numa ação de completar “as lacunas de uma justiça centralizadora e padronizada” por meio de duas vias: auxílio às mulheres para que convertam seus direitos formais em reais; e auxílio na complementação desses direitos. (p. 19)

trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo” (SINGER, 2005, p. 83).

Nesses empreendimentos, as decisões são tomadas de forma coletiva, inclusive a eleição para quem exercerá o papel da administração, que deverá seguir as diretrizes acertadas no coletivo. “Na empresa solidária não há lucro, porque nenhuma parte de sua receita é distribuída em proporção às cotas de capital. (...) O excedente anual – chamado 'sobras' nas cooperativas – tem a sua destinação decidida pelos trabalhadores” (SINGER, 2005, p. 84).

Suas bases são encontradas no movimento cooperativista surgido nos primórdios do capitalismo industrial, com os socialistas utópicos. As práticas de economia solidária incorporam os princípios cooperativistas dessa época, porém vão imprimir novos formatos para a luta histórica dos trabalhadores por sua emancipação. Alguns autores estudaram mais profundamente a gênese da Economia Solidária no Brasil, como Paul Singer (2002; 2005), Antônio Cruz (2006), Maurício Sardá de Faria (2011) e Felipe Páteo (2012).

Páteo (2012) inclusive relembra, numa análise relacional de formas de produção distintas da capitalista, a lógica reprodutiva camponesa e também a produção familiar artesanal, nas quais “não há a possibilidade de aplicação dos conceitos de lucro, renda ou juros do capital” (p. 69), uma vez que são formas não-assalariadas de produzir. Ao analisar diferentes definições de modo de produção, cita Cleaver (1981 apud PÁTEO, 2012), que afirma a introdução dos não-assalariados na categoria ‘trabalhador’, incluindo os camponeses nesta categoria. Este autor poderia ter incluído também as mulheres que se ocupavam predominantemente do trabalho reprodutivo. Porém, esses diferentes autores que se dedicam a examinar tanto formas não-capitalistas de produção como o contingente de trabalhadores não-assalariados também deixam de fora o trabalho doméstico e de cuidados pelo fato de manter seu debate apenas no âmbito “produtivo”.

Com base na abrangente análise de Páteo, podemos constatar que quem mais se aproximou de um entendimento do papel do trabalho doméstico e de cuidados no contexto do capitalismo foi Mário Tronti, a partir de 1960, trazendo o conceito de fábrica social, onde afirma que “a reprodução da classe trabalhadora envolve não só o trabalho na fábrica, mas também o trabalho no lar e na

comunidade de lares" (Cleaver 1981 apud PÁTEO, 2012), o que se aproximará mais da economia feminista que iremos apresentar adiante.

No Brasil, as iniciativas de economia solidária ganharam expressão num contexto de instabilidade econômica, no momento em que o país passava por uma crise de desemprego. O surgimento e o fortalecimento de grupos que encontravam na solidariedade seu modo de subsistência estão relacionado ao acúmulo de lutas sociais características das décadas de 1970 e 1980. Essas experiências ganharam espaço na agenda de algumas organizações, que passaram a desenvolver ações de geração de trabalho e renda aliadas ao debate político, como foi o caso, primeiramente, da organização Cáritas e dos sindicatos, seguidos, em meados da década de 1990, pela Ação da Cidadania e pelas Incubadoras de Cooperativas ligadas às universidades (SINGER, 2005).

Nos últimos anos da década de 1990 foram dados os primeiros passos para reunir as práticas da Economia Solidária num agrupamento com estrutura mais organizada, inclusive para dar conta da articulação entre essas atividades que apareciam isoladamente, mas que se fortaleciam à medida em que se organizavam em rede. Simultaneamente, outras iniciativas surgiam e/ou passavam a se identificar com esse movimento, como fundos rotativos solidários, cadeias produtivas, redes solidárias, feiras solidárias, bancos comunitários, entre outras, ultrapassando o limite do trabalho associado propriamente dito. A pluralidade de atores é refletida nas variadas formas de ações e concepções que a economia solidária abarca, como a agroecologia, a segurança alimentar e nutricional, o comércio justo e solidário, a preocupação com uma produção sustentável etc.

A economia solidária guarda, então, práticas que se contrapõem à lógica capitalista, especialmente pelo seu caráter autogestionário. Alguns teóricos são adeptos de uma perspectiva que aponta a economia solidária como estratégia e tentativa de superação da estrutura capitalista (SINGER, 2003 e GAIGER, 2003 apud PÁTEO, 2012). Faria (2011, p. 372) dá importante papel à autogestão, pois, para ele,

enquanto o cooperativismo e as experiências de economia solidária e social podem ser desenvolvidas no interior do capitalismo, sem colocá-lo em questão, a autogestão significa a realização de relações sociais cujos princípios são antagônicos a esse modo de produção, e por isso consistem em fenômenos efêmeros, mas recorrentes enquanto perdurar o capitalismo.

As mulheres têm papel ativo dentro do movimento da economia solidária, apesar de encontrar-se em número mais baixo do que os homens, como pode ser observado no último mapeamento do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), finalizado em 2013. No Brasil, dos(as) participantes associados aos EES 43,57% são mulheres e 56,43% são homens. Quando se verifica o número relativo ao porte do empreendimento, pode-se notar que as mulheres são predominantes nos de menor porte e economicamente mais frágeis, que são os grupos informais:

Tabela 1 – Proporção de mulheres e homens nos diferentes formatos coletivos

Tipo de organização	Total de sócios e sócias	Proporção de mulheres	Proporção de homens
Associação	861.855	46,56%	53,44%
Cooperativa	426.140	31,96%	68,04%
Grupo Informal	117.630	63,72%	36,28%
Sociedade Mercantil	18.006	43,21%	56,79%
Total geral	1.423.631	43,57%	56,43%

SIES, 2013.

Quando analisamos o número total de mulheres, vemos que elas estão concentradas em maior número nas associações e apenas 22% delas se encontram no formato jurídico de cooperativa, que é a que mais se aproxima do que se pode considerar como "ideal" dentro da economia solidária.

Tabela 2 – Número total de mulheres nos diferentes formatos coletivos

Tipo de organização	Número de mulheres	Proporção do total de mulheres
Associação	401.317	65%
Cooperativa	136.202	22%
Grupo Informal	74.959	12%
Sociedade Mercantil	7.780	1%
Total geral	620.258	100%

SIES, 2013.

A partir da análise dos dados do mapeamento de 2007 (o que não mudou para o mapeamento de 2013), alguns estudos concluíram que, assim como no mundo do trabalho convencional, na economia solidária as mulheres se concentram

no tipo de trabalho que reúne as atividades tradicionalmente desempenhadas pelas mulheres no lar (WIRTH, 2010; GUÉRIN, 2005 e VASCONCELLOS, 2011).

Numa perspectiva de gênero, alguns estudos questionaram o formato e estrutura do mapeamento de 2007, cujo enfoque é direcionado às organizações em detrimento dos trabalhadores(as). Ioli Wirth (2010, p. 77) faz sua ressalva afirmando que "o foco está no âmbito produtivo e nas organizações que desempenham alguma atividade mercantil, o que exclui boa parte do trabalho das mulheres. Por isso, pode-se concluir que esses critérios, apesar de amplos, não contemplam suficientemente as atividades tradicionalmente femininas", justamente por ocultarem as atividades domésticas e de cuidados.

Porém, no último mapeamento realizado em 2013 foi adicionado um questionário complementar, aplicado somente em empreendimentos que possuíssem mulheres em seu quadro de trabalhadores. Nesse questionário foram feitas perguntas como: quem é a(o) principal responsável pelos trabalhos domésticos e de cuidados; se o EES possui local apropriado para receber crianças e/ou dependentes; proporção da renda das mulheres na renda total da família, entre outras.

Para os casos em que as mulheres deixam seus filhos e/ou dependentes com algum responsável durante o período em que estão desempenhando suas atividades no EES, observamos as seguintes estatísticas:

Tabela 3 – Divisão do trabalho de cuidados com os filhos das mulheres participantes de EES

Deixam aos cuidados de:	Total	Proporção
Vizinhos(as), parentes ou amigos(as)	2837	33,21%
Creche / Pré-escola / Escola	2614	30,60%
Os(as) filhos(as) menores e/ou demais dependentes são levados para o EES	1058	12,39%
Maridos/companheiros das mulheres do EES	1029	12,05%
Os(as) filhos(as) menores e/ou demais dependentes ficam sozinhos em casa	856	10,02%
Pessoas contratadas (babás, acompanhantes etc.)	148	1,73%
Total geral	8542	100%

SIES, 2013.

Podemos perceber que as mulheres contam, em sua maioria, com os laços familiares e comunitários nos cuidados com suas crianças e demais dependentes, até mais do que com os próprios companheiros.

Outra questão importante para evidenciar a situação em que as mulheres se encontram com relação ao trabalho reprodutivo foi a seguinte pergunta: "Considerando a maior parte das mulheres do EES, por quais das seguintes atividades domésticas elas são as principais responsáveis em suas famílias?". As respostas poderiam ser múltiplas e foram as seguintes: 88% delas são as responsáveis por cozinhar/lavar e/ou passar roupa/limpar a casa; 76% são quem cuidam dos(as) filhos(as) menores e/ou demais dependentes; 69% são responsáveis por acompanhar os(as) filhos(as) e/ou demais dependentes em atividades escolares, atendimentos de saúde etc.; 52% são quem realizam atividades de abastecimento e manutenção doméstica (provisão de água ou alimentos, cuidado de animais domésticos, pagamento de contas etc) – 9% respondeu que a pergunta não se aplica/não há predominância. Percebemos que, mesmo para as mulheres da economia solidária, as responsabilidades das atividades domésticas ainda constituem um ônus.

Para os empreendimentos da área rural que já possuem o título da terra, a discrepância da posse desse título por parte dos homens em relação às mulheres é gritante: enquanto 37,07% dos títulos estão em nome dos cônjuges das respectivas mulheres, apenas 5,65% estão em nome das mulheres trabalhadoras. O restante da posse dos títulos: 40,26% estão em nome do casal e 17,05% estão em nome de outros parentes das mulheres.

Outras pesquisas apresentam alguns motivos que levam as mulheres a buscar o trabalho associado: como alternativa de geração de renda frente à situação de desemprego, e porque o trabalho associado permite maior flexibilidade para conciliar os diferentes âmbitos da vida, o produtivo e o reprodutivo. Porém, cita-se que há também mulheres que se direcionam conscientemente para a busca por uma forma de trabalhar pautada na igualdade e na democracia (COSTA, 2007; TAVARES, VASCONCELLOS, COLOMBO, *et alli*, 2013).

Esses estudos apontam alguns aspectos positivos de mudança na realidade das mulheres que realizam o trabalho associado: autonomia econômica,

aprendizagem de novos saberes como economia e gestão econômica, inserção no mundo público e político, reconhecimento social, enfrentamento da violência doméstica e elaboração coletiva de estratégias para seu combate, e fortalecimento de vínculos sociais e articulação política com outras mulheres (COSTA, 2007; TAVARES, VASCONCELLOS, COLOMBO, *et alli*, 2013; GONDIM, ARAÚJO e OLIVEIRA, 2011). Além disso, tais iniciativas contribuem para “a proposição de políticas públicas que dialogam com a perspectiva de gênero como princípio para o estabelecimento de relações sociais justas e igualitárias entre homens e mulheres” (GONDIM, ARAÚJO e OLIVEIRA, 2011, s/p).

Cabe estabelecer aqui uma conexão entre a economia solidária e uma nova vertente teórica que desponta na última década, a economia feminista. Esta se contrapõe ao pensamento econômico tradicional, que oculta as estruturas sociais que dão sustentação ao mercado capitalista. Ao tomar como referência exclusivamente a esfera da produção, a teoria econômica clássica cai no vazio teórico no que se refere à discussão sobre a divisão sexual do trabalho e, como consequência, o trabalho reprodutivo executado predominantemente por mulheres é relegado ao segundo plano. (CARRASCO, 2003).

Silvia Berger (2008, p. 13) resume esta ideia com a leitura de outros autores.

La economía feminista es una corriente de pensamiento económico heterodoxo que ha hecho énfasis en la necesidad de incorporar las relaciones de género, como una variable relevante en la explicación del funcionamiento de la economía y de la diferente posición de los hombres y las mujeres como agentes económicos y sujetos de las políticas económicas (Ferber y Nelson, 2003; Ferber y Nelson, 1993). (BERGER, 2008)

As teóricas da economia feminista entendem que a hierarquização da importância dos diferentes trabalhos (produtivo e reprodutivo) acabam por dar sustentação ao sistema capitalista, e então essa divisão sexual do trabalho deve ser combatida.

As mudanças na distribuição dos recursos e os aumentos de produtividade previstos pelos programas de ajuste estrutural muitas vezes significaram a transferência de custos do mercado para o lar: o fator equilibrante oculto é a capacidade dos lares e em especial das mulheres de amortizar o impacto dos programas de estabilização intensificando seu trabalho e fazendo milagres com seus salários diminuídos (BENERIA, 2004, p. 49 apud WIRTH, 2010)

A economia feminista nega, então, uma economia baseada no acúmulo de capital e propõe que ela seja orientada para a produção da vida, o que pressupõe também outra definição do que é trabalho.

Alguns estudos recentes articulam em suas análises a economia solidária sob a ótica da economia feminista, e concluem que, no interior de coletivos que se propõem relações mais igualitárias, ainda que muitas vezes reproduzam a divisão do trabalho baseada no sexo, as mulheres conseguem questionar e propor mudanças em seus papéis e na estrutura organizativa. As práticas autogestionárias têm o potencial de ressignificar a divisão sexual do trabalho.

Dessa forma, constatamos que as práticas da economia solidária, aliadas às reflexões trazidas pela economia feminista, configuram-se hoje como âmbitos de luta pela construção de um novo modelo econômico onde a produção e a reprodução possa ser organizada e realizada por homens e mulheres de forma democrática e igualitária. O próprio mapeamento do SIES de 2013, por exemplo, colabora no mínimo para explicitar, evidenciar e ressaltar que o trabalho doméstico e de cuidados vem sendo executado sistematicamente pelas mulheres – mesmo as que estão inseridas num contexto mais igualitário como o da economia solidária.

Um exemplo concreto em que a economia solidária e a economia feminista se articulam é a Rede Xique-Xique, no estado do Rio Grande do Norte, que enfrenta os desafios da produção agroecológica de alimentos. Participam 50 EESs associados no âmbito produtivo e de comercialização, mas que também cooperam no trabalho reprodutivo, como na divisão dos cuidados com as crianças. A rede busca a afirmação do protagonismo da mulher “buscando instrumentos que viabilizem a socialização do trabalho doméstico (...) seja na divisão das tarefas domésticas, seja no seu reconhecimento na esfera pública” (DANTAS, 2005, p. 28, 29), e se articulem com o movimento feminista. Em sua carta de princípios, afirma:

a produção, a comercialização e o consumo devem se distanciar de todas as formas de exploração do trabalho, incluindo o trabalho infantil, ausência de salário digno, desigualdade salarial entre homens e mulheres, presença da figura do atravessador entre a produção e comercialização, dentre outras. (DANTAS, 2005, p. 28)

Outra experiência que merece ser mencionada é a da Rede de Economia

Solidária e Feminista, da qual participam 210 EESs, rurais e urbanos e compostos predominantemente por mulheres, localizados em nove estados do país. A articulação em rede visa o fortalecimento dos grupos, que contam com assessoria para a gestão e a comercialização dos produtos. Seu projeto recebe financiamento público, via Secretaria Nacional de Economia Solidária, para a implantação de uma base de assessoria por estado. Desse modo, a rede

busca dar visibilidade e reconhecimento ao trabalho das mulheres, contribuindo com sua autonomia econômica. Também tem como objetivo avançar na construção de indicadores para a economia feminista e nas articulações com as políticas públicas de diversas áreas, compondo estratégias de desenvolvimento local para a sustentabilidade dos empreendimentos em rede. (disponível no sítio guayi.org.br)

Esse espaço no campo da luta econômica só pôde ser construído graças ao desenvolvimento das lutas políticas das mulheres no Brasil, que serão visitadas a seguir.

1.4. Participação política das mulheres no Brasil

No período colonial, as mulheres apareceram em diversas atuações políticas, tanto no interior da classe dominante como da população explorada. Nas classes dominantes, algumas assumiram o controle administrativo e político de capitânias⁴, enquanto mulheres negras resistiram à exploração por meio da organização de quilombos⁵. Mulheres lutaram na invasão dos holandeses, participaram das bandeiras e outras mobilizações coletivas, como a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana. (TELES, 1999)

Durante o período monárquico, alguns grupos de mulheres reivindicavam o direito à educação e alcançaram, num primeiro momento, o acesso ao ensino até o 1º grau, sendo que apenas em 1881 registrou-se a primeira inscrição feminina num curso superior. Entretanto, esta conquista limitava-se às mulheres de classe média. Neste período, as mulheres tiveram participação ativa no movimento abolicionista e de luta pela instauração da República, além de assumirem modestamente alguma reivindicação relativa à emancipação da mulher.

⁴ Ana Pimentel governou a capitania de São Vicente; e Brites de Albuquerque, a capitania de Pernambuco (TELES, 1999).

⁵ Aquatune foi uma das fundadoras do quilombo de Palmares e avó de Zumbi (TELES, 1999).

Nas últimas décadas do século XIX a imprensa feminina despontou. Os primeiros jornais editados por mulheres destacavam as capacidades femininas, mas se dirigiam aos homens na tentativa de transformar a consciência destes com relação à mulher. Em 1873 nasceu o jornal *O sexo feminino*, e sua editora defendia também a ampliação da educação feminina e criticava sua dependência econômica em relação ao homem. Este jornal efetivamente se dirigia às mulheres. Outros jornais surgiram e também levantaram a bandeira da educação feminina (em 1872, apenas 11,5% das mulheres eram alfabetizadas no Brasil). Em 1888 surgiu em São Paulo o primeiro jornal a contestar a supremacia do homem dentro da família, organizado por Josefina Álvares de Azevedo, intitulado *A Família*. (TELES, 1999)

Desse modo, quem pauta a especificamente questão da mulher e começa a dar corpo ao que se pode chamar de movimento feminista⁶ no Brasil são as mulheres intelectuais da classe média e alta, com maior acesso à educação. As mulheres das classes mais baixas estavam constituindo a então nascente classe operária brasileira, e é neste campo que darão início às suas mobilizações políticas, que seriam baseadas especialmente na luta por direitos trabalhistas. Estas últimas participavam ativamente das greves, porém não alcançavam as mesmas conquistas obtidas pelos homens. Em greves de tecelões e tecelãs nos anos de 1906 e 1907, por exemplo, os homens conquistaram a jornada de trabalho de oito horas, enquanto as mulheres ficaram com uma jornada de nove horas e meia. Na greve de têxteis, em 1917, apesar da grande repressão, obteve-se a abolição do trabalho noturno das mulheres e menores de idade. Já buscavam também a equiparação dos salários entre homens e mulheres (TELES, 1999).

Podemos perceber, desse modo, que não se pode falar de um movimento de mulheres unificado, uma vez que em seu interior estavam aparentes as diferenças de classe e, conseqüentemente, de agenda política.

Por volta desses anos, as principais lideranças do feminismo brasileiro, influenciadas pela vitória do sufrágio feminino nos principais países da Europa logo

⁶ Entendemos as diferenças entre movimento *feminino* e *feminista*, no qual o primeiro é composto por mulheres porém não questiona o papel e trabalho doméstico desempenhado por elas; ao passo que o segundo é quem irá propor mudanças mais profundas na estrutura total de dominação. Entretanto, optamos por utilizar movimento feminista porque o analisamos a partir de um ponto de vista histórico, como uma linha evolutiva de proposições e mobilizações que vão culminar no movimento feminista moderno.

após o término da Primeira Guerra Mundial, começaram a dar ênfase a uma proposta direcionada especificamente à conquista de direitos políticos. Elas reclamavam o direito ao voto e a abertura de candidaturas de mulheres aos cargos públicos. Concentravam-se especialmente na tarefa de ampliar sua participação no poder público e, desse modo, o voto se configurava como um ponto de partida estratégico para a conquista de pautas subsequentes.

Este modesto movimento feminista já começava a ser aceito pela sociedade de uma maneira geral. Neste momento, as mulheres organizadas não questionavam a desigualdade de sexos no próprio seio familiar, e, portanto, o exercício do voto poderia ser assentido pela ala conservadora, na medida em que ele não deslocaria as mulheres de sua função no lar (HAHNER, 1981).

Não obstante, eram latentes certos rompimentos com padrões familiares e de costumes tradicionais, cuja expressão podemos ver, por exemplo, por meio das mais variadas formas artísticas na Semana da Arte Moderna, realizada em 1922 por artistas e intelectuais que criticavam de alguma forma o arranjo tradicional da sociedade e clamavam por mudanças de paradigmas culturais.

Neste mesmo ano, uma das principais lideranças do movimento feminista, Bertha Maria Júlia Lutz, funda a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), que tinha por objetivo

promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina; proteger as mães e a infância; obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão; estimular o espírito de sociabilidade e cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público; assegurar à mulher direitos políticos e preparação para o exercício inteligente desses direitos; estreitar os laços de amizade com os demais países americanos (TELES, 1999, p. 44).

As sufragistas, representadas pela FBPF, preocupavam-se com a conquista de direitos: políticos, direito ao trabalho, à saúde e à educação. Entretanto, o movimento sufragista não punha em questão a desigualdade dos sexos dentro do ambiente doméstico e não logrou desenvolver uma proposta mais profunda de transformação para a sociedade de classes. “As líderes do movimento sufragista brasileiro desejavam reformar mais do que reestruturar radicalmente o sistema político e social da nação. Buscavam unir-se ao sistema como participantes iguais para melhorá-lo, e não para subvertê-lo” (HAHNER, 1981, p. 311).

Concomitantemente, era ínfima a incorporação do debate sobre a totalidade da autonomia feminina no interior das organizações de esquerda, predominantemente masculinas. Acreditavam numa sociedade mais igualitária – socialistas e anarquistas –, porém usualmente se referiam à função doméstica da mulher. Os socialistas abraçavam a causa do sufrágio feminino e a luta das trabalhadoras. Os anarquistas, por sua vez, rejeitavam a ideia do voto feminino, já que não concebiam a transformação por meio da conquista do poder político. (SINGER, 1980; HAHNER, 1981)

O movimento sufragista incorporou diferentes classes, porém nenhuma operária integrava a FBPF, o que mostra uma nítida divisão entre as mulheres da elite – que dirigiam a organização – e a classe trabalhadora. Algumas mulheres operárias enxergavam na Federação um instrumento de apoio na legitimação e conquista de suas lutas específicas do trabalho, porém não mais do que isto.

Em 1934 o voto feminino foi incorporado à constituição brasileira. Outras lutas também foram conquistadas: igualdade na ocupação de cargos públicos, proibição de demissão de funcionárias públicas em razão de casamento, além de três meses de licença maternidade remunerada. Ao analfabeto não foi concedido o direito ao voto, excluindo-se assim boa parte das mulheres que, neste período, ainda estavam em grande número entre os analfabetos. Tendo atingido sua principal meta, o movimento feminista da época se viu um tanto esvaziado e fragmentado. Logo em seguida se depararia com barreiras impostas pelo governo do Estado Novo.

Diante da forte agitação política desta década, o então presidente Getúlio Vargas promoveu o golpe de 1937, e a luta feminina fundiu-se “praticamente com a de todo o povo, que resistia à ditadura e defendia a democracia”⁷ (TELES, 1999, p. 47). As mulheres trabalhadoras participavam, ao lado dos homens, de movimentos de esquerda contra o imperialismo e a favor do comunismo, além de lutarem contra o aumento do custo de vida, por uma educação de melhor qualidade, pela proteção da infância, pelos direitos da mulher e pela paz mundial (HAHNER, 1981; TELES, 1999). A redução do custo de vida se destacaria como pauta mais específica das mulheres da camada popular, tendo em vista que elas sofriam mais com suas

⁷ A União Feminina nasceu e fez parte da Aliança Nacional Libertadora. Olga Benário Prestes fez parte dela.

consequências do que as mulheres das classes média e alta.

O Estado Novo se estabeleceu com uma abordagem bastante diferente da de poucos anos antes com relação às mulheres.

Na visão do estado corporativo de Vargas, a harmonia social demandava o respeito à hierarquia, que sem dúvida começava pela subordinação das mulheres aos maridos. A hierarquia de gêneros ajudaria a manter a hierarquia sociopolítica (HAHNER, 1981, p.361).

As mobilizações feministas foram suprimidas pela hegemonia conservadora dos novos líderes políticos, que se opuseram às leis do divórcio e concederam perdão aos homens que houvessem cometido crimes passionais em “defesa da honra”. As mulheres mal tiveram tempo de se adaptar aos novos direitos políticos e econômicos conquistados e já assistiam ao retrocesso de parte de seus benefícios; o quadro se manteve até 1945, quando Vargas deixou o poder.

Na década de 1950, as organizações femininas tomaram novo fôlego, com a realização de congressos, assembleias nacionais, conferências e encontros de trabalhadoras e até manifestações, nas quais se mantinham praticamente as mesmas pautas.

Schmink (1981) afirma que no período após a Segunda Guerra Mundial surgiram, em muitos países, assim como no Brasil, associações de bairro e clubes de mães onde predominava a participação feminina, especialmente oriunda da classe média e alta. “Estes grupos são únicos entre 'organizações políticas' por sua base residencial, e por seu foco em demandas relacionadas às necessidades diárias básicas que não são comumente consideradas relevantes politicamente” (p. 120, tradução nossa). Também se iniciava, por meio de organizações de mulheres, ofertas de cursos de corte e costura, crochê, artesanato e demais atividades manuais.

Com relação às lutas desenvolvidas pelas mulheres neste período, Teles (1999) sintetiza:

passavam, como vimos, por problemas concretos, como o enfrentamento do problema da carestia, ou às vezes por questões mais localizadas, como falta de água ou despejo. A defesa da infância e da maternidade, e o desenvolvimento do ensino e de creches também eram constantes. No que diz respeito às questões políticas mais gerais, as mulheres se destacaram na luta pela anistia, pela democracia, pela defesa de nossas riquezas, sempre ameaçadas pela expansão do imperialismo (p. 50, 51).

Entretanto, este movimento de mulheres que havia se fortalecido neste

período pós-guerra caiu na clandestinidade com o golpe militar de 1964 e o início da ditadura. Apenas em 1975, inspirados pelo Ano Internacional da Mulher declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU), os grupos reapareceram no cenário nacional.

Alguns grupos de mulheres de classe média e alta participaram da organização do movimento que deu sustentação e legitimação para o golpe militar de 1964, a saber: a União Cívica Feminina, o Movimento da Arregimentação Feminina (MAF), a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) e outras. Elas se uniam em práticas assistenciais, “mobilizando-se ocasionalmente para manifestações públicas em defesa da ordem vigente e da moral tradicional” (SINGER, 1980, p. 109). Nesse período, criaram mobilizações cujo objetivo era acabar com a “ameaça comunista e contrapor-se a qualquer mudança de caráter popular” (TELES, 1999, p. 53). Milhares saíram às ruas para protestar na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.

Por outro lado, durante os longos anos de ditadura militar, as mulheres participaram em peso de diversas organizações de resistência ao regime, sofrendo também suas consequências, como perseguições, prisões e torturas, inclusive sexuais. Tiveram participação ativa na Guerrilha do Araguaia e nos partidos políticos de esquerda que encontravam-se na clandestinidade. Teles (1999) dedica algumas páginas de seu livro sobre a história do feminismo para relembrar os nomes de mulheres capturadas e assassinadas pelos militares.

Apesar do crescimento do emprego durante a época da ditadura, a repressão era intensa o bastante para gerar uma insatisfação geral com o regime ditatorial. Em 1970, nas eleições para a Câmara dos Deputados, 30% dos votos eram nulos e 21% no MDB (TELES, 1999).

Forjados na resistência, muitos importantes movimentos sociais se fortaleceram nesse período, tanto no campo como na cidade: organizações de base, sindicatos de trabalhadores, movimentos de trabalhadores rurais, organizações negras etc. (SINGER, 1980). Estavam sendo formadas as bases para a derrubada do regime ditatorial e a instauração da democracia, e as mulheres, ainda que não de forma igualitária em relação aos homens, tinham participação em todas elas. Nesse período, as mulheres haviam de fato alcançado parte da entrada no mundo da

política, e contribuíram para as mobilizações que culminaram no fim da ditadura.

Nascia também um processo de modernização cultural, com novos comportamentos afetivos e sexuais e maior acesso a métodos contraceptivos. Essas mudanças estariam imbricadas nas novas lutas das mulheres em busca de sua emancipação. Singer (1980) faz uma comparação entre o feminismo das décadas de 1970 e 1980 e o feminismo de uma época anterior

Onde a diferença pode ser melhor notada é nas posições adotadas face ao papel da mulher na sociedade. O feminismo dos anos vinte e trinta enfatiza a compatibilidade entre o desempenho das funções de mãe e esposa e o exercício de atividades políticas e profissionais por parte da mulher. O feminismo atual questiona precisamente a forma tradicional de desempenho do papel de esposa e mãe. Não se trata mais de conquistar direitos formais mas de mudar a forma de relacionamento entre homens e mulheres, em primeiro lugar na família, mas também no trabalho e na política. (p. 113)

Tendo desaparecido com a ditadura militar, aquelas associações e clubes de mães citados por Schmink parecem ter ressurgido com uma característica diferente na década de 1980: localizados especialmente nas periferias dos grandes centros urbanos, sendo seus membros da classe baixa. Seus objetivos, como descreve Schmink, eram especialmente: “promover uma relação de amizade entre as mulheres dos bairros periféricos de São Paulo e proporcionar-lhes uma oportunidade de debater seus problemas” (1981, p.120, tradução nossa). Nos concentraremos agora mais detalhadamente na história dos Clubes de Mães de São Paulo, pois nosso foco de estudo no presente trabalho é uma associação que nasceu a partir da articulação de Clubes de Mães da zona sul de São Paulo.

1.5. Os Clubes de Mães e o Movimento do Custo de Vida

Eder Sader (1988) faz um importante resgate histórico a respeito dos Clubes de Mães, e justificamos a utilização majoritária deste autor por ser uma das únicas referências encontradas. Em sua pesquisa realizada por meio de entrevistas com as mulheres participantes destes grupos, descobriu que alguns clubes já existiam desde a década de 1950, ligados à igreja ou a associações como o Lions Club. Porém, é predominante entre as mulheres a afirmação de que os Clubes de Mães tiveram início a partir de 1970, talvez pelo fato de que os clubes fossem, num primeiro momento, compostos por grupos de mulheres das classes média e alta que

se deslocavam para as periferias com o intuito de “fazer o bem” em comunidades carentes, e apenas num segundo momento, que marca a conjuntura em que suas participantes indicam seu início, tenham passado a ser constituídos de forma autônoma pelas mulheres da periferia, o que relataremos a seguir. É difícil saber ao certo como se deu seu início pela falta de literatura a respeito do assunto.

Durante o regime militar, acelera-se o desenvolvimento capitalista e ocorre grande migração do campo para as cidades, que crescem de maneira desordenada, dando origem às periferias e favelas. Nelas, as condições de vida são precárias, sem a infraestrutura adequada. Os índices de desemprego são altos e a desigualdade econômica se acentua, o que torna a vida muito difícil nesses locais.

As mulheres da periferia foram as primeiras a se erguer contra a situação.

Grupos de mães e donas-de-casa, organizadas em clubes de mães, associações ou sociedades de amigos de bairro, começaram a se movimentar, por meio de abaixo-assinados e questionários, junto aos moradores de seus bairros, para levantar seus principais problemas e decidir juntos como encaminhá-los (TELES, 1999, p. 75).

Muitos desses grupos eram ligados à Igreja, que nessa época contava com o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Cabe ressaltarmos aqui o importante papel que esta instituição exercia nesses espaços:

Desde o início dos anos 70 uma comissão conciliar coordenava atividades de evangelização entre a população mais pobre da zona sul, englobando cerca de 80 paróquias, em que a catequese tradicional já se vinculava aos temas da libertação e ao estímulo à participação coletiva. Padres, freiras e leigos usavam o método Paulo Freire para aulas de alfabetização, promoviam reuniões de casais em que chamavam a atenção para um novo sentido da existência humana, organizavam cursos profissionalizantes onde também opunham a necessária dignidade do trabalhador ao individualismo amoral da sociedade capitalista (SADER, 1988, p. 203)

Além disso, as reuniões nas igrejas costumavam ser mais protegidas da repressão política, temida pela população, e também fazia com que as mulheres sofressem menos resistência por parte de seus maridos com relação à sua participação no grupo. Quando acompanhamos o dia a dia das associações e dos projetos sociais na periferia da zona sul de São Paulo, fica explícita a forte presença da Igreja em suas atividades, e de fato sempre ouvimos falar nos nomes dos padres que ainda são referência nas lutas populares.

Sader (1988) relata que a maioria dos grupos se encontrava semanalmente, e suas reuniões eram divididas em dois momentos. O primeiro era dedicado à

realização de trabalhos manuais, cujas matérias-primas eram compradas de forma cooperativa, e os produtos, vendidos em bazares organizados pelas próprias participantes. Durante a realização dos trabalhos manuais, as mulheres conversavam, contavam seus problemas, sonhos, trocavam informações sobre o trabalho doméstico. Era um espaço fundamental de acolhida de novas integrantes, que muitas vezes se interessavam primeiramente pelo artesanato. Além disso, “a importância dessa parte está no fato de retomar atividades habituais, tradicionalmente vinculadas aos papéis femininos, e dar-lhes um caráter coletivo, além de valorizar o trabalho feminino” (Sader, 1988, p. 207).

Vemos aqui uma forte conexão com a economia feminista e com a economia solidária, abordadas na seção anterior. Tendo como preocupação a geração de renda, os encontros nos Clubes de Mães contribuíam para a independência econômica baseada em relações de trabalho pautadas na solidariedade, em contraponto aos empregos capitalistas. Além disso, ajudavam a evidenciar as relações desiguais que regem a realização do trabalho reprodutivo das mulheres dentro do ambiente doméstico.

O segundo momento dos encontros semanais consistia numa leitura crítica coletiva, usualmente a partir do Evangelho, sempre resgatando situações reais vividas por elas e refletindo sobre isso:

Nessa ótica, problemas que antes eram pensados como naturais e privados – a rotina doméstica, repetitiva e sem sentido; a obrigatoriedade de ficar em casa para cuidar dos filhos; a dependência diante do marido – passam a ser encarados como problemas sociais, que são compartilhados por tantas outras e que podem ser alterados por novas práticas sociais (SADER, 1988, p. 207).

Numa pesquisa sobre Clubes de Mães em Porto Alegre, Anjos (2008, p. 520) analisa o que seria, para as donas de casa, o início de uma passagem do âmbito privado para o público, num espaço onde eram valorizadas por seu saber popular. Num contexto social de restrição de acesso a recursos mínimos em matéria de saúde, saneamento e informação, “a disposição dos recursos comunitários e de informações básicas a serem disseminadas ou aplicadas 'na prática' é capaz de garantir a sobrevivência dos atendidos pelas pastorais e tornar as 'líderes' especiais, detentoras de algo raríssimo: noções que salvam vidas ou que ajudam a viver melhor”.

É importante destacar aqui como os Clubes de Mães ultrapassaram suas ações internas e foram capazes de produzir ações políticas significativas. Com o tempo, os Clubes de Mães passam a fazer reivindicações por creches, saúde, transporte, e também a executar ações comunitárias para solucionar problemas coletivos, como mutirões. Muitas obras de infraestrutura para o bairro foram conquistadas graças à pressão popular exercida por essas mulheres, que passavam a conhecer os meandros da administração pública com o intuito de pressioná-la.

Após o fortalecimento das unidades autônomas, foi constituída uma coordenação dos Clubes de Mães em nível regional, perto da Estrada de M'Boi Mirim, zona sul de São Paulo, da qual faz parte a atual presidente da organização que estamos estudando. Suas reuniões contavam com uma representante de cada clube, embora fossem abertas às demais participantes. Reuniam-se mensalmente para tratar de questões como: troca de experiências entre os grupos, avaliação do trabalho realizado, e programação da expansão de suas ações, tanto em termos territoriais como no que se refere à quantidade, realizando um trabalho que visava a criação de um número cada vez maior de Clubes de Mães, considerados como uma “forma de mais mulheres 'despertarem para a luta’”. (SADER, 1988, p. 209)

O método para realizar essa expansão dos clubes consistia em grandes encontros de reflexão, atividades de lazer conjunto e debates sobre suas lutas, destacando o valor da mulher e sua participação como cidadã:

As “lutas do dia a dia” eram o aprendizado da cidadania, o modo pelo qual pensavam suas privações enquanto injustiças que poderiam ser sanadas se as pessoas injustiçadas se dispusessem a lutar por seus direitos. Elas brotavam das queixas do cotidiano, regadas por informações sobre modos possíveis de mobilizar-se para alterá-lo. (SADER, 1988, p. 210)

Ampliou-se o número de Clubes de Mães, chegando-se a falar de algo em torno de trinta ou quarenta clubes existentes. Uma identidade comum foi sendo forjada e começava-se a ter cada vez mais a noção de um movimento unificado, e esta ampliação da visão e da atuação do movimento dos Clubes de Mães desembocou no surgimento do Movimento do Custo de Vida (MCV).

O Ano Internacional da Mulher (1975) foi oportuno para fortalecer este movimento, quando diversas mulheres dos Clubes de Mães, das comunidades de base e das associações de bairro realizaram uma pesquisa em duas mil casas, utilizando-se de questões como quantos moradores residiam na casa, quantos

trabalhavam, qual a renda e quanto dinheiro era gasto em alimentação pela família, além do objetivo principal de conscientizá-las sobre a elevação do custo de vida e a necessidade de levar ao poder público a situação em que se encontravam os lares operários. Num depoimento dado ao autor, uma mulher conta, de forma bastante emblemática, como foi essa experiência:

Foi a etapa que a gente saiu dos grupos fechados, da igreja, de clubes de mães, pra praça pública. Porque a etapa da gente conversar com a gente mesmo, que a gente conhecia, era fácil. Agora, a etapa de você ir pra rua e conversar com quem você nunca tinha visto e dizer “olha, você quer discutir isso?”, foi um salto, assim, violento, sabe, pras pessoas (SADER, 1988, p. 213)

Finalizada a pesquisa, os dados foram sistematizados e foi confeccionado um abaixo-assinado direcionado às autoridades do governo, inclusive ao presidente da República:

Sendo o Ano Internacional da Mulher, nós, mulheres de São Paulo, nos unimos e fizemos uma pesquisa sobre o custo de vida, porque é um dos principais problemas do povo. O resultado de 2 mil pesquisas feitas por nós mostrou que, nos bairros onde moramos, as famílias têm pouco mais de cinco pessoas em média, sendo que duas trabalham e ganham em média Cr\$1.688,53 por mês. Só com a comida, gás e sabão, a família gasta Cr\$992,29. De agosto de 1974 até agosto de 1975, só a comida subiu 49%. Para conseguir sobreviver, o pai de família é obrigado a trabalhar quase dia e noite, faz muitas horas extras e quase não vê os filhos. Também a mãe trabalha. Muitas crianças em idade escolar têm que fazer biscates, como: carreto de feira, engraxar sapatos, vender bugigangas nas ruas, em vez de ir à escola. Isso tudo está prejudicando as nossas famílias. (TELES, 1999, p.79)

Essas mulheres conseguiram, num primeiro momento, 16.500 assinaturas. Em seguida, já em 1976 e contando com a adesão de setenta Clubes de Mães, confeccionaram outro abaixo-assinado com 18.500 assinaturas, tendo ido inclusive às fábricas onde seus maridos trabalhavam para a coleta de mais assinaturas.

Num documento interno do MCV desse momento, temos registrado o significado do abaixo assinado para seus promotores: colher muitas assinaturas (era o objetivo explícito); unir mais pessoas; difundir o MCV e a situação de vida do povo; conversar com “pessoas novas, dando oportunidade para elas dizerem o que pensar”; integrar mais pessoas no trabalho; refletir (“conscientização”) sobre as ideias expressadas pelas pessoas ouvidas (SADER, 1988, p. 216)

Sobre o Movimento do Custo de Vida, Teles (1999, p. 78) faz um adendo, relatando que, a princípio, “era dirigido por mulheres da periferia e por setores da Igreja. Mais tarde, mudou seu nome para ‘Movimento contra a Carestia’ e, nessa

época, já se encontrava principalmente sob a direção de sindicalistas e de agrupamentos políticos de esquerda. (...) Com a repressão política nas fábricas e nos sindicatos, os bairros populares de periferia transformaram-se em espaços de resistência, estimulados pelas mulheres, que constituíam a própria vida desses bairros” (TELES, 1999, p. 84). Em contraposição, Singer (1980, p. 229) fala sobre uma característica geral dos movimentos sociais desta época: “as bases resistem a se deixar manobrar por seus organizadores, revelando um forte sentimento de autonomia que se manifesta, por exemplo, nas propostas de que a questão partidária seja decidida mediante 'discussão nas bases'”, citando inclusive que essa foi uma realidade no MCV e no movimento feminista.

Em junho de 1976, realiza-se em Santo Amaro uma assembleia com a presença de quatro mil pessoas. A adesão crescia, a televisão noticiava o movimento, porém não havia nenhuma resposta por parte dos governantes. O movimento continuava tomando corpo e chegou ao ponto de se organizar numa estrutura mais complexa, na qual havia os grupos de base, as coordenações dos bairros, as coordenações das regiões e a coordenação da Grande São Paulo. Mobilizavam-se grupos de esquerda, militantes de partidos políticos, estudantes, grupos de oposição sindical etc. Em agosto de 1978, em mais uma assembleia, vinte mil pessoas dirigiram-se à Sé para levar o documento, que continha 1.250.000 assinaturas. “Foi o auge do movimento. O governo não o reconheceu, não recebeu seus portadores e pretendeu desqualificar as assinaturas. O Movimento entrou numa fase de discussão e reorganização, mas o que restou foram apenas estruturas organizativas.” (SADER, 1988, p. 220, 221)

Entretanto, é importante enfatizar que este movimento introduz uma importante inovação para a época: ao tornar pública a discussão sobre assuntos domésticos, comuns às famílias de trabalhadores, “o movimento vai tecendo uma ligação entre o mundo cotidiano e o da política” (SADER, 1988, p. 215), dando suas contribuições para a construção de uma outra subjetividade da mulher e forjando sua emancipação.

Com o MCV, muitas feministas de classe média passaram a frequentar os bairros e alguns temas considerados tabus também passaram a ser debatidos. Quanto a isso, Teles (1999, p. 76) afirma que dirigentes políticos ou religiosos do

bairro cercavam as feministas para impedi-las de falar sobre sexualidade, violência sexual e doméstica, aborto e, enfim, tudo o que envolve mais de perto a condição feminina, a pretexto de que tais questões só “dividem o movimento operário”.

Observamos então, neste período mais do que durante o movimento das sufragistas, uma articulação mais orgânica entre as diferentes classes de mulheres organizadas em torno de sua emancipação.

1.6. A articulação dos Clubes de Mães com outras organizações de mulheres

Em 1979, havia um número expressivo de grupos de mulheres já consolidados (SCHMINK, 1981). Destacamos, entre eles, o Centro da Mulher Brasileira (CDMB), que realizava diversos diagnósticos sobre a situação da saúde, da educação, dos direitos da mulher, do trabalho feminino e da participação política feminina, entre 1975 e 1978. Estes se realizam especialmente nos Clubes de Mães e contam com a ajuda de estudantes de diversos cursos superiores, “estabelecendo uma ligação muito viva entre as mulheres profissionalizadas em nível superior e as que vivem na periferia operária da cidade” (SINGER, 1980, p. 120). Segundo Singer, os resultados dos estudos são “discutidos em Sociedades Amigos de Bairros e Clubes de Mães, em reuniões que propiciam o alargamento da base social do Centro, mediante a mobilização de mulheres ativas nestas entidades dos bairros populares” (SINGER, 1980. p. 120). O autor afirma que um dos objetivos da organização era lutar pela igualdade entre homens e mulheres, mas restringida ao campo socioeconômico e jurídico, e não dentro da família; elas não se intitulavam feministas.

Destacamos a criação do jornal *Nós Mulheres*, que representou um marco no debate sobre a emancipação da mulher no que se refere ao trabalho doméstico. O jornal era distribuído nos Clubes de Mães, especialmente na Zona Sul, e era feito para ser um material de trabalho de base. Cabe citarmos o editorial programático de sua primeira edição, em junho de 1976:

Achamos que *Nós Mulheres* devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida. Para que tenhamos o direito à realização. Para que ganhemos salários iguais quando fazemos trabalhos iguais. Para que a sociedade como um todo reconheça que nossos filhos são a geração de amanhã e que o cuidado deles é um

dever de todos e não só das mulheres (...) Queremos portanto boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurantes a preços populares, para que possamos junto com os homens assumir as responsabilidades da sociedade. Queremos também que nossos companheiros reconheçam que a casa em que moramos e os filhos que temos são deles e que eles devem assumir conosco as responsabilidades caseiras e nossa luta por torná-las sociais. Mas não é só. *Nós Mulheres* queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. E por isto não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação (SINGER, 1980, p. 121)

Podemos perceber que as mulheres começam, neste momento, a dar um grande passo com relação a sua subordinação dentro do espaço doméstico. Elas começam de fato a inserir a questão da igualdade na divisão das tarefas com os filhos e a propor alternativas para seu trabalho doméstico, como as lavanderias coletivas e os restaurantes populares, citadas inclusive em uma das entrevistas realizadas para este trabalho. Não apenas isso – elas também propõem uma luta contra a marginalização a que as camadas populares foram submetidas, em favor de uma transformação estrutural da sociedade.

Singer relata que, em 1980, o grupo do jornal se divide em dois: *Associação de Mulheres* e *Grupo Nós Mulheres*. A Associação concentra suas lutas na igualdade de salários entre homens e mulheres, na criação de creches e na prática segura e livre da contracepção. Além disso, esse grupo se destaca pela sua forma de organização interna, pautada na democracia e no exercício da autogestão.

Outro importante jornal, que também se articulou com os Clubes de Mães, foi o *Brasil Mulher*. Sua compreensão era a de que

a luta pela emancipação da mulher está diretamente associada à luta pela transformação da sociedade ... que a emancipação da mulher não se fará antes da libertação dos setores mais explorados da sociedade; mas a mulher tem que começar desde já a sua luta... embora sejam todas as mulheres que sofram algum tipo de discriminação, em função do seu sexo, isto não significa que todas sofram pressões idênticas, nem que possuam os mesmos interesses. Isso vai depender da classe social a que pertencem. (Singer, p. 127)

Esse jornal era “um instrumento de mobilização e conscientização das mulheres da periferia operária da cidade, sobretudo das participantes dos Clubes de Mães” (SINGER, 1980, p. 127).

Podemos perceber que havia nesse momento uma forte articulação das

mulheres intelectuais, que produziam esses jornais, com as mulheres da periferia, dos Clubes de Mães. Poderemos observar, no capítulo seguinte, que as mulheres envolvidas na fundação da associação União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências (UPM) assimilavam o discurso proferido por esses jornais e trabalhavam com ele em suas ações locais. Apesar de estarem desde o início articuladas com o movimento feminista mais intelectualizado, os Clubes de Mães não faziam uso da palavra feminismo (SINGER, 1980).

Cabe destacar brevemente a questão da reprodução e da sexualidade, pois esse debate terá um lugar especial na conformação da UPM. Por volta desses anos, o movimento feminista começa a propor com ênfase cada vez maior uma libertação da sexualidade feminina, afirmando que as mulheres também sentem prazer no ato sexual. Além disso, o desenvolvimento dos métodos contraceptivos apresenta uma nova questão aos casais: o planejamento familiar. O controle da natalidade passa a ser uma possibilidade concreta para as mulheres, que contam com o apoio do movimento feminista. Porém, havia também o entendimento, por parte de alguns setores da sociedade, de que o crescimento populacional era a causa dos prejuízos a que as camadas desprivilegiadas se viam submetidas (SINGER, 1980), criando uma sobreposição da defesa do uso dos anticoncepcionais por ambos os setores, porém a partir de perspectivas distintas. E assim nasciam as políticas públicas de controle da natalidade, como afirma Singer (1980, P. 134):

Contando com a aprovação e o apoio dos governos dos países capitalistas adiantados e de autoridades brasileiras em nível local e regional, organizações neomalthusianas – notadamente a Benfam – têm se lançado ao trabalho de difundir práticas anticoncepcionais modernas nos setores mais pobres da população. (...) A questão se complica ainda mais na medida em que há divergências irreconciliáveis entre os médicos quanto ao perigo para a saúde da usuária tanto da pílula quanto do DIU. A tendência do movimento feminista é criticar o neomalthusianismo e muitas vezes especificamente a Benfam por “impor” às mulheres pobres o controle na natalidade e por recomendar métodos prejudiciais à saúde da mulher.

No capítulo 3, conseguiremos apreender um pouco deste cenário das décadas de 1970 e 1980 por meio das falas das próprias mulheres. Antes disso, faremos uma breve explanação sobre o período seguinte, das décadas de 1990 e 2000, cuja contingência política, econômica e social propiciou uma nova fase para as mobilizações coletivas.

1.7. As mulheres em movimento no contexto da institucionalização dos movimentos sociais

Apresentaremos de forma genérica o fenômeno de institucionalização comum aos movimentos sociais surgidos na época do regime militar, para entender de que forma as organizações de mulheres se inserem neste contexto e são influenciadas por suas decorrências. Não pretendemos esgotar aqui esta explanação, uma vez que será abordada posteriormente a partir do estudo da associação que constitui o foco do presente trabalho.

Dagnino (2004) situa os anos 1990 como palco de uma “confluência perversa” entre dois projetos que estavam em curso no Brasil. O primeiro diz respeito a um projeto político de expansão e aprofundamento da democracia, que teve sua origem nos movimentos sociais organizados contra a ditadura. Neste projeto, o princípio de participação da sociedade civil no Estado é central, e possibilitou que diversos mecanismos participativos fossem criados e amparados pela Constituição de 1988, como os Conselhos Gestores e o Orçamento Participativo. Nesse período, assistimos a um trânsito da sociedade civil para o Estado, com a participação da população na formulação, implementação, avaliação e no acompanhamento de políticas públicas.

O segundo é o projeto de Estado mínimo, que diz respeito aos ajustes à política neoliberal cada vez mais predominante internacionalmente (especialmente a partir do Consenso de Washington), e se originou com a eleição do presidente Collor em 1989. Nele ocorre um enxugamento de gastos públicos e a proclamação de um Estado menos interventor.

A autora descreve como perversa a confluência destes dois projetos porque ambos requerem uma sociedade civil mais ativa e propositiva, entretanto para diferentes fins. O projeto político da democracia, por sua essência, requer maior participação popular; e o projeto neoliberal tende a eximir o Estado de suas responsabilidades sociais e transferi-las para a sociedade civil. Essa proposta tem sua origem num contexto macropolítico.

No decorrer das últimas décadas, um importante agente político-mundial passou a estimular o movimento de auto-organização das populações em grupos,

para satisfação de suas necessidades básicas. O Banco Mundial, já a partir da década de 1970, passou a propor que os países desenvolvessem políticas de "*self-help*", ações em que os pobres pudessem encontrar suas próprias formas de reprodução social (ARANTES, 2008; FREITAS, 2009). Isto era visto como uma maneira mais fácil de lidar com os problemas sociais da população que vivia à margem da economia formal, então "dar 'poder aos usuários' e beneficiários das políticas públicas, ao mesmo tempo em que estas passam por um enxugamento de gastos (...), aparecem como práticas alternativas factíveis e responsáveis diante das intervenções estatais faraônicas e deficitárias dos países em industrialização" (Arantes, 2008, pg.3). Configura-se uma disfarçada "união" dos discursos da direita e esquerda.

É nesta década que surgem as chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs), que neste momento prestam assessoria aos movimentos sociais e aos partidos de esquerda e angariam recursos para os mesmos, constituindo-se como fortalecedoras da luta social (CISNE, 2007; FREITAS, 2009).

Passado o momento de repressão política da ditadura militar, e com o advento da democracia, as mais diferentes representações dos movimentos sociais encontraram terreno fértil para sua institucionalização, estimuladas pela crescente política neoliberal. Então, é a partir da década de 1990 que se assiste a um aumento excepcional do número dessas organizações no Brasil.

FREITAS (2009) afirma que isso ocorreu pelos seguintes motivos: uma crise do movimento sindical e consequente perda do poder de pressão do mesmo, e uma crise de representatividade dos partidos políticos. Grupos de muitos movimentos sociais passam a se formalizar como pessoas jurídicas e dão início ao desenvolvimento de atividades que fundamentalmente seriam atribuídas ao Estado, como a oferta de serviços assistenciais, de educação e de saúde, a preservação do meio-ambiente, entre outras, tendo papel central na expansão das políticas sociais. Recebem financiamento da cooperação internacional, mas também o Estado, nas esferas federal, estadual e municipal, passa a destinar um volume significativo de recursos para apoiar suas ações.

Cisne (2007), numa perspectiva marxista, tece algumas críticas ao fenômeno de institucionalização dos movimentos sociais. Ela afirma que as ONGs passam a

ser parceiras do capital, na medida em que descaracterizam o movimento como luta social. Além disso, a disputa pelos financiamentos fragmenta a identidade da classe trabalhadora e contribui para a minimização do Estado. Essa posição adotada pelo Estado aparece como uma preocupação deste com questões humanitárias, quando, na verdade, "o que ocorre é um controle e uma fragmentação destas lutas e o fortalecimento do neoliberalismo" (p. 6).

Não adotaremos a postura de determinar que todas as formas de institucionalização dos movimentos sociais representam uma degeneração dos mesmos. Acreditamos ser complexa a análise e a comparação das potencialidades e dos limites que essa nova condição trouxe para suas lutas, contendo em si diversas contradições. Propomos, então, algumas questões: em que medida é possível, para certos movimentos sociais institucionalizados, transpor o enquadramento dado pela estrutura e pela burocracia estatais, e exercer sua autonomia? E de que forma eles são capazes de atualizar suas lutas nessa nova lógica e manter alguma contraposição ao sistema hegemônico? Examinaremos alguns elementos específicos do movimento feminista.

Acompanhando esse processo de institucionalização, os grupos feministas também passam a se constituir em organizações jurídicas. Estas, para Novellino (2006), são marcadas menos por atividades de mobilização e mais por atividades técnicas, como o apoio psicológico e jurídico e a capacitação de mulheres pobres e trabalhadoras. Para disponibilizar tais serviços, "as ONGs tinham que oferecer um ambiente institucional profissionalizado e especializado" (p. 9) e, portanto, mais formal.

Diminui consideravelmente o confronto com o Estado, e essa relação será pautada mais pela negociação de políticas públicas voltadas para a mulher. As ONGs que concentram maior volume de recursos públicos, as mais profissionalizadas, colocam-se como intermediárias entre o Estado e as mulheres, propondo e monitorando as políticas públicas destinadas a este setor. (NOVELLINO, 2006)

As organizações feministas podem tender a ser mais "conservadoras" nesse novo momento, mas ao mesmo tempo ganham estabilidade para executar suas ações. Além disso, ocorre um ganho com relação à incorporação e à

institucionalização das temáticas feministas por parte do Estado.

Pode-se concluir que a presença das mulheres no mundo público, tanto via trabalho assalariado como via participação política, contribuiu não só para alterar de modo positivo sua condição de subordinação e opressão, mas também para propiciar que participem ativamente, dando suas contribuições, em lutas por mudanças na estrutura social de dominação-exploração como um todo.

2. Pesquisando um Movimento Popular

Pesquisamos neste trabalho uma organização que existe há 27 anos na periferia sul da cidade de São Paulo, a União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências (UPM). No primeiro capítulo, fizemos uma contextualização histórica da situação das mulheres no capitalismo e de suas organizações políticas, a fim de compreendermos em que conjuntura política e social se inscreve essa organização, que surge do movimento popular. Damos ênfase ao movimento dos Clubes de Mães pelo fato de que foi especialmente a partir dele que surgiu a UPM.

Nosso principal interesse neste estudo é determinado pela preocupação com a transformação das formas de dominação-exploração a que as mulheres estão sujeitas, mas também com as demais formas de opressão e exploração que a estrutura da sociedade capitalista ocasiona de maneira geral. O que nos parece fundamental entender num movimento popular como a UPM é a forma como as mulheres conseguem ser propulsoras da transformação de sua própria situação de dominação-exploração, mas também protagonistas nas mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais necessárias para se caminhar em direção à produção da vida, conforme pressupõe a economia feminista.

Nosso objetivo geral foi, então, refletir sobre o desenvolvimento da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências, em suas dimensões individual e coletiva, por meio do enfoque psicopolítico, que será apresentado neste capítulo. Para tal, se fez necessário revisar concisamente a história de lutas das mulheres, o que foi feito no primeiro capítulo; construir a trajetória da UPM observando os diferentes papéis dos sujeitos envolvidos, bem como a peculiaridade de cada período histórico; refletir sobre o papel da UPM no processo de conscientização política dessas mulheres; entender os limites e as potencialidades das práticas da UPM para as transformações a que nos referimos anteriormente.

2.1. Motivações para a realização da pesquisa e concepções metodológicas

A inquietação para realizar esta pesquisa surgiu e se elaborou em diferentes momentos. O primeiro deles foi a partir de minha participação como formadora na

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP), um programa de extensão universitária ligado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo. A ITCP-USP foi fundada em 1998, pelo professor Paul Singer⁸, no contexto da expansão do movimento de economia solidária, junto com outras incubadoras, e tem como objetivo apoiar e fomentar suas práticas por meio do acompanhamento de empreendimentos, feiras, clubes de trocas, redes de articulação e demais ações relacionadas à Economia Solidária.

Assim como as práticas que fomenta, a ITCP-USP se propõe a ser autogestionária. Isso significa que estudantes, professores e funcionários da USP que ali atuam constituem-se como iguais nos processos de tomada de decisão, o que certamente não pressupõe a ausência de conflito. Minha participação na ITCP-USP por quase três anos (2008-2010) foi marcada pelo enorme aprendizado proporcionado pelo exercício da autogestão, pelo convívio com as diferenças, pelas práticas de negociação política que muito usualmente eram difíceis e truncadas, mas que levaram ao estreitamento de laços de amizade e de companheirismo numa trajetória militante, de compartilhamento de ideais e também de angústias frente às contradições encontradas no percurso. Foi na prática da autogestão que comecei a me colocar num mundo público e desenvolver minha consciência e formação políticas.

O trabalho junto a práticas de economia solidária incitava a busca por aprofundamentos teóricos cujos resultados pudessem contribuir para o entendimento e a elucidação de alguns dos conflitos com os quais nos deparávamos. Eram muitas as indagações sobre a relação entre a teoria e a prática. Observávamos transformações microestruturais na vida das pessoas participantes dos empreendimentos, como uma mulher que adquiria autonomia econômica e também a partir do desenvolvimento de uma consciência política conseguia se separar de um marido agressor; ou a participação de pessoas em instâncias políticas para além do empreendimento etc. Por outro lado, exercitando um olhar crítico, assistíamos um tanto frustrados ao papel que a economia solidária vinha desempenhando dentro da macroestrutura social, política e econômica do nosso país, à maneira como suas práticas têm se engendrado na macroestrutura socioeconômica e política dominante

⁸ O professor Paul Singer é atualmente Secretário Nacional de Economia Solidária.

como instrumento atenuador de suas mazelas. A própria ampliação de miríades de práticas da economia solidária nos últimos anos, dos mais variados formatos, gerou uma necessidade de reflexão sobre seus processos. Que caminhos essas práticas vêm tomando ao propor novas formas de relações sociais e de trabalho, especialmente a partir de quais contextos elas ganham força rumo a mudanças significativas?

Foi por meio de um dos projetos da ITCP-USP que me aproximei da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências, tendo como objetivo dar apoio à implantação de um banco comunitário nesta organização (esse processo será relatado no próximo capítulo). Por meio de minhas atuações, pude perceber diferenças significativas entre os projetos que a ITCP-USP propunha para diferentes grupos de atores. Foi nítido o avanço em termos de apropriação do projeto do banco comunitário no interior de uma organização como a União Popular de Mulheres, já fortalecida pelos anos de luta popular e com uma posição política bastante definida. No processo de acompanhamento do banco comunitário, o aprendizado sobre a sua implantação acontecia por uma via de mão dupla, pela qual pude constatar uma produção de conhecimento que já aliava a ciência ao saber popular. Era visível a transformação das consciências de cada uma das mulheres e de todos nós que atuávamos nesse processo, pois a construção do banco forçava que nos recolocássemos frente ao mundo e a nós mesmos, num processo dialógico.

Outro fator que me levou a realizar essa pesquisa foi a minha maternidade. Assim como fiz a análise das mulheres no mundo do trabalho no capítulo anterior, eu não fugi à regra. Quando me vi mãe, novos questionamentos vieram à tona em torno de minha condição como mulher no mundo, e isso passou a se inserir em grande parte de minhas inquietações. Deixei meu trabalho na incubadora, passei a ficar em casa e me submeti a condições de trabalho mais flexíveis para que eu pudesse ficar mais próxima do meu filho ao menos em seu primeiro ano de vida. A maternidade fez com que eu me sentisse mais madura para encarar uma escrita longa e complexa como uma dissertação de mestrado.

Minhas reflexões me levaram a uma indagação importante no que diz respeito ao sentido da produção científica e ao modo de fazê-la. Para quê e para quem se faz pesquisa? Um de meus comprometimentos com todo meu trabalho na ITCP-USP e

na UPM era que eu deveria sistematizá-lo e produzir reflexões que pudessem contribuir para seus registros e inclusive para seu aprimoramento. Também me senti na responsabilidade de produzir reflexões e visibilizar as contradições sobre a temática feminista. A academia, tão tomada por produções voltadas ao mundo capitalista, deve também comprometer-se com produções sobre assuntos de mudança social e participação política. Por esse motivo, trataremos brevemente dessa questão.

Diversos autores têm se debruçado sobre a desmistificação da pureza e incontestabilidade da ciência, e criticado a dicotomia sujeito-objeto, relação na qual o primeiro é quem detém o saber e o poder, de tal forma que os fenômenos da exclusão/inclusão, que geram desamparo, são reproduzidos também no contexto da pesquisa. Partimos do pressuposto de que nenhum tipo de conhecimento é neutro, e de que o sujeito pesquisador se coloca a partir de um posicionamento político. Nesta seção, tentaremos refletir sobre essas indagações e propor um caminho para a execução da pesquisa, visto que nos parece relevante assumir aqui um posicionamento político: temos uma vinculação ideológica e emocional com o objeto, que nos move nesse caminho de produção de saber.

Boaventura de Sousa Santos (1988) tem muito a contribuir nesse sentido em sua exposição sobre o paradigma científico dominante, seu ponto de crise e o consequente paradigma emergente. O autor faz uma explanação sobre a história e a filosofia da ciência, criticando o modelo de racionalidade utilizado desde o século XVI, e dominante até os dias de hoje, que privilegiava o estudo das leis da natureza e exigia um posicionamento de defesa contra o senso comum e os estudos humanísticos. A produção científica valoriza a quantificação e o rigor científico como ponto de partida para entender o mundo. Nesse sentido, o conhecimento científico rompe com o conhecimento do senso comum e põe em dúvida tudo aquilo que dele provém.

As ciências sociais têm posição específica nesse paradigma, apresentando duas principais vertentes de estudo: uma que (re)aplica os princípios e métodos das ciências naturais; e, posteriormente, uma que reivindica um estatuto metodológico e epistemológico próprio para seus estudos. Santos (1988) expõe o paradigma emergente como aquele que vai substituindo a noção de *lei* pelas noções de

sistema, de estrutura, de modelo e, especialmente, de processo.

O conhecimento pós-moderno aborda “as condições de possibilidade de ação humana projetada no mundo a partir de um espaço-tempo local” (Santos, 1988, p. 66). Se ele surge do questionamento da própria ciência sobre si mesma, isto é, da constatação da própria ciência sobre seus limites, ele não pode ser apenas científico, mas constitui-se como um paradigma social. Utilizamos essa premissa aqui por entendermos que não apenas o objeto está comprometido com as mudanças sociais, mas o próprio pesquisador ou pesquisadora também está inserido num contexto de valores, interesses e preocupações.

Acreditamos que, para uma verdadeira compreensão de um fenômeno social, seja preciso levar em conta e incorporar o senso comum, a experiência prática, a sabedoria da vivência e também as concepções individuais dos sujeitos estudados para possibilitar uma aproximação compreensiva do objeto de estudo. Mas, além disso, também o objeto de estudo se apropria do conhecimento “científico” gerado na pesquisa e se modifica nesse processo.

Boaventura coloca o senso comum numa posição privilegiada dentro do novo paradigma de produção científica. Colocamos aqui uma citação um tanto longa, porém muito importante para o entendimento de nossa posição acerca do assunto.

A ciência pós-moderna sabe que nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional; só a configuração de todas elas é racional. Tenta, pois, dialogar com outras formas de conhecimento deixando-se penetrar por elas. A mais importante de todas é o conhecimento do senso comum, o conhecimento vulgar e prático com que no cotidiano orientamos as nossas ações e damos sentido à nossa vida. A ciência moderna construiu-se contra o senso comum que considerou superficial, ilusório e falso. A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo. É certo que o conhecimento do senso comum tende a ser um conhecimento mistificado e mistificador mas, apesar disso e apesar de ser conservador, tem uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do diálogo com o conhecimento científico. Essa dimensão aflora em algumas das características do conhecimento do senso comum. O senso comum faz coincidir causa e intenção; subjaz-lhe uma visão do mundo assente na ação e no princípio da criatividade e da responsabilidade individuais. O senso comum é prático e pragmático; reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de vida de um dado grupo social e nessa correspondência se afirma fiável e securizante. O senso comum é transparente e evidente; desconfia da opacidade dos objetivos tecnológicos e do esoterismo do conhecimento que os projeta em nome do princípio da igualdade do acesso ao discurso, à competência cognitiva e à competência linguística. O senso comum é superficial porque desdenha das estruturas que estão para além da consciência, mas, por isso mesmo, é exímio em

captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas. O senso comum é interdisciplinar e imetódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para o produzir; reproduz-se espontaneamente no suceder cotidiano da vida. O senso comum aceita o que existe tal como existe; privilegia a ação que não produza rupturas significativas no real. Por último, o senso comum é retórico e metafórico; não ensina, persuade. (1988, p. 70).

Utiliza-se também o termo ciência popular para esse tipo de conhecimento que é produzido no interior de comunidades, e que Orlando Fals Borda (1983, p. 45) define como “conhecimento empírico, ou fundado no senso comum, que tem sido uma característica ancestral, cultural e ideológica dos que se acham na base da sociedade”. Este autor debate sobre o aspecto político da ciência, que se produz e reproduz para a manutenção da ideologia dominante, já que monopoliza a definição de ciência e exclui outros tipos de saberes.

Na tentativa de promover a articulação do saber científico com o saber popular, esta pesquisa não poderia deixar de valorizar o conhecimento popular que vem sendo construído pelos atores ligados à associação União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências. Citando Paulo Freire (1983, p. 36),

na perspectiva libertadora em que me situo, pelo contrário, a pesquisa como ato de conhecimento, tem como sujeitos cognoscentes, de um lado, os pesquisadores profissionais; de outro, os grupos populares e, como objeto a ser desvelado, a realidade concreta. Quanto mais, em uma tal forma de conceber e praticar a pesquisa, os grupos populares vão aprofundando, como sujeitos, o ato de conhecimento de si em suas relações com a realidade, tanto mais vão podendo superar ou vão superando o conhecimento anterior em seus aspectos mais ingênuos. Deste modo, fazendo pesquisa, educo e estou me educando com os grupos populares.

Essa fala nos remete ao aprofundamento de outra questão posta: para quem fazer a pesquisa? Ao formular o objetivo não pudemos deixar de considerar sua utilidade para a própria organização, daí o cuidado de compartilhar desde o início o projeto e observar a reação dos envolvidos, que prontamente se mostraram interessados por ele. Por meio de diversas conversas com trabalhadores da organização pudemos perceber que a pesquisa se fará útil também em termos de registro da história da organização, uma vez que a abordamos nas entrevistas que desenvolvemos. Além disso, nossa reflexão é feita num determinado momento histórico da UPM, e pode vir a colaborar para clarear caminhos a serem percorridos

a partir de então.

Para o movimento da economia solidária, em especial como ex-membro da ITCP-USP, penso que interessa saber quais são alguns dos impactos de seus projetos, ou em que medida estes podem e conseguem ser incorporados pelas pessoas que estão envolvidas em seu processo. Daí a importância, e talvez a justificativa, da pesquisa para este segmento. Constitui-se como contribuição para o processo de sistematização e análise dessa experiência de incubação, guardadas as devidas proporções de seu recorte.

2.2. A materialidade do processo de pesquisa

O processo de escrita não se constitui como uma linearidade e, como acontece em muitos casos, os objetivos da pesquisa se alteraram no decorrer do percurso. Na medida em que nos deparávamos com algumas conclusões, novas questões se punham em nossa frente.

O objetivo inicial deste trabalho, proposto no projeto apresentado na inscrição de candidatura ao programa de pós-graduação no final de 2011, era estudar mais especificamente o banco comunitário, visando entender de que forma ele conseguiu se articular às ações anteriores da UPM, e em que medida potencializou ou não suas lutas. Nessa ocasião eu já havia deixado o acompanhamento do projeto do banco comunitário desde junho de 2010, mas me interessava em estudar seus impactos dentro da UPM.

Um ano se passou e eu voltei a frequentar a associação quando fui contratada diretamente por ela, em janeiro de 2013 (tendo já cursado um ano do mestrado), para trabalhar como gerente de um serviço da UPM, o Núcleo de Convivência de Idosos Grupo Vida Ativa (NCI Grupo Vida Ativa) – serviço público conveniado com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Se mesmo nos dois anos anteriores, mais distante da organização, eu mantinha uma relação de amizade com os membros da UPM, no ano de 2013 minha relação com algumas pessoas da UPM se estreitou ainda mais. A relação não só de militância, mas também de amizade pessoal.

Antes de retornar à UPM eu mantinha contato com Rafael, Mara e Thiago (os

dois primeiros foram entrevistados para essa pesquisa). Rafael foi quem encabeçou o projeto do banco dentro da UPM e então era com quem eu havia tido contato mais direto. Também mantive certo contato com Thiago, que entrou para trabalhar na UPM pelo projeto do banco e, portanto, quando eu estava presente. Outra pessoa com quem eu havia tido contato era Mara, que trabalhava na entidade há quatro anos no momento em que cheguei para acompanhar o banco, em 2009. Mara e Rafael eram as duas referências da entidade na época, pois se faziam presentes cotidianamente. Mara realizava a maior parte dos trabalhos administrativos e auxiliava nas oficinas de artesanato e demais atividades.

É difícil transformar em palavras as sensações e sentimentos que me tomaram quando passei a frequentar o espaço da Casa da Mulher e da Criança (como é chamada a sede da entidade). As relações entre as(os) trabalhadoras(es) e destas(es) com a população era natural e orgânica, despojada e repleta de respeito e carinho mútuo. Os portões estavam sempre abertos e, apesar de tratar-se de uma casa privada, a circulação de pessoas mais parecia retratar um espaço público onde as pessoas se sentem totalmente à vontade para estar – e esse ambiente é premeditadamente pensado e proposto, apesar de ao mesmo tempo ser genuíno e autêntico. Algumas iam apenas para sentar na sala e observar o movimento da casa, para estar ao lado dos seus, enquanto num canto acontecia uma oficina de artesanato entre mulheres e no outro uma aula de violão para alguns adolescentes. As crianças entravam e saíam correndo, muitas vezes indo com o objetivo de se alimentar na hora do lanche da tarde, ou brincar um pouco com os brinquedos da casa na sala da entrada. A responsabilidade do cuidado com as crianças, a partir do momento em que põem os pés lá dentro, é de todos os presentes, sejam mulheres ou homens. Se a mãe está fazendo aula de costura e a criança sugere estar com fome, a pessoa que ouve o pedido trata logo de buscar alimento para ela. O almoço na casa era geralmente feito apenas para as(os) trabalhadoras(es), mas sempre aparecia alguém mais necessitado e um prato era imediatamente fornecido. Quem preparava o almoço era geralmente quem estava mais disponível no momento, havendo sempre um revezamento que necessariamente incluía os homens no processo. Toda essa dinâmica, hoje, me faz associar o trabalho desenvolvido pela UPM com a proposta da economia feminista.

Figura 1 – Algumas das mulheres da UPM em 2012 (Neide de camisa rosa na frente; Mara na frente também, sentada no chão; Ana Vitória com a criança de camiseta vermelha; Rafael de camiseta verde ao fundo)

Meu retorno em 2013 me fez estreitar muito minha amizade com Mara, o que facilitou inclusive a realização da entrevista. Trabalhamos juntas no serviço em que eu era gerente, enquanto Rafael e Thiago trabalhavam na sede da entidade. Falarei brevemente sobre o perfil de Mara, Rafael e demais entrevistadas.

Mara (Marileide Gomes de Souza Jaime) é uma mulher de 49 anos que mora na casa ao lado da atual sede da UPM, e é uma das pessoas mais próximas da presidente e principal liderança da entidade, Neide. Ela trabalha bastante na função administrativa, mas está bem próxima de todas as ações executadas pela UPM, especialmente dos projetos de assistência social conveniados com a SMADS, que são os Núcleos de Idosos e o Centro de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM). Ela desempenha um papel central dentro da UPM. Gosta muito de pintar e dar oficinas de artesanato, está sempre perto do público. É casada com um homem que passou a trabalhar na UPM há dois anos, com quem tem um filho já maior de idade.

Rafael é um homem de 32 anos, morador da região e militante de movimentos

sociais há alguns anos. Formou-se em Sociologia, passou um ano num assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e trabalhou em algumas ONGs. É também uma figura central dentro da UPM, articulando projetos de cultura e economia solidária, e estreitando laços e lutas da UPM com os povos indígenas e povos tradicionais. Pelo contato anterior, a proposta de entrevista com ele foi recebida de maneira bastante tranquila.

Neide é uma mulher de 76 anos, principal fundadora da UPM e sua principal liderança até hoje. Seu perfil será dado de maneira mais detalhada no próximo capítulo, por conta do importante papel que exerceu nas lutas sociais da região desde a década de 1960. É casada, tem três filhos e uma filha, Ana Vitória, que também atua na entidade e foi entrevistada para este trabalho. Neide é sempre muito calorosa com todas as pessoas, tem uma habilidade enorme para dialogar com o povo e por isso é muito cativante. Está sempre muito atenta às necessidades das pessoas. A entrevista com ela fluiu muito bem e foi feita em duas etapas, pois teve grande duração.

Marineide tem 56 anos, participou da fundação da entidade em meados da década de 1980, mas deixou esse trabalho no ano 2000. Trabalha como cozinheira no centro da cidade, é casada, tem duas filhas e ainda é moradora da região. Foi Neide quem sugeriu que eu entrasse em contato com ela, que, por telefone, sugeriu alguns empecilhos para a realização da entrevista, mas depois aceitou. No início ela falou pouco, mas depois se sentiu mais à vontade e a entrevista terminou com risadas e um cafezinho. Sua filha mais velha estava presente no momento da entrevista e mostrou orgulho da mãe ter feito parte da UPM.

Inês é uma mulher de 69 anos, moradora da região. Eu a conheci pela primeira vez em um clube de trocas que eu acompanhava pela ITCP-USP, no bairro do Jd. Ângela. Ela, portanto, tinha mais afinidade com o tema da economia solidária no momento de chegada da proposta do banco comunitário. É uma pessoa bastante expansiva e alegre, gosta de conversar e se relacionar com as pessoas. A entrevista com ela aconteceu dentro do espaço do NCI Grupo Vida Ativa e fluiu de maneira muito proveitosa.

Ana Vitória é filha de Neide, tem 32 anos e está se formando em Sociologia. Guarda uma relação bastante peculiar com a UPM, já que seu crescimento se deu

em meio ao crescimento da entidade, onde sempre participou das atividades. Nos últimos anos vem assumindo cada vez mais trabalhos dentro da UPM e consolidando seu papel. Tem uma relação muito boa com sua mãe, sem deixar de pontuar suas críticas a certas ações da entidade. Desde que entrei para trabalhar na UPM, em 2013, também estreitei laços com Ana Vitória, que me concedeu a entrevista e outras informações em conversas informais.

Abaixo, um resumo do perfil das entrevistadas e do entrevistado:

Tabela 4 – Perfil das entrevistadas e do entrevistado da primeira e segunda geração

	NOME	IDADE	MOMENTO EM QUE SE ENVOLVEU NA UPM	PARTICIPAÇÃO NA UPM
1ª geração	Neide de Fátima Martins Abati	76 anos	Desde a década de 1970	Fundadora, principal liderança e atual presidente.
	Marineide Ferreira Barros da Silva	56 anos	Por volta de 1985	Fundadora.
	Inês Francisca de Almeida	69 anos	Por volta de 1985	Iniciou sua participação logo após a fundação. Foi coordenadora do NCI Renascer.
2ª geração	Ana Vitória Martins Abati (filha da Neide)	32 anos	Desde criança	Trabalhou como educadora e coordenadora no MOVA, depois no CDCM e agora é coordenadora geral da UPM.
	Marileide Gomes de Souza Jaime (Mara)	49 anos	2005	Iniciou sua atuação colaborando com oficinas de pintura e artesanato, cuida de procedimentos administrativos gerais da UPM e trabalha oficialmente como auxiliar administrativa do CDCM.
	Rafael Orlandi Mesquita	32 anos	2003	Propõe novas ações na UPM, coordena projetos, faz interlocução com outros movimentos sociais.

Ana Gabriela Moreira Pudenzi, 2014.

Ao ficar mais próxima das pessoas envolvidas no trabalho da UPM, enfrento algumas dificuldades para desenvolver a presente pesquisa. O estudo e aplicação de teorias se mesclam com percepções pessoais acerca de tal realidade, que se confundem muitas vezes com as relações de amizade que nutro com essas pessoas. Isso traz complexidades na explicitação de certas contradições, inerentes a todo o processo e a todo movimento social, tanto por conta do vínculo de amizade como pelo vínculo ideológico, por eu ter sido (e considerar ainda ser) uma militante da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências. Com essa clareza, espero ter conseguido exprimir uma compreensão científica de tal realidade, aliada ao saber popular que essas mulheres e homens produzem ali.

Na seção seguinte faremos uma breve contextualização socioespacial do objeto de pesquisa, apontando as características da região, da organização e dos trabalhadores com quem desenvolvemos este estudo.

2.3. Caracterização do objeto de pesquisa e definição das técnicas a serem utilizadas

A União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências está localizada no bairro Jardim Maria Sampaio, que por sua vez situa-se no distrito de Campo Limpo, zona sul da cidade de São Paulo, e é limítrofe ao município de Taboão da Serra, Embu das Artes e Itapeverica da Serra. Campo Limpo possui aproximadamente 212 mil habitantes em 12,80 km² de extensão, e segundo dados de 2010 o rendimento mensal de mais da metade da população desta área gira em torno de 2 a no máximo 5 salários mínimos⁹ (IBGE, 2010). A taxa de crescimento populacional deste distrito entre os anos 2000 – 2010 foi a segunda maior da cidade de São Paulo, perdendo apenas para seu distrito vizinho, Parelheiros.

A ocupação desta região se deu de forma desordenada, assim como usualmente acontece com regiões periféricas de grandes cidades, com moradias irregulares e sem a infraestrutura adequada. No bairro do Jd. Maria Sampaio residem aproximadamente 2.800 pessoas, e a densidade demográfica é de 25.000 habitantes/km² (IBGE, 2010).

⁹ O valor do salário mínimo considerado foi de R\$ 510,00.

A União Popular de Mulheres possui cinco espaços físicos onde atua com diferentes projetos.

1. Casa da Mulher e da Criança (sede da UPM)
2. NCI Vitória (convênio com SMADS)
3. NCI Vida Ativa (convênio com SMADS)
4. CDCM Mulheres Vivas (convênio com SMADS)
5. NCI Sorriso Puro (convênio com SMADS)

No Espaço Vitória situa-se o Núcleo de Convivência de Idosos Jd. Rebouças, um serviço conveniado com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) da Prefeitura Municipal de São Paulo, o qual conta com 5 profissionais envolvidos e funciona meio período.

No Espaço Maria Bonita funciona o NCI Vida Ativa, situado no distrito de Capão Redondo, com 8 profissionais envolvidos e aberto ao público no período integral. Neste mesmo espaço há o projeto de Arquitetura Social, que recebe financiamento da Secretaria da Cultura e tem o objetivo de promover a inclusão digital para a população da região.

Inaugurado mais recentemente (novembro/2012), o Espaço Mulheres Vivas é um Centro de Defesa e Convivência da Mulher, serviço conveniado também com a SMADS e que trabalha com mulheres vítimas de violência.

A Casa da Mulher e da Criança é a sede da UPM, e abarca projetos dos mais diferentes tipos. Atualmente existe o Banco Comunitário União Sampaio, a É'dmarca Loja Colaborativa (que comercializa produtos de empreendimentos locais e artistas da região), uma sala do MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos), a Agência Popular de Cultura Solano Trindade, e dois empreendimentos coletivos (de costura e de panificação), dentre outras ações mais pontuais. São muitos profissionais que se relacionam direta e/ou indiretamente com essas ações.

Como já apontamos anteriormente, queremos refletir sobre o desenvolvimento da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências como experiência de movimento popular que guarda conexões com a economia solidária e a economia feminista. Para tal, fizemos uso de entrevistas semiestruturadas (MAY, 2004) com seis trabalhadores, sendo três da geração mais antiga, que participaram ativamente na primeira década de atuação da organização, e três da geração mais recente, pós-

implantação do banco.

Faremos análise documental por meio de registros fotográficos, documentos do banco comunitário e documentos da UPM. A seleção das fotos antigas será feita com o objetivo de analisar a dinâmica de organização das mulheres do primeiro período e o tipo de atividade que costumavam desenvolver. Faremos leitura de algumas revistas feministas da década de 1980 para apreender elementos que nos ajudem a sermos envolvidos na atmosfera política da época. Os documentos da UPM serão visitados apenas para consulta de algumas datas e aquisição de outras informações pontuais importantes para o trabalho. Além disso, é importante ressaltar que utilizaremos nossas impressões que adquirimos no decorrer da realização do trabalho junto à entidade.

Para a realização da pesquisa tomamos como inspiração o método da pesquisa-participante, que carrega em si uma concepção colaborativa a respeito do modo de se fazer pesquisa, que altera a relação sujeito-objeto e abre de maneira ímpar a possibilidade de exercício da ação por aqueles que normalmente são objetos de um outro. É claro que nesta pesquisa não possuíamos as condições necessárias para chamarmos nossa investigação de pesquisa-participante. Não obstante, desejamos por meio de nossas entrevistas semiestruturadas e de uma análise comprometida com os sentidos que esses sujeitos constroem, fazer desta dissertação um texto que é mais do que a dedicação de uma pesquisadora; queremos fazer desta dissertação o resultado de um esforço coletivo, no qual somos também uma das atrizes que contribuem nesse processo e que vocaliza as múltiplas vozes que fazem a UPM.

Outra fonte de inspiração é a pesquisa-ação, que, segundo Thiollent (1947), “é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (p. 14). Apesar dos participantes não terem contribuído no momento de formulação dos objetivos, foram informados e aderiram à proposta da pesquisa.

A observação participante sintetiza a forma como serão coletadas as informações que estão no espaço da cotidianidade, na qual estamos intimamente

inseridas. Para May (2004) “a observação participante envolve tornar-se parte de um grupo ou organização para entendê-los” (p. 184). Esta técnica possibilita o entendimento do cotidiano deste grupo, da forma como produzem sentidos sobre suas ações. Segundo esse autor, “a meta de entender é reforçada concretamente pela consideração de como eles são afetados pela cena social, o que acontece nela e como as pessoas, incluindo eles mesmos, atuam e interpretam nas suas situações sociais, daí o termo observação participante” (MAY, 2004, p. 181).

A análise das informações coletadas foi feita com base no modelo de Laurence Bardin (1979) de análise de conteúdo. Para tal, os passos seguidos foram os seguintes: a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise consiste em definir os objetivos e hipóteses. A exploração do material consistiu na retomada de registros feitos na época de implantação e acompanhamento do banco comunitário, bem como as reuniões mais atuais e a realização das entrevistas semiestruturadas. Optamos pelo formato semiestruturado para que as respostas possam ser conduzidas ao fim que se pretende – o histórico de luta política da associação e a percepção das variadas atividades e ações da organização – mas que ao mesmo tempo não tolhesse a livre expressão dos participantes acerca dos assuntos abordados.

O tratamento dos resultados, por sua vez, constitui-se etapa mais complexa que explicaremos a seguir. O primeiro passo é a *codificação*, que “corresponde a uma transformação – efectuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto” (BARDIN, 1979, p. 103). O segundo passo é a inferência, um tipo de interpretação controlada que pode ser capaz de “investigar as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferência ou indicadores; referências no texto)” (p. 137).

Abaixo está o roteiro utilizado para as entrevistas semiestruturadas:

Tabela 5 – Roteiro de entrevistas semiestruturadas

Tema	Perguntas orientadoras
Apresentação	1) Nome 2) Data de nascimento 3) Você trabalha? (com o quê?) 4) Cidade onde nasceu 5) Local onde mora hoje 6) Escolaridade
Gênero e Militância	7) Como você começou a se envolver nas organizações da comunidade? (há quanto tempo você milita?) 8) Por que militar? 9) Como a militância impactou sua vida? 10) Militar e ser mulher tem diferença de militar e ser homem? (qual a diferença?) 11) Na sua opinião, como os homens reagem quando se deparam com uma mulher militante aqui na região de atuação da UPM? (preconceito, resistências, enfrentamentos) 12) Você se considera feminista? Por que? 13) Como é a relação entre as mulheres da UPM? 14) Há diferenças com relação aos homens? Quais? 15) Como militar alterou ou não as relações familiares?
União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências (UPM)	16) Quais eram as principais propostas/objetivos da UPM em seu início? 17) Havia articulação com outros movimentos sociais e/ou populares? 18) A geração de renda era um tema debatido dentro do grupo? e a economia? 19) Como debatiam a questão da participação política da mulher? 20) Como se dava a relação com o Estado no início e como se dá hoje? 21) Qual o papel e importância de uma organização como a UPM? 22) Por que participar da UPM?

	<p>23) Quais são os desafios da UPM?</p> <p>24) O que significa a UPM na sua vida? (qual o papel dela na sua vida)</p> <p>25) Qual a importância da UPM para a região do Campo Limpo?</p>
Banco Comunitário União Sampaio	<p>26) O que é e para que serve um BCD?</p> <p>27) Qual a importância do banco para a UPM?</p> <p>28) Qual o lugar do banco na agenda política da UPM?</p> <p>29) Qual sua avaliação sobre o processo de implantação do banco na UPM?</p> <p>30) Quais são os pontos positivos e negativos da implantação do banco comunitário na UPM?</p> <p>31) O banco trouxe, ou não, transformações importantes nas bandeiras de luta e/ou ações práticas da UPM? (se houve, quais foram as principais mudanças que o encontro com a economia solidária trouxe para a UPM nesses anos, em termos de: a) organização interna; b) bandeiras de luta).</p> <p>32) O que você entende por economia solidária?</p> <p>33) O que você entende por economia feminista?</p> <p>34) Qual a relação da UPM com a economia solidária?</p> <p>35) E com a economia feminista?</p> <p>36) O banco transformou a realidade das mulheres de modo particular ou alterou de modo igual a vida de homens e mulheres do Jardim Maria Sampaio?</p>
Síntese	<p>37) Depois dessa entrevista, como você olha para sua própria trajetória?</p> <p>38) E para a UPM?</p> <p>39) Passado, presente e futuro da UPM?</p> <p>40) Passado, presente e futuro das mulheres do Jd. Maria Sampaio?</p>

Ana Gabriela Moreira Pudenzi, 2014.

É importante ressaltar que esse roteiro foi elaborado quando o objetivo primeiro do trabalho era entender essencialmente os impactos da implantação do

banco comunitário e de maneira tangencial os aspectos da teoria da economia feminista. Por este motivo, talvez tenham faltado algumas informações, por exemplo, acerca do trabalho doméstico e de cuidados desempenhado por essas mulheres.

Entretanto, na perspectiva de análise do desenvolvimento de um grupo que perdurou no tempo, e de suas transformações, julgamos que foi possível, por meio das entrevistas, alcançar uma compreensão sobre a cultura que permeia esse grupo e que tem relação com sua realidade externa. Para Kimi Tomizaki (2005, p. 141), é necessário entender essa cultura como “resultado material e simbólico da constituição de uma dada identidade coletiva e compreende o sistema de normas e práticas que rege a existência de um grupo social e suas disposições correspondentes”.

Nesse sentido, concluímos que foi possível realizar uma análise intergeracional levando em consideração a condição de existência do grupo num primeiro período, com a análise histórica da condição e luta das mulheres e as entrevistas com as fundadoras da UPM, e a condição de existência do grupo num segundo período, com as entrevistadas e o entrevistado mais novos. Para tal, fez-se necessário buscar entender a produção da identidade coletiva do grupo ou dos grupos, já que outras pessoas vieram compor a UPM.

Parece-nos mister atentarmos para o fato de que tanto a economia solidária quanto a economia feminista estão voltadas não apenas para a resistência às lógicas capitalistas, mas o fazem sem descuidar-se da dimensão microssocial que se manifesta na vida cotidiana das mulheres. Nesse sentido, nos parece que para entender quão profundas são as raízes que a economias solidária e feminista plantam nessas artífices é preciso nos debruçarmos no estudo da produção de suas consciências políticas (SILVA, 2001; SANDOVAL, 2001; COSTA, 2012).

2.4. Utilizando uma abordagem psicopolítica

Conforme vimos no capítulo anterior, a consolidação das sociedades industriais e o decorrente avanço do capitalismo transformou sobremaneira a dinâmica da vida humana, alterando as relações políticas e produtivas, os hábitos culturais, as características do Estado – especialmente com o advento da

democracia. Se, de um lado, os rompimentos com as formas de organização social anterior permitiram uma ascensão da burguesia, por outro evidenciaram os contingentes da população que estariam subordinados a ela. Estas mudanças deram visibilidade para as desigualdades sociais e contribuíram para o entendimento de que elas não são naturais, mas produtos de relações culturais e sociais.

Os discursos hegemônicos encontram seus agentes antagônicos, ou seja, a participação do indivíduo enquanto sujeito da esfera da política, participação esta que se dá na esfera pública e que articula a construção de demandas coletivas capazes de reconhecer o caráter histórico das posições sociais e de poder (MOUFFE, 1988 apud PRADO, 2001, p. 153).

As ações coletivas decorrentes dessa percepção da realidade começam a se configurar enquanto objeto de estudo de diversas áreas das ciências humanas. Entre elas destacamos a Psicologia Política, que “ao focar as ações coletivas como objeto de reflexão e compreensão, pode ser entendida como um estudo das condições que são necessárias para a constituição de uma identidade coletiva – NÓS – baseada na diferenciação de um elemento exterior” (PRADO, 2001, p. 154).

Optamos neste trabalho por fazer uso de uma abordagem psicopolítica para compreender os fenômenos a que estamos nos propondo a estudar. A Psicologia Política é ainda um campo teórico em construção e por isso fica difícil delimitá-lo, de tal modo que não pretendemos fazê-lo neste trabalho. Fato é que ela tem contribuído para entender fenômenos sociais e políticos por meio de diversos arranjos teóricos que estão permeados no campo da Psicologia e da Ciência Política, mais especialmente. Alessandro Soares da Silva (2012) elenca grandes áreas temáticas que estão sendo aprofundadas por meio de estudos no campo da Psicologia Política: comportamento eleitoral; comportamento político; comunicação de massas e discurso político; crenças e valores societais; memória política e coletiva; movimentos sociais; participação política; personalidades políticas; influência social, poder e totalitarismos; política internacional e relações internacionais; políticas públicas; psicologia das elites; psicologia das revoluções e dos conflitos; socialização política; trabalho e sindicalismo; tomada de decisão e negociação; violência política e terrorismo.

Entendemos que a Psicologia Política, como afirma Maritza Montero (1991, p. 31)

se caracteriza este modo de producción científica porque la psicología políticamente consciente se vuelve hacia el quehacer político y hacia la dimensión política de ciertos quehaceres (Montero y Martín-Baró, op. cit., pp. X-XI), pero no como una actitud de partido o en función de intereses políticos de un grupo sino como una actividad explícitamente consciente de la necesidad de clarificar ideológicamente el sentido y efecto de los fenómenos estudiados, y de hacer manifiesto el nivel psicológico de la actividad política en tanto que acción constructora de un orden social.

Na tentativa de entender as múltiplas facetas da realidade, a Psicologia Política se coloca como um campo interdisciplinar, e essa característica, conforme aponta Silva (2012, p. 93 e 94),

nascida da necessidade de ofertar respostas mais adequadas aos fenômenos políticos por parte dos cientistas políticos, e que conduz à institucionalização, faz com que a Psicologia Política seja um campo de estudos e ação aberto, cuja formação de psicólogos políticos se daria não apenas na esfera da Psicologia, como tradicionalmente se defende, mas também, e minimamente, nas Ciências Políticas. Mas nossa compreensão aponta para outra forma de significar a Psicologia Política: tratar-se-ia de um campo de saber, e nem tanto uma disciplina, como tradicionalmente vem sendo abordada. Ela, portanto, se constituiria no interstício das fronteiras disciplinares, vivendo as idiosincrasias próprias desse espaço de encontros. Isso faz com que ela, muitas vezes, se veja refém de um processo identitário que tradicionalmente busca estabilidade e segurança na ideia de ser: ser uma disciplina própria com métodos e teorias, por exemplo. A questão é que, ao se constituir como um espaço fronteiro, ela não possui uma territorialidade definida e deslindada, mas, antes, o contrário. Assim, a Psicologia Política se constituiria identitariamente desde um estar fluido e metamórfico. É exatamente essa fluidez que lhe permite, a nosso juízo, responder as complexas interrogações próprias da contemporaneidade, de modo diferente das possibilidades efetivas de dar respostas a essas questões desde um olhar que segue a tradição disciplinar. Para nós, olhares disciplinares não têm conseguido responder, de modo satisfatório, as inquietudes que surgem hodiernamente.

Não queremos adotar aqui uma postura de “psicologização’ dos atores coletivos, nem somente de uma ‘politização’ dos fatores psicológicos”, como Prado (2001) critica ter constituído os primórdios da Psicologia Política, mas contribuir para o entendimento acerca do campo de constituição das identidades coletivas, à medida que elas conformam um campo de publicização das desigualdades sociais.

O espaço público torna-se a arena para a definição concordada do que é o político, isto é, do que pertence à polis. Sua função é trazer para a discussão aberta as questões problematizadas pelos movimentos e promover suas concepções coletivas não para institucionalizar os movimentos, mas para tornar a sociedade como um todo capaz de assumir seus dilemas internos precisamente como seus próprios, para transformá-los em política (literalmente, em alguma coisa a respeito da polis). Em outras palavras, é um espaço público que as questões estão sujeitas a negociações, direcionadas para tomar decisões, e então, transformadas em possibilidades de mudanças sem, no entanto, anular a especificidade e a autonomia dos atores conflitantes no processo” (Melucci, 1996:221 apud

Por esse motivo nos apoiamos em uma perspectiva interdisciplinar que vê na Psicologia Política um campo de conhecimento pautado no diálogo entre saberes que cruzam fronteiras, que se transformam mutuamente com o fim de produzir explicações mais adequadas para realidades de alta complexidade e que não podem se reduzir a leituras disciplinarizantes da realidade. Este trabalho pode colaborar com este campo em construção, aprofundando o conhecimento e entendimento acerca de como os indivíduos participam e de como se comportam “psicopoliticamente” em ações coletivas.

É nessa perspectiva que buscamos entender de que forma se desenvolve um movimento popular como a União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências. Para isso é necessário compreender uma coletividade que é dinâmica, pois é composta por diferentes sujeitos, de suas relações sociais e políticas, as quais são marcadas por idiosincrasias, por disputas internas, por diferentes visões de mundo. Para entender o desenvolvimento histórico das pautas políticas e das ações da União Popular de Mulheres, nos detivemos na suas inter-relações com a produção de subjetividades que estão orientadas à participação política.

Certo é que “estes sujeitos políticos, de acordo com seu tempo histórico, surgem e organizam-se em identidades coletivas, criando novas formas de ação coletiva que correspondem às novas formas de opressão social” (PRADO, 2001, p. 170). Contudo, as identidades coletivas não são suficientes para a explicação das dinâmicas vividas ali. Então, quais são os recursos utilizados pelos sujeitos para produzir a consciência política?

Pelas razões expostas, optamos por utilizar o Modelo Analítico de Estudos da Consciência Política, proposto por Salvador Sandoval (2001), pois mostrou-se adequado para a compreensão dos diferentes atores envolvidos na construção da UPM ao longo de tantos anos de luta. Sendo o modelo uma teia teórica focada na compreensão dos processos participativos, ou melhor, dos elementos que produzem, conduzem, indivíduos a participar, a identidade surge como uma dimensão associada a outras e que nos ajudam a capturar essas complexidades múltiplas.

Este modelo, primeiramente proposto por Sandoval, mas desenvolvido por

outros autores (SILVA, 2001; ANSARA, 2008; COSTA, 2009), se inscreve no campo da Psicologia Política. Optamos pelo seu uso porque entendemos que ele é útil, portanto, para entender como a consciência política individual e coletiva se relaciona com o desenvolvimento das ações da UPM enquanto movimento popular. Através desse modelo pudemos compreender elementos individuais e coletivos que favorecem ou desfavorecem as mobilizações sociais desse grupo.

Entendemos que o uso desse modelo constitui-se como um dos caminhos possíveis para compreender tal experiência. Não temos, nesse trabalho, a pretensão de discorrer sobre as diferentes acepções do conceito de consciência política, ainda que levemos em consideração a amplitude e complexidade de tal conceito. Como aponta Silva (2006, p. 493), “consciência política não se limita e nem se refere apenas a um conjunto de elementos que levam a um indivíduo a participar politicamente de ações coletivas, pois participar ou não participar não é o fim de um processo mas um momento deste”. Adotamos a concepção utilizada por Sandoval e endossada pelos autores acima citados, que afirmam que

por consciência política nós entendemos um composto de dimensões socio-psicológicas de significados e informações inter-relacionadas que permitem aos indivíduos tomarem decisões a respeito do melhor curso de ação dentro de contextos políticos e situações específicas (SANDOVAL, 2001. p. 185)

Assim, com base na literatura, apresentaremos de modo breve o modelo, o qual será aprofundado à medida que o articulamos em nossa análise. Importa registrar o crescente número de trabalhos que encontram nesse modelo o apoio necessário para a compreensão de questões relativas à produção de subjetividade face a fenômenos políticos e que estão focados na participação de sujeitos ou mesmo aos problemas concernentes à desmobilização. Entre eles destacamos os trabalhos de Alessandro Silva (2001, 2003, 2006), Soraia Ansara (2006), Giseli Costa (2008) e Guilherme Borges Costa (2012).

2.5. Modelo Analítico de Estudos da Consciência Política

O modelo é composto por sete dimensões, são elas: *Crenças e Valores Societais; Identificação de Adversários e Sentimentos Antagônicos; Sentimentos de Justiça e Injustiça; Identidade Coletiva; Sentimentos de Eficácia Política; Metas de*

Ação Coletiva e, por fim, *Vontade de Agir Coletivamente*. Citaremos alguns autores que fizeram uso desse modelo em seus estudos para enriquecer a explicitação sobre o mesmo.

Figura 2: Esquema do Modelo de Consciência Política
(traduzido por SILVA, 2006, p. 500)

É importante frisar que essas dimensões devem ser analisadas de forma articulada para que se possa chegar numa conclusão acerca da consciência política de um indivíduo, e que essas dimensões não são de forma alguma fixas, mas dinâmicas e diferentes em momentos distintos. Para a elaboração desse modelo, Sandoval apoiou-se em três autores: Allan Touraine, Charles Tilly e William Gamson. Nos ateremos brevemente neste último para entender algumas das bases do modelo analítico, uma vez que três dos elementos que ele propõe dialogam com as dimensões propostas por Sandoval.

Desde estudos a respeito da opinião pública Gamson, simpatizante dos processos de ação coletiva, buscou compreender o porquê das pessoas se organizarem e se empenharem politicamente. O foco principal em seu livro (Gamson, 1992) é a análise da influência do discurso da mídia na produção de discurso dos participantes de sua pesquisa, realizada com mais de 100 cidadãos de Boston, nos Estados Unidos, divididos em 37 grupos. Nesses grupos eles

conversavam a respeito de alguns assuntos que, na época, estavam em evidência no discurso da mídia, como a energia nuclear e as políticas de ação afirmativa, entre outros. Seu empenho foi no sentido de tentar identificar especificamente, nessa produção de discursos, a consciência política que apoia mobilizações para a ação coletiva.

Uma das conclusões ao qual o autor chegou em sua pesquisa com os grupos foi que as pessoas utilizam diversos recursos na produção de seus discursos acerca de determinadas questões sociais. Ele ressalta a preponderante existência de três deles:

- a) o discurso apresentado pela mídia sobre a questão;
- b) crenças populares que transcendem o problema em questão (p. ex., “a vida é assim”, “essa é a natureza humana”, “você não pode evitar o erro humano”); e
- c) o conhecimento adquirido a partir da experiência de vida pessoal (ainda que determinado problema não seja necessariamente próximo ao sujeito, ou seja, não tenha impactos imediatos sobre sua vida).

Isso quer dizer que alguns desses recursos estiveram presentes nos diálogos, muitas vezes mais de um deles ou mesmo os três, sendo a base de consolidação da consciência política dos indivíduos.

Gamson empresta o conceito de “quadros de ação coletiva” de Snow e Benford (1992), onde afirma que “são conjuntos de ações orientadas por crenças e significados que inspiram e legitimam campanhas e atividades de movimentos sociais” (Snow e Benford, 1992, apud GAMSON, 1992, p. 7, tradução nossa).

Começamos pela pressuposição de que ambos autores – Gamson e Sandoval – compreendem que a motivação para a ação coletiva têm sua origem principal em aspectos culturais. O sentimento de desagrado/inadequação perante a sociedade, ao qual os sujeitos se veem submetidos, tem origem na realidade externa a ele e, portanto, em seu contexto social e cultural. Isto é, ninguém se mobiliza coletivamente simplesmente por estar chateado ou com raiva, mas sim a partir da interação de diversas emoções internas com as concepções que possuem do mundo.

Os motivos para a sensação de insatisfação/descontentamento do indivíduo com relação ao mundo social, segundo Hadley Cantril (1969) – outro autor da

Psicologia Política, aparecem sempre quando este último é sentido como hostil, ingrato, ameaçador. Assim, o indivíduo se vê forçado a buscar sentido para situações que não compreende, e nesse ínterim decide agir. Ele afirma, ainda, que quando o mundo psicológico é abalado, surgem novos padrões culturais. Dessa forma, quando existe uma situação crítica generalizada, onde muitas pessoas sentem suas crenças e opiniões abaladas, valorações antigas caem e podem dar lugar a uma ação coletiva.

Para a compreensão de engajamentos em ações coletivas, Gamson traz três componentes importantes, que vamos entender detalhadamente a seguir:

- a) *injustiça*;
- b) *identidade*;
- c) *agência* (entendendo este termo como capacidade em agir).

Tendo Gamson servido como uma das bases para a construção do Modelo Analítico de Estudos da Consciência Política de Sandoval, vamos articular esses três elementos com as dimensões propostas pelo último.

Crenças e Valores Societais e Sentimentos de Justiça e Injustiça

As *Crenças e Valores Societais*, dimensão proposta por Sandoval, se refere aos sentimentos do indivíduo acerca das relações sociais que compõem e estruturam a sociedade em que vive, e que estão relativamente cristalizadas na consciência política do sujeito. Elas dizem respeito à representação que o indivíduo faz das estruturas sociais, culturais e políticas da realidade, produtos de sua interação social (ANSARA, 2005). Essas crenças, valores e expectativas estão intimamente relacionadas à cultura da sociedade, ao que é posto como certo e errado, às formas com que os sujeitos se relacionam entre si e com seu meio social, e guardam relações com padrões de comportamento e de ação dentro da sociedade. Para que haja uma tendência à mobilização social é muitas vezes necessário que o indivíduo ou grupo rompa com as amarras do que ele ou ela incorporaram como sendo uma verdade acerca da realidade, mas que diz respeito de fato apenas a uma crença societal.

O elemento *injustiça*, proposto por Gamson (1992), diz respeito ao sentimento

de indignação moral expressa na forma de consciência política. Para o autor, esse sentimento é uma cognição elaborada, não apenas um juízo abstrato intelectual sobre o que é justo.

As pessoas, em geral, vivem situações de sofrimento ou infortúnios em suas vidas diárias, consequências de todo um sistema socioeconômico, político e cultural que lhes é imposto. Essas experiências podem ocasionar sentimentos de indignação moral, cuja responsabilização pode ser canalizada para este ou aquele objeto. O foco do sentimento de indignação moral pode ser, por exemplo, forças impessoais e abstratas como “má sorte” ou “a natureza”, que estão relacionadas às *Crenças e Valores Sociais*, e nesse caso o quadro de injustiça não estará presente. Entretanto, ele será consolidado quando esse sentimento for atribuído a pessoas ou grupos identificáveis. Gamson afirma que “um quadro de injustiça requer que motivados atores humanos carreguem o ônus por causar prejuízo e sofrimento” para outrem (GAMSON, 1992, p. 32), como por exemplo o governo, as corporações ou determinado grupo de interesses.

Para Gamson a *injustiça* teria uma origem na sensação de que alguma parte do mundo social produz sofrimento para o indivíduo. Assim, ela dá lugar a um sentimento de indignação moral perante a circunstância e, no caso específico desse autor, só poderá ser definido como um quadro de injustiça quando esse sentimento tem um foco bem definido.

Vemos que a forma como Gamson desenha o conceito guarda semelhança com a dimensão de *Sentimentos de Justiça e Injustiça* sugerida por Sandoval, que a apresenta referindo-se à forma como “o indivíduo enxerga qualquer arranjo social em termos de saber se esse arranjo representa o nível de reciprocidade entre os atores sociais que o indivíduo considera como justo” (SANDOVAL, 2001, tradução nossa). Segundo Silva (2006), é justamente a partir do rompimento dessa reciprocidade que surge a noção de injustiça que servirá de justificativa para a consequente ação coletiva.

Identidade Coletiva e Identificação de Adversários e Sentimentos Antagônicos

A respeito do componente *identidade*, Gamson afirma que a “ação coletiva

requer a consciência de agentes humanos cujas políticas [*policies*] e práticas devem ser transformadas, e um 'nós' que irá ajudar a desenvolver esta transformação" (GAMSON, 1992, p. 08, tradução nossa). Assim, a identidade constitui o processo de definição desse "nós" em oposição a um "eles", pois "sem este componente adversarial, o alvo em potencial da ação coletiva corre o risco de continuar sendo uma abstração – fome, doença, pobreza, ou guerra, por exemplo" (GAMSON, 1992, p. 07, tradução nossa).

O autor afirma que quanto mais esse "nós" for abstrato (mundo, humanidade, cidadãos de bem), mais difícil será ter clareza de quem são "eles"; ainda que, segundo ele, seja plenamente possível que haja um claro "nós" mesmo sem ter um claro "eles". Essa segunda possibilidade pode acontecer, por exemplo, quando o principal alvo da mudança for algum aspecto cultural mais do que político ou econômico, pois o alvo fica difuso sobre toda a população.

Silva (2006, p. 505) afirma que a *Identidade Coletiva* para Sandoval

é o sentimento de solidariedade que permite ao indivíduo desenvolver laços interpessoais que conduzem a um sentimento de coesão social. Essa coesão social permite ao indivíduo se identificar com uma ou mais categorias sociais, reconhecer-se como pertencente a ela (s) e ser reconhecido como pertencente a ela (s). O sentimento de pertença ao grupo que decorre da construção dessa identidade coletiva valoriza os laços que são construídos no processo de estabelecimento identitários, pois geram sentimentos de confiança e credibilidade, de eficácia, na capacidade do grupo.

Vemos que aqui a dimensão *Identidade Coletiva* se articula com a dimensão de *Identificação de Adversários e Sentimentos Antagônicos*, pois as dimensões estão sempre se entrecruzando e isso é necessário para entender de que forma elas vão compor um quadro de ação coletiva. A partir da percepção de uma situação em termos de injustiça e da elaboração de uma identidade coletiva, o indivíduo poderá ser capaz de elaborar a *Identificação de Adversários e Sentimentos Antagônicos*, que diz respeito à percepção que o indivíduo forma sobre os diferentes interesses materiais e simbólicos encontrados nas relações entre grupos, que pode vir a trazer uma noção de um adversário coletivo. Ao se deparar com uma situação na qual o sujeito percebe uma condição injusta, ele pode vir a desenhar quem ou que grupo está gerando tal consequência, dando oportunidade para o surgimento da dimensão *Identificação de Adversários e Sentimentos Antagônicos* de Sandoval.

Eficácia Política, Vontade de Agir Coletivamente e Metas e Ações do Movimento Social

O conceito de *agência* (Gamson, 1992) diz respeito à noção de eficiência coletiva e mutabilidade da situação, isto é, à “consciência de que é possível alterar as condições ou políticas [*policies*] por meio da ação coletiva” (GAMSON, 1992, p.7). Entretanto, o autor afirma que essa é uma noção mais difícil de ser adquirida, inclusive porque ela é desencorajada pela cultura e estrutura social nas quais estamos imersos, e para quem, usualmente, apenas soluções individuais parecem possíveis. Há um controle social exercido pela elite (social e política) que promove a construção de estáveis inimigos que justificam suas políticas e as legitimam, por meio da manipulação de um simbolismo usado na forjadura do cenário político, onde crises, líderes, inimigos, problemas são criados e constantemente modificados a seu favor.

Porém, ainda que haja todo este ambiente desfavorável ao desenvolvimento da ação coletiva, Gamson afirma que os sujeitos estão constantemente realizando sutis sabotagens em suas vidas diárias; e que apesar de serem ações individuais elas têm aspectos coletivos, e são apoiadas por uma subcultura opositora, a qual provê uma atmosfera apoiadora da ação coletiva, o que colabora para o desenvolvimento do componente *agência* no enquadramento da ação coletiva.

Dessa noção de *agência*, de capacidade de agir, podemos deduzir três outras dimensões propostas por Sandoval. Primeiro a de *Eficácia Política*, que se refere à percepção que o indivíduo tem sobre sua própria capacidade em intervir numa situação política. O autor difere três tipos de atribuições às causas das coisas, sendo que as duas primeiras (atribuições à natureza e/ou divindades e à própria pessoa) dificultam a entrada do indivíduo numa dada mobilização social, e a terceira delas é a atribuição das causas às ações de outros indivíduos ou grupos, que propiciaria um terreno fértil para que a pessoa sinta que pode mudar isso.

A segunda dimensão que se articula com o conceito de *agência* é *Vontade de Agir Coletivamente*. Essa é uma dimensão mais complexa que, como o próprio nome diz, se refere à disposição da pessoa para agir coletivamente, “como forma de

buscar a reparação de injustiças cometidas contra ele/ela” (SANDOVAL, 2001, tradução nossa), e depende de diversos fatores como a avaliação de custos e benefícios; percepção de ganhos ou perdas de benefícios materiais; avaliação de riscos físicos; e avaliação da capacidade do movimento social em implementar de fato as ações coletivas propostas. Ou seja, trata-se de uma dimensão bastante concreta que diz respeito ao balanço que o indivíduo faz sobre as ações que deve ou não tomar.

A terceira e última dimensão de Sandoval é *Metas e Ações do Movimento Social*, sentimento de que as metas e propostas do movimento social são compatíveis com seus próprios interesses materiais e simbólicos e com seu sentimento de eficácia política. É também a partir dessa percepção que o sujeito será capaz de se engajar num determinado quadro de ação coletiva. Para Silva (2006, p. 511)

importa nessa dimensão que as ações coletivas propostas pelo movimento social esteja dentro das expectativas do sentimento de eficácia política dos sujeitos. O trabalho de promover o emparelhamento entre as metas do movimento e as aspirações e capacidades de seus membros propiciam sérios desafios às lideranças e aos demais participantes do movimento. Esta dimensão diz respeito à forma com que os outros componentes da consciência política interagem com características de organização do movimento.

Essa dimensão é particularmente importante para analisarmos as transformações das pautas políticas da UPM, e de que forma seus militantes se identificam com elas.

Nesse capítulo buscamos explicitar as bases teóricas que nos inspiraram e que nos forneceram a base necessária para a execução de nossa pesquisa. A seguir daremos início à retomada da história da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências, onde demos prioridade para a voz de seus militantes.

3. A história da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências

É legal vocês ouvir mesmo essas pessoas que fizeram parte, que tá lá na raiz. Pra ouvir, pra saber da história. E pra que essa história permaneça viva, que ela não morra. Porque não é esse o objetivo, o objetivo... Eu sei que eu vou partir. Não sei o dia, mas sei que eu vou. Mas essa história ela precisa ficar, ela precisa permanecer. – Inês

Neste capítulo pretendemos escrever a história da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências (UPM) e entender sua inserção dentro do contexto brasileiro e paulista de luta das mulheres. Para apresentá-la, tomaremos como referência as entrevistas realizadas, as conversas informais, documentos oficiais e minha própria vivência de trabalho junto a esta associação. Lembramos que foram seis entrevistas realizadas: três com mulheres lideranças do que estamos chamando de primeira geração (Neide – hoje presidente da associação; Marineide e Inês); e três com lideranças da segunda geração (Ana Vitória – filha da Neide; Marileide – mais conhecida e apresentada aqui como Mara; e Rafael).

Conforme afirma Tomizaki (2005, p. 133), “para realizar uma análise das rupturas e continuidades intergeracionais é necessário considerar a evolução das condições de existência do grupo que se toma como objeto de estudo”. Parte disso fizemos no primeiro capítulo ao contextualizar os elementos que compõem a condição feminina nos dias atuais, e durante o presente capítulo pontuaremos novas variáveis que afetam a condição de existência de nosso objeto de estudo. Daremos início também à identificação de algumas das dimensões apresentadas pelo Modelo Analítico de Estudos da Consciência Política, proposto por Sandoval (2001).

Pudemos perceber que um movimento popular como a UPM não nasce premeditadamente, numa data específica com hora certa para acontecer, mas surge a partir da necessidade real identificadas pelos atores envolvidos, do enlaçamento de suas ações espontâneas mas nem por isso menos conscientes. A tentativa aqui será a de identificar as principais variáveis envolvidas no processo de surgimento da União Popular de Mulheres e como se deu o desenvolvimento de suas ações ao longo desses 27 anos.

Seu nascimento como instituição ocorreu em março de 1987, porém muitos foram os elementos envolvidos para que isso finalmente viesse a acontecer. É nesse

período anterior, aproximadamente a partir da década de 1960, que começaram as mobilizações populares na região sul de São Paulo que iremos abordar na sequência.

3.1. Nasce o movimento popular

São duas as iniciativas que vão desaguar no surgimento da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências: o movimento dos Clubes de Mães e o Serviço de Orientação da Família – SOF. A articulação dessas ações acabou por culminar na necessidade de se criar uma associação com reconhecimento jurídico que pudesse fortalecer suas atividades. Os Clubes de Mães foram apresentados no primeiro capítulo, e mais à frente apresentaremos o SOF.

Não há como falar sobre o nascimento da UPM sem relacioná-lo com a história de vida de sua principal liderança, Neide de Fátima Martins Abati, especialmente pelo fato dela ter sido um dos pontos de ligação das duas linhas históricas acima citadas. Marineide, outra liderança, afirma:

A cabeça de tudo é a Neide, a Neide que começou, porque a Neide ela tem uma história desde criança, né, é uma história muito... eu acho que tinha que ter alguém pra fazer a biografia da Neide, né. Da Neide, da família dela, porque é uma história bonita... né, é uma história muito bonita. Do pai dela, né... que o pai dela ia buscar as professoras em Santo Amaro de charrete pra dar aula quando aqui era tudo fazenda, então, assim, é uma história bonita, né. E ela começou a ver aquilo e ela, desde lá que a Neide acho que também já começou a vê elas, as irmãs dela também, que sempre foram umas lutadoras. Então, assim, acho que nem é a biografia da Neide, mas dos Martins né, porque é uma história bonita. E a fundadora da União... a União existe sem dúvida que é por conta dela, né, porque ela sempre foi uma pessoa que... que acreditou, que lutou, né, para que... que a sociedade fosse mais justa com os menos... com os mais oprimidos, né. Então sem dúvida que é ela. - Marineide

Perguntamos, então, quem estava no início junto com ela, e, com alguma dificuldade, alguns nomes apareceram: Vânia, Iolanda, Leuzeni, Marlene, Leci, Lourdinha, Cida, Rita. E as que vieram um pouco depois: Inês, Cidinha, Benê, Adelaide. É claro que a própria Marineide foi também uma pessoa essencial na concepção da UPM, assim como Inês. Marineide relata que conheceu Neide no final de 1985, quando participou pela primeira vez de uma reunião de um Clube de Mães.

A partir de então, passou a fazer parte do grupo e ajudar na construção da UPM. Inês entra para o grupo no ano de fundação da entidade.

Não caberá a nós apresentarmos neste trabalho a história de vida de Neide, como sugere Marineide. Visitaremos uma parte de sua vida que parece essencial para compreendermos sua influência sobre os “motivos” que levaram ao surgimento da UPM, a que antecede por alguns anos o nascimento desta, e que tem ligação com a organização das mulheres próprias daquela época, explanadas no primeiro capítulo.

Desde cedo, por volta dos anos de 1962 e 1963, Neide lecionava catequese junto com duas irmãs – Ana¹⁰ e Ercília, que serão citadas nas entrevistas – nas comunidades periféricas:

Nós formamos um grupo pra dar catequese, e esse grupo a gente preparava, um grupo grande, tinha umas 14 mulheres, e a gente preparava uma catequese totalmente renovada. Totalmente a partir da vida. Que era Teologia da Libertação, sem a gente saber. Mas líamos tudo quanto era teólogos que eram boicotados pela igreja tradicional. A gente buscava uma... Igreja renovada. Teilhard de Chardin... Líamos e estudávamos muito. E era muito bonita nossa catequese, tanto é que nos... nos expulsaram. Os padres nos expulsaram dessa teologia maravilhosa, nós tínhamos núcleos em todo lugar! Bairro do Taboão, Ferreira, Campo Limpo... - Neide

Esses núcleos que ela cita remontam aos primórdios dos Clubes de Mães, que, como vimos, dispunham do apoio da Igreja por meio das Comunidades Eclesiais de Base, que exerceram um importante papel na organização do povo da periferia. Entretanto, como se pode perceber, essa relação com a Igreja era um tanto conturbada pois, apesar do apoio de alguns padres, suas ações questionadoras eram rechaçadas por outras lideranças religiosas, especialmente com relação ao debate sobre sexualidade. Nessa época, não existia a ideia de se formar uma associação, o que se pretendia era

fazer um trabalho de educação... da educação, dentro da Igreja, a gente organizar a juventude pra despertar eles pros problemas do Brasil e pra entender a sexualidade de uma forma correta, porque já tinha um... uma incompreensão muito grande nas famílias. Então a gente tinha debates sobre sexualidade que juntava, trazia gente... psicólogos, tal, assim, mais... preparados. Tinha alguns padres mais arrojados, nos ajudavam... e a

¹⁰ Ana Maria Martins Soares também atuou desde muito cedo em organizações comunitárias, contribuindo inclusive para o surgimento da UPM. Elegeu-se vereadora da cidade de São Paulo em 1992, 1996 e 2000. Em 2002 tornou-se deputada estadual por São Paulo.

paróquia abria espaço. - Neide

Concomitantemente com a disseminação de uma outra leitura da bíblia, ampliava-se as ações para melhorar a educação do povo e estender uma conscientização sobre a realidade brasileira.

Nesse tempo a gente tava na comunidade mais como religião. E aí por volta desse ano de 64, 65, 66 a gente começou a organizar a educação de jovens e adultos, que foi o... método Paulo Freire. Quem era a orientadora pedagógica era a Ana, e aí a gente, a gente não tinha mais aquela força da igreja porque os padres não queriam mais a nossa catequese. Mas nós fomos pra alfabetização, e aí viemos pra Campo Limpo... ficamos... seguramos Campo Limpo, né. Tinham uns 7, 8 núcleos que iam pras casas embaixo da repressão, fingindo que era namorado, com um coleguinha do lado, com lampião – porque não tinha luz, íamos fazer o método Paulo Freire. Daí também fomos, depois de um certo tempo, fomos perseguidos porque estávamos conscientizando as pessoas de que precisava aprender a ler pra ter os direitos, ninguém falava... era todos os direitos, políticos, sociais, e... direito de comer, de conhecer - Neide

A alfabetização é destacada como a base da UPM em todas as entrevistas realizadas. A educação popular e a alfabetização são lugares tradicionalmente aceitáveis para a atuação das mulheres, já que estão dentro dos limites das prerrogativas ligadas ao lar e estão estreitamente ligadas à preocupação com a educação dos filhos e filhas. Já nessa época utilizavam a metodologia de Paulo Freire, e seus pensamentos terão influência sobre toda a trajetória de atuação da UPM. Neide afirma que “desde da primeira salinha que nós tivemos, nós tínhamos alfabetização, porque era nosso... nós viemos desse princípio, nós tínhamos que atacar o conhecimento e alfabetização”. Isso tem relação, inclusive, com o próprio contexto educacional das mulheres da periferia – e das camadas populares em geral – onde o acesso à educação era extremamente restrito. Sobre a importância das atividades de alfabetização na UPM, Ana Vitória afirma que é “porque alfabetização é uma forma de você desenvolver a consciência, a participação política”.

As atividades de alfabetização que essas mulheres desenvolviam nas periferias combinavam-se às ações formativas para a realidade política da época e outros assuntos, e já buscavam se articular com outros movimentos, como o operário e também pelo fim da ditadura.

Enquanto isso os operários também estavam se organizando, e todo mundo se organizava dessa forma. E nós continuamos, aí acabou nossa alfabetização, porque todos fomos perseguidos né. (...) Aí ia chegar aqui

um tal de Rockefeller (...), que era o homem mais rico que explorava o povo brasileiro pelos americanos, né. E a gente já tinha essa consciência, que nós continuávamos na igreja reunindo a juventude, fazendo palestras com dinâmica de grupo, discutindo namoro, sexualidade, isso a gente não parou porque era o caminho, e a juventude gostava, e aí juntava 300, 400 jovens. (...) No carnaval a gente se confinava numa chácara dos padres pra discutir tudo de realidade brasileira que a gente pudesse. E a gente que organizava, nós mesmos. Pegava um padre mais... bacana, que via que a juventude queria essas coisas, nós fazíamos a nossa comida, e... levávamos né, um caminhão de comida, eram mais de 300 jovens né. Meu irmão tinha um caminhão, lotava de comida e lá ia nós, todo mundo pra lá. - Neide

Aparece aqui a discussão que essas mulheres promoviam sobre o contexto político brasileiro e a influência exercida pelos Estados Unidos sobre a ditadura no Brasil, o que é demonstrado também na fala da Neide sobre uma política de controle de natalidade implantada pelo governo naquela época, em consonância com aquela explanada por Singer (1980), abordada anteriormente.

Existia um trabalho aqui no Brasil... no Brasil... que era um... trabalho de controle de natalidade, embora eles falavam que era... um planejamento familiar. Existiu, hein, isso. De verdade. Ao ponto de ter influência americana aqui no Brasil de que nós tínhamos que limitar o número dos nascimentos urgente, no Brasil. E veio esse serviço que chamava Bem Estar Familiar [BEMFAM] – olha. Se implantou no Hospital das Clínicas, que era um hospital público. Fez a cabecinha de muitos profissionais, enfermeiras e etc. (...) E era, a BEMFAM fazia o seguinte: “se você não colocar um DIU você vai encher a casa de filhos, o Brasil vai ficar tão cheio de filho igual... esse monte de rato que tem, e um vai comer o outro”. Era assim. - Neide

Convidada por um amigo, nesse período Neide resolveu deixar o trabalho no Hospital das Clínicas para iniciar então uma atuação no Serviço de Orientação da Família – SOF, o outro elemento chave para entendermos o início da UPM. Neste trecho ela relata esse momento de sua vida:

Aí quando foi nos anos 70 (...) eu recebi um convite de um amigo que tava estruturando uma clínica em Santo Amaro, uma clínica popular, se eu queria ir pra lá, aí... me entusiasmei, né, eu queria ir. Aí eu pedi demissão do hospital. (...) E aí começou um trabalho, junto com as igrejas mais avançadas – Padre Luis, que era aqui do Vila Remo, e nós começamos a se juntar. Aurélio Peres, a mulher dele, as mulheres nos Clubes de Mães, através do SOF – que eu fui trabalhar, aquele serviço né, saí do hospital. (...) Porque o SOF era uma proposta nova que me cativava, trabalhar lá dentro e na comunidade. - Neide

O SOF foi fundado em 1963 em Santo Amaro, zona sul da cidade de São Paulo, com o objetivo de prestar assistência à saúde de qualidade para as famílias

da região, em contraposição às políticas de controle de natalidade implantadas pelo governo. Seu objetivo era “atuar na prevenção de doenças ginecológicas, orientação e acompanhamento pré-natal, orientação sobre menopausa e terceira idade”, realizar “um trabalho educativo e de conscientização” (BÓGUS, 1998, p. 28). A esse respeito, recorda Neide:

Nós queríamos despertar na população o direito que ela tinha, o direito que a mulher tinha, que a família tinha. Diferente. Não ir lá e ser um... manipulada, de receber... E quando... Eu fui conhecer essa BEMFAM antes de mudar de emprego, não gostei nada. (...) E aí fui pra essa clínica, com a nova proposta, com a nossa equipe. Ele foi fazendo uma mudança geral e nós começamos a ter uma proposta de um trabalho lá dentro e na comunidade. E aí eu comecei a ir pra comunidade. Isso nos anos 70. (...) Pegava o ônibus, não tinha carro, ia pra Vila Remo, ia pra, aqui, pra Campo Limpo, pra cá pro Jd. Irene, Parque Fernanda, andava a pé ó... pé no barro. (...) Então, nesse... esse trabalho da comunidade, a gente começou realmente pra valer em 72, 1972. Foi um trabalho muito gratificante. (...) Mas a gente organizou um trabalho de saúde, de educação e... de condição da mulher, condição da mulher já, condição. Então as mulheres que tinham desajustes na família já eram... já tinham onde conversar, né. (...) dávamos cursos – cursos – de planejamento familiar, realmente planejamento familiar, lá dentro também. Equipes de casais que vinham discutir a questão do relacionamento do casal e os métodos contraceptivos com um leque de métodos pra eles... eles escolherem, eles tinham a opção de escolher, era diferente de você falar “você precisa pôr”. E ao mesmo tempo, SOF fazia um exame na mulher, um exame ginecológico completo, cuidava da saúde da mulher. Sem ter essa consciência de que a mulher precisava... uma consciência profunda não tinha, mas tava crescendo isso... na gente... (...) E tinha uma equipe que organizava alguma coisa pros filhos, pra... pro casal, ou pra mãe, como que ela ia orientar esse filho, educar né. - Neide

O SOF realizava essas palestras e grupos de orientação dentro de seu espaço físico e também saía para os bairros vizinhos, conforme relatado pela Neide. E foi por meio dessas ações que passaram a se articular com os Clubes de Mães.

Tinham muitos grupos lá no SOF, que era uma casinha na Av. Santo Amaro, depois ganhou uma verba e fez uma casona lá perto do Largo de Santo Amaro, fez uma casona. Mas a gente vinha pra essa periferia toda.

P: Entendi. Aí vocês faziam em que espaço geralmente?

E: De associações de bairro, de igrejas, principalmente de igrejas, ou às vezes até numa casa. Começou por aí. Nesse ínterim, tava... em amplo movimento os... também os Clubes de Mães né. Então a gente fazia uma ligação, porque isso foi muito bom, porque a ligação das mulheres que vinham no SOF com o nosso movimento de Clubes de Mães. Aí ela ia pro Clube de Mães, que não tinha nada... SOF não podia atrelar. Atrelar não, atrelar o Clube de Mães não, mas incentivar. Quer dizer, incentivar que eles se organizassem, porque eles eram autônomos. E que eu passei a ser uma pessoa da direção dos Clubes de Mães, com mais um grupo de 8 mulheres. Nós éramos a liderança constituída que organizavam todos os Clubes de Mães de toda essa região: Cidade Ademar, Grajaú, aqui. E nas minhas horas que eu podia eu escapava, né. - Neide

Essa articulação do trabalho do SOF com os Clubes de Mães, tendo inclusive a Neide como um dos elos, possibilitou o fortalecimento do movimento de mulheres da região sul de São Paulo.

Após alguns anos, Neide deixou o trabalho no SOF e trabalhou nas Unidades Básicas de Saúde do Jardim Lúcia e do Capão Redondo. Ela e suas irmãs já militavam no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que durante a ditadura se encontrava na clandestinidade. Em conversa informal, Ana Vitória conta que na época houve um rompimento ideológico entre PT e PCdoB dentro do SOF, tendo este último deixado a instituição. O SOF tornou-se uma das principais organizações do movimento feminista, sendo hoje chamado Sempre Viva Organização Feminista.

Os núcleos de mulheres – os Clubes de Mães – se mantinham fortes e realizavam muitas reivindicações: por escola, ônibus, água, saneamento básico. Cada núcleo fazia reivindicação correspondente à demanda de seu bairro, e frequentemente se juntavam para organizar outros pleitos ao poder público. “A água que veio pra cá ela não veio de graça. Foi mais de 17 ônibus pra Sabesp. (...) Depois o saneamento básico, que demorou toda a vida. Depois uma luta por escola ferrenha, ferrenha.” - Neide.

Conforme vimos no primeiro capítulo, elas criaram uma coordenação geral dos núcleos e, com uma maturidade forjada nesses anos de luta, organizaram o Movimento do Custo de Vida.

Preparamos três anos pra fazer a assembleia contra a carestia, que foi 1975, o Ano Internacional da Mulher. Tudo ligando com a mulher, ó, por isso que é muito forte. E aí fizemos uma assembleia de mais de 800 pessoas, debaixo da repressão. (...) E aí dessa assembleia, a gente tinha várias reivindicações, uma era... que... melhorar o salário, congelar os preços, e ter um abono salarial pros operários. A gente juntou com a luta operária. - Neide

Dentro desse contexto é que se concebe a UPM, cujas pautas e reivindicações ainda enraizadas nos problemas que tocam de perto às mulheres, começam a ter um escopo mais amplo de participação política e cidadania. Nessa época o movimento de mulheres encontrava-se a pleno vapor, conforme vimos no primeiro capítulo. Em 1979 e 1980 ocorrem o I e II Congresso da Mulher Paulista, respectivamente, nos quais as mulheres dos Clubes de Mães estiveram presentes.

Na ocasião do primeiro foi lançado oficialmente o Movimento de Luta por Creche (MLC), onde “a creche apareceu como a reivindicação mais elaborada e eleita como principal” (TELES, 1999, p.103), já que a falta de creche era uma questão que ardia no cotidiano das mulheres, especialmente da periferia. O programa básico do MLC era

a reivindicação por creches totalmente financiadas pelo Poder Público capazes de realizar trabalho pedagógico com as crianças contando com a participação dos pais nessa tarefa. Lutava-se também pela equiparação salarial entre homens e mulheres que desenvolvessem o mesmo tipo de ocupação e pela obrigatoriedade de criação de creches nos locais de trabalho. A forte pressão exercida é traduzida em algumas vitórias como a promessa de construções de creches em bairros da região de Campo Limpo e Santo Amaro. Contudo, com o início das obras prometidas o movimento verifica que não participara na escolha dos locais. Nesse momento, começam as denúncias quanto à área escolhida para as construções. (...) Além de se mobilizar nesse quadro de insatisfação diante da qualidade e do lugar escolhido para as novas creches, o MLC passa a reivindicar a participação no processo de seleção e contratação dos funcionários. Esboça-se, nesse momento, uma tentativa de gestão popular dos serviços públicos. (SPOSITO, 1993, p. 50 e 51)

As pautas do MLC se articulavam, então, com as reivindicações dos Clubes de Mães e do MCV, e guardavam especificidades de um momento em que as mulheres percebiam cada vez mais a necessidade de lutar por melhorias em suas condições como trabalhadoras. As mulheres da UPM eram lideranças desses movimentos na zona sul, e Campo Limpo era um dos bairros mais organizados na luta por creche.

O pior período da ditadura já passara, e começava a se desenhar o processo de redemocratização do país e, com ele, novas disputas se colocavam em jogo. Assim, no ano de 1982, após vinte anos sem eleição direta para governador no estado de São Paulo, essas mulheres da zona sul de São Paulo participaram da campanha para eleger André Franco Montoro. Sobre isso, Neide comenta:

Nós participamos de eleger o Montoro, debaixo de perseguição, porque aqui era um governo biônico. E no dia das eleições nós fomos barbaramente perseguidos pelo grupo da oposição. E éramos da coordenação da campanha do Montoro. Porque era o que tinha de mais avançado, e a gente tinha que eleger o que era mais avançado. E foi um sucesso eleger aquele homem – pra nós foi. Porque conseguimos escolas, conseguimos um monte de coisas. Era que, só era... o partido do Montoro e... Arena, e MDB, só era esses dois, né, tinha que ficar com um. Não podia ficar de fora, porque ficar de fora era pior, a gente perdia tudo né. Porque aí eles carregam tudo... aquela coisa do voto nulo, não era a hora. Mas existia

esses aí já. Mas a gente viu que não era isso, nós tínhamos que conseguir um pouco de avanço, né, alguém ia ficar com o poder na mão e ia usar do jeito que quisesse? Não podia, né. E nessa época, que nós tivemos o... a eleição do Montoro, teve um boom porque nós conseguimos pôr luz nas favelas, nós já tínhamos um movimento de favela organizado - Neide

O movimento de favela organizado a que ela se refere são as diversas iniciativas, por parte de moradores de favelas, que tinham por objetivo principal conseguir luz e água encanada nas favelas.

Com o sucesso da eleição de Montoro, as mulheres logram êxito em algumas de suas reivindicações. Ele regulamenta, por exemplo, um item da Constituição paulista que determinava a criação de creches para filhos de funcionárias públicas, e acaba por possibilitar a criação de mais de cem escolas infantis na cidade (TELES, 1999). Ele também colabora para a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983, e, conseqüentemente, para ampliar a atuação das mulheres no mundo da política. Sobre isso, Neide comenta:

nós já íamos nos encontros grandes de mulheres no Brasil. Nós fomos ajudar a formar o Conselho Nacional de Mulheres. Ajudamos a organizar o Conselho Estadual, porque entrou Montoro, chamava a mulherada, lá estava nós. Super interessante isso. O político e o popular, isso é fundamental, Gabi, porque nós estávamos lá. Organizar o Conselho das Mulheres de São Paulo, estávamos lá! Sem ter União Popular. Nós estávamos lá. Então você percebe como é importante o político estar junto com o popular? Não pode estar separado, não pode. Quer dizer, hoje, quando eu olho isso, que foi uma trajetória correta, eu tenho lucidez que isso foi correto. Formar... depois, depois de formar o Conselho em São Paulo que foi formado o Conselho Nacional, tava na repressão que tinha lá em cima. Quem atendia as mulheres, nacionalmente? Ninguém. Ninguém ouvia as mulheres. E foi concedido isso. E aí... e nisso nós vimos essa necessidade e organizamos a União Popular de Mulheres.

Nesse momento em que se iniciava um reconhecimento formal por parte do governo da luta das mulheres, a ideia de formalização jurídica do grupo aparece como uma estratégia de obter legitimidade para as reivindicações necessárias.

Foi aí que começou a gente ver que... só organizando, assim, o movimento, não dava certo. Precisava ter... alguma coisa ligada... juridicamente. (...) E aí nós falamos, tem um movimento de favela organizado, que conseguiu luz, água não sei aonde, aqui pelo Macedônia, por aqui, várias coisas conseguiram, e a gente não tinha um papel pra fazer um ofício? Cadê a entidade, vamos organizar uma entidade. Então em 83 a gente começou a se reunir, vamos fazer um estatuto. Quem veio ajudar a gente? Ana Martins. Vinha de lá do lestão, se reunia com a gente pra escrever o estatuto. Esse estatuto foi escrito assim, com o grupo de mulheres. Que só foi ser

registrado em 87. Mas a gente tava se reunindo, reivindicando isso, aquilo, aquilo outro, né. E aí... a gente acabou fazendo um estatuto sem ter sede, só fomos ter sede em 95, que fomos alugar o barracão. - Neide

Parece que essas mulheres não fugiam à tendência de institucionalização dos movimentos sociais próprias daquela época. Mesmo porque, institucionalizar as lutas naquele momento parecia representar a saída da escuridão da ditadura, do esconderijo, para se tornar um grupo reconhecido e legitimado. Ana Vitória, numa conversa informal, afirmou que criar uma entidade jurídica, naquele momento, representava ter uma perspectiva de futuro. Neide conta que antes de resolverem criar sua própria entidade procuraram se unir a alguma outra associação de mulheres que já existisse, e começaram a participar das reuniões da União de Mulheres de São Paulo, localizada no centro de São Paulo. Segundo ela,

aí a gente começou a ir lá pra cidade, mas era assim: era um grupo fechado, porque... nós que éramos aqui da periferia nunca tínhamos vez. Então tinha eleição, a gente não entrava na diretoria, pedia as coisas e não saía, então a gente era só... uma ouvinte ali. Então a gente falou "vamos formar a nossa, né".

Havia uma busca pela conquista de reconhecimento e a democracia surgida após a ditadura dá espaço e fôlego às mulheres e aos movimentos feministas e femininos. Apesar de neste momento já haver uma aproximação entre o movimento feminista mais intelectualizado e organizações de mulheres da periferia, percebe-se nesta passagem que essa relação não era tão harmônica. Podemos observar um forte sentimento de *Identidade Coletiva* das mulheres da periferia que as faziam se distinguirem das organizações de mulheres mais elitizadas. Além disso, no processo de consolidação de um movimento feminista mais unificado institucionalmente, as disputas políticas pelo seu comando tendem a ser mais acirradas.

3.2. Nasce a UPM: um lugar de luta, de resistência e de conquistas

Aí a gente formou a entidade, interessante, com mulheres da onde a gente tinha as lutas. (...) Então esses núcleos formaram a diretoria. - Neide

Figura 3: Notícia da fundação da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências (Fonte: Revista Presença da Mulher, 1987)

Mulheres fundam União Popular

Tomou posse no dia 29 de março, numa festa realizada no Colégio Kennedy, na zona sul de São Paulo, que contou com a participação de 300 mulheres, a primeira entidade específica de luta pela emancipação da mulher em Campo Limpo, a União Popular das Mulheres de Campo Limpo e Adjacências, fundada no Dia Internacional da Mulher.

Mais de 180 mulheres constituíram-se em sócias fundadoras, representando os 40 núcleos que existem na região, ao mesmo tempo em que era anunciada a formação de outros núcleos em Capão

Redondo, Mitsutami, Jardim Três Estrelas, Jardim Samara, Parque do Ipê.

Para Neide Abate, eleita presidente da União Popular de Mulheres da região, embora com tradição de lutas, Campo Limpo nunca teve uma entidade específica que levasse a luta pela emancipação da mulher. Isso, apesar de quase todas as sociedades amigos de bairros serem dirigidas por mulheres.

Entre os objetivos da entidade estão: continuar com o trabalho de organização de núcleos da União Popular de Mulheres, a promoção de uma grande luta por creche, por um hospital público na região, por melhor atendimento nos postos de saúde, e promoções que visem ao esclarecimento das mulheres.

Neide Abade fala às mulheres de Campo Limpo

O registro jurídico da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e

Adjacências é de 8 de março de 1987. Ainda não havia espaço físico da associação.

O primeiro CNPJ foi aqui na minha casa, nessa casa (risos). Era aqui. Ainda tem aí a primeira ata, quando foi registrada. “Onde é a sede da entidade? É aqui, né.” - Neide

A formação da entidade aparece como fundamental possibilidade de reconhecimento de si e do outro, como reconhecimento da sua condição de sujeito político que não se deixa mais silenciar ou se permite orbitar ou mesmo alternar entre o esquecimento, o silenciamento e o reconhecimento.

O mundo privado vai aos poucos se tornando cada vez mais público, abrindo as portas para o reconhecimento das mulheres, especialmente num momento histórico que sucedia um período caracterizado por forte repressão e tolhimento dos direitos de expressão ideológica. O fato do primeiro endereço da UPM ter sido a casa da Neide mostra o quanto esses dois âmbitos de sua vida estavam bastante interligados, demonstrado também na fala de sua filha, em conversa informal, quando diz que “não tinha final de semana” e inclusive que existia “muita queixa da família”. Essas mulheres tinham o desafio de enfrentar paradigmas a respeito de sua dedicação ao lar, que realmente era muitas vezes deixado de lado no momento em que se viam envolvidas na luta política.

A sede da UPM teve seis endereços ao longo de sua trajetória. Como não possuíam espaço físico, nesse período elas faziam suas reuniões em diversos lugares, como conta Inês, a terceira entrevistada desta primeira geração: “as nossas reuniões eram feitas na praça. A gente fez muita reunião naquela Praça do Campo Limpo, ou na casa das mulheres, ou dentro de uma UBS, ou nas escolas”.

Interessante ressaltar que, se por um lado faltava espaço para que elas pudessem ampliar as ações da UPM, por outro havia uma ocupação de espaços públicos. Isso permitia não só que suas lutas tivessem maior visibilidade e maior alcance tanto para a comunidade local como para o poder público, mas representava um momento bastante específico de apropriação do espaço coletivo e compartilhado, do lugar em que se pode ser vista e conhecida, e em que se pode construir um diálogo comum. Marineide também comenta que:

A gente se reunia nas casas, nas escolas, nas praças. Porque a gente marcava no Campo Limpo, aquela Praça do Campo Limpo ali, se ela falasse ela tinha história pra contar, viu, aqueles banco ali. Fizemos várias

reuniões naqueles bancos, porque a gente ia, e aí chegava lá não tinha ninguém pra abrir a escola, pra abrir a creche, e aí nós sentava na praça e fazia nossas reuniões. - Marineide

Foi a partir do II Congresso da Mulher Paulista, em 1980, que o movimento feminista brasileiro começou a colocar em evidência a questão da violência contra a mulher (TELES, 1999). Essa era uma realidade comum às mulheres da periferia, e um problema que começava a vir a público como uma questão social que deveria ser combatida.

Em consonância com esse contexto, a luta contra a violência contra a mulher continuava constituindo-se como linha de ação da UPM, bem como as reivindicações de direitos e políticas públicas. As atividades, nesse primeiro período, se mantinham bem semelhantes às anteriores já desenvolvidas pelas mulheres, quando não havia a constituição jurídica da UPM. Nos trechos abaixo é possível perceber a importância que davam ao tema da violência:

Nós não tínhamos sede, não tínhamos nada, vamos fazer lá. E nessa época já tinha estupro e a gente se manifestava. Ali no Capão Redondo, perto de vocês, nós fomos várias vezes na casa de uma mulher que foi estuprada. E chegava lá ela se escondia, porque ela tinha até medo de falar pro marido que tinha sido estuprada. E tem ainda hoje, ainda é hoje. E a gente ia pra lá. - Neide

Marineide também comenta:

As nossas conversas eram sempre violência doméstica, né, isso era o que mais a gente, a gente fazia mesmo com as mulheres... Que assim, tinha muitas mulheres que iam mas era muita gente oprimida. E elas iam mesmo porque eu acho que apanhavam muito em casa ou coisa parecida, e aí elas descobriram que ali elas podiam falar com pessoas, até igual elas né, que talvez tinha os mesmos problemas que elas. E aí a gente começou a orientar as mulheres, explicar pras mulheres que elas tinham direito, fazer ir na delegacia... sabe? E aí eu falava pra mulheres assim “vai na delegacia!”, as mulheres iam, chegava lá “delegado não quer atender? Você fala que você, então, você quer um papel, uma carta por escrito que você esteve lá e que você não foi atendida”. E várias mulheres fizeram isso, viu? Tinha uma mulher aqui que ela apanhava do marido, coitada dela, e aí um dia ela foi, e aí chegou lá o delegado falou que ele não ia registrar o boletim, aí ela fez, ela falou pro delegado “ah, tá bom, o senhor não vai registrar? Então você me dá uma carta por escrito que eu estive aqui e o senhor se recusou a me atender”. Aí ele olhou pra cara dela “moça, você tá bem informada”, ela falou “tô sim, porque eu tenho direito. Eu vim aqui e quero ser atendida. E o senhor está se recusando a me atender”. Aí ele atendeu, aí ele fez o boletim de ocorrência. Entendeu? Isso tudo a gente falava com as mulheres, entendeu. A gente escondia as mulheres... na casa da Iolanda, uma vez, a gente escondeu a mulher e os filhos, do marido.

Inês conta que iniciou sua trajetória na UPM por decorrência da circunstância de ter sido vítima de violência doméstica. Sobre como conheceu a Neide, Inês conta:

No dia que eu conheci a Neide, a primeira vez eu lembro, eu tava sentada – tava fazendo tratamento psiquiátrico já – eu tava sentada numa tábuas na UBS Capão Redondo. Eu me sentia como se fosse – você já ouviu falar de uma pulga, sabe, um bichinho bem pequenininho? – então, era assim que eu me sentia: menos do que uma pulga. Eu não me sentia gente, eu não me sentia Inês. Hoje eu sinto que sou Inês, hoje eu sou Inês, hoje eu sou uma mulher. Eu não sentia assim. Hoje, hoje eu posso dizer pra você assim – e a Neide me ensinou muito isso também, ela me ensinava, ela falava pra mim “Inês, você é capaz, você tem capacidade, você tem potencial, você consegue”.

Essa fala da Inês é forte e demonstra o importante papel da liderança de Neide na ruptura de *Crenças e Valores Sociais* de mulheres como Inês que são vítimas de violência doméstica, quando o que lhes parece correto e coerente com os valores impostos pela sociedade é ser submissa ao marido. Até mesmo mulheres vítimas de estupro tendiam (e ainda tendem) a esconder a ocorrência, a manter esse problema no âmbito privado. Para sair dessa condição de subordinação e exploração é preciso dissolver valores cristalizados e lançar-se a novas compreensões sobre seu papel como mulher. Esse processo de ruptura é facilitado quando ocorre a identificação com outras pessoas que se encontram numa situação similar, e mais ainda quando se consegue elaborar um *Sentimento de Injustiça* a respeito daquela situação que vive, uma vez que isso facilita sua superação. Inês mostra um desenvolvimento da consciência de si, de sua condição de sujeito político capaz de agir.

Desde o início da trajetória desses grupos de mulheres existia a reivindicação por um Estado mais presente no que se refere às políticas públicas. Ao mesmo tempo em que elas tentavam sanar as necessidades mais urgentes com ações imediatas (acolhimento de mulheres vítimas de violência, feirinhas com venda de alimentos a preços baixos, grupos de geração de renda etc.), elas buscavam inserir essas pautas na agenda governamental. O Estado é visto, nas falas que vimos até aqui, como um espaço de disputa de forças que deve ser conquistado. Elas apostam na estratégia de incorporação de suas pautas pela agenda e estrutura do Estado como meio de atingir seus objetivos.

Inês conta que mantinham as atividades externas, de sair pra rua e reivindicar. Principalmente com relação à saúde da mulher, elas lutaram pelos Conselhos de Saúde, por hospitais, postos de saúde.

Teve um dia que a gente pegou esse, esse grupo aqui do Capão, de idoso, essas mulheres... a gente botou essas mulheres tudo dentro de um ônibus, foi pro hospital Pérola Byton: saúde da mulher, gente! Era muito forte isso aí. (...) Essa coisa de sair pra rua, porque é assim: uma coisa é eu mandar um... uma carta, uma coisa é eu ver na televisão, mandar um e-mail... outra coisa é o cara olhar na minha cara! É diferente. (...) E aí o doutor, como é que é o nome, Dr. Pinotti, lá no hospital Pérola, recebeu a gente. A gente foi com uma vereadora, a gente foi falar com o secretário da saúde sobre uma casa de parto. (...) Que era muito forte na entidade. A luta pela saúde? A gente ia pras ruas! Primeiro, é... ultrassom que veio praqui pro Campo Limpo, Hospital de Campo Limpo, a gente ganhou! - Inês

Existia uma sensação de oportunidade política nessa época seguinte à ditadura, abertura esta possibilitada pelo processo de redemocratização. A *Identidade Coletiva* dessas mulheres dava sentido à elaboração das *Metas de Ação Coletiva*, e as conquistas geradas a partir da mobilização do grupo dava suporte ao *Sentimento de Eficácia Política* de cada uma dessas pessoas, que fazia com que persistissem na luta.

Todas elas citam, ao longo das entrevistas, nomes e locais onde existem equipamentos públicos que são fruto das lutas dessas mulheres, nesse período. Especialmente equipamentos de saúde e de educação, que foram dois dos principais focos de reivindicações. Sobre isso, Neide fala:

à medida que a gente foi organizando a entidade foi tão bacana, porque começou a pipocar nos bairros, nos núcleos, todos os núcleos, as pequenas lutas que lá tinham. Por exemplo, aqui precisava canalizar ali o Lídia. O... o córrego... Antes disso precisava ter água potável, que aí só tinha... fazia poço só dava pedra. Lá no Jd, Irene precisava de uma escola, que foi a escola de madeira que o povo carregou pra lá e construiu pra lá. Lá no... no Marisal foi feito um trabalho na comunidade por um mundo melhor, um negócio super bacana, até hoje as mulheres lá falam “ah, aquele trabalho que nunca vou me esquecer”, lá tinha alfabetização naquele começo também. Ih, ó, Jd. Irene, Campo Limpo, esse posto que... hoje é um AMA, no Campo Limpo, é uma reivindicação nossa pra ser uma casa de parto, que nunca foi. E que na gestão Erundina ela abriu as portas pra gente lutar por uma casa de parto, que nunca conseguimos. Quer dizer, se você... aqui ó, pertinho lá do Maracá tem uma creche, que chama Jd. Três Estrelas, foi feito um trabalho enorme pra... num campo de futebol... o campo de futebol ou era um posto de saúde ou era uma creche ou era campo de futebol. Aí nós descemos uma pesquisa lá, de casa em casa nas favelas, e a mulherada trabalhando, tudo a mulherada de lá. E a pesquisa não ganhou creche? E a creche tá lá!? Até hoje tá lá! A creche pública!

A consciência política se constrói mediante a experiência de *Eficácia Política* e se reconhece a um conjunto de ações coletivas que são efetivas para a obtenção das *Metas de Ação Coletiva*. Essa situação positiva contribui para a superação das injustiças percebidas e para o reconhecimento de si e do outro como aliados que juntos podem superar injustiças e adversários, o que resulta na formação de um “nós” politicamente ativo.

E quando o Estado é ausente, elas se unem em experiências de autogestão para sanarem seus problemas, como na bonita história relatada por Marineide:

Tem uma coisa que é importante falar, porque assim... a gente fez muita luta por creche nessa região, né. E na casa da Iolanda nós fizemos uma creche popular, porque era uma época que não tinha creche. Eu e a Iolanda. Porque essa creche que tava construída, e ficou não sei quantos anos fechada ali, né. E pra gente pressionar a abertura da creche nós fizemos uma creche na casa da Iolanda, foi muito engraçado. Ficou 2 anos e meio, a creche, na casa da Iolanda.

P: É mesmo? E como é que funcionava?

E: Então, nós... As mães pagavam um dinheirinho pra nós, levavam as coisas, e nós atendia as crianças na casa dela, o marido dela dava o maior apoio, nós ficamos 2 anos e meio. Aí quando... quando abriu a creche, a gente pressionou, e aí todas as mães fizeram inscrição e conseguiram vaga na creche, foi muito engraçado. E aí eu fui trabalhar na creche aqui, a Iolanda foi trabalhar, só que em outra creche, mas era da mesma rede. Foi muito engraçada essa história, foi muito legal.

P: Nossa, e antes vocês ficaram 2 anos e meio com a creche?

E: 2 anos e meio nós ficamos na casa dela. Desmontou a casa dela, fizemos uma creche. E os filhos dela ajudavam, marido dela ajudava, era muito engraçado, era muito legal. E foi tudo incentivo, assim, da entidade, né, a entidade sempre deu muito incentivo pra nós. Era uma coisa à parte, mas é uma história da entidade. Porque essa creche aqui foi uma luta desde o início nossa, né, que assim... foi na época da Alda Marco Antônio, secretária do menor, sabe? E aí ela conhecia a Neide, aí ela pediu pra... pra indicar terreno, indicamos vários terrenos e um dos terrenos indicados foi esse onde foi construída a creche. E aí construiu a creche mas ficou lá fechada, elefante branco que a gente chamava, né. Eu não sei, acho que ficou mais de 10 anos fechada. E foi nesse período que a gente começou o movimento, né. E aí nós fomos até a Alda Marco Antônio falar pra ela que a creche tava fechada e que a gente tava com essas crianças... a gente conseguiu fazer até isso uma vez! E aí foi isso... mas foi legal também, nessa época, assim, foi muito interessante.

Marineide aponta para uma consciência de si como agente de mudança, de superação de injustiça e de eficácia da ação coletiva proposta para a superação de problemas e transformação social. Ela e Iolanda se identificam como UPM, sua vitória é também a vitória da UPM.

Além disso, uma iniciativa como a que elas tiveram colabora para a socialização do trabalho de cuidado com os filhos, no sentido que aponta a economia feminista. Elas estão sugerindo a necessidade desse trabalho ser reconhecido, ser testemunhado pela sociedade e valorizado pela mesma, para que ele seja entendido como um trabalho necessário e chamando o poder público para assumi-lo. As mulheres encontram, por meio dos laços comunitários de solidariedade, formas de solucionar problemas imediatos e tornar pública a problematização de um impasse que era antes visto como uma questão privada. Nesse processo elas se dão conta de si como coletivo, como uma força.

Com o tempo, as mulheres da UPM passam a diversificar suas atividades, incorporando alguns cursos e atividades físicas.

Aí no Capão Redondo a gente tinha... naquela escola Tenório de Brito, cursos pras mulheres sobre medicina alternativa, onde começou o Tai Chi, em 92, a gente que expandiu o Tai Chi pro povo, porque não tinha. Tai Chi, ervas medicinais, dentro daquela escola. - Neide

E então, em 1995, elas resolvem alugar o primeiro espaço físico, talvez como expressão política desse “nós” que vinha se fortalecendo cada vez mais numa dimensão simbólica. Tratava-se de um galpão bastante precário na Av. Carlos Lacerda, bem próximo da sede da entidade hoje, no distrito de Campo Limpo. Sobre isso Marineide conta

A gente tava cansada, na verdade, dessa história de você não ter um espaço pra gente se reunir. Aí na época eu era a presidente, que eu fui acho que foi 2 ou 3 mandatos que eu fui presidente, né. Aí um dia conversando aqui em casa, tava eu, a Inês, a Neide e a Iolanda. E aí tinha um galpão ali no Rosana que foi o nosso primeiro espaço, que bastava pensar em chover que já chovia dentro. Aí eu conhecia o espaço e eu sabia que o espaço tava vazio, aí um dia a gente conversando, aí eu peguei e falei, né, falei assim “ah, e se a gente alugasse aquele galpão pra gente...”. A gente não tinha nada, sabe, só tinha nós mesmo. “Mas como é que a gente vai pagar?”, “eu não sei, a gente dá um jeito, cada uma dá uns 50 reais”, aí nós fizemos a conta, “ó, se fulano dá 50, outro dá 10, outro não sei o que, a gente vai conseguir”. E aí nós alugamos o primeiro espaço que foi o galpão lá.

As famosas “vaquinhas” sempre foram muito comuns especialmente entre membros das camadas populares, e guarda semelhanças com as práticas da economia solidária, onde as pessoas se utilizam de formas básicas de cooperação organizada para viabilizarem suas ações.

A respeito desse primeiro espaço da associação, um galpão situado no Jd. Rosana, Neide comenta: “essa Marineide teve um papel muito grande nisso, porque ela tinha impulsos, ela era jovem, tava empolgada, queria fazer projetos grandes”. Sobre os motivos que as levaram a escolher esse local específico, Neide chega a dizer que “a gente alugou o barracão ali na Carlos Lacerda, por quê? Porque era ali o foco dos estupros, teve uma história dessas”, apontando para um local simbólico de luta e resistência relacionado às *Metas da Ação Coletiva* da UPM.

Nesse galpão passaram a ter oficinas e aulas de vários tipos. Neide afirma que começaram com alfabetização e biblioteca, “porque era uma ausência de conhecimento, terrível”. Sobre isso Ana Vitória conta que

as primeiras salas de aula de alfabetização que a gente teve foi através de parceria com entidade. Então, assim, a gente tinha o espaço e aí tinha um movimento de Igreja, ali do Jd. Rosana, que tinha algumas salas de alfabetização mas não tinha espaço para desenvolver a sala. Então a gente cedia o espaço pra vir um monitor de alfabetização através de um outro projeto dar aula lá. E aí a gente começava, aqueles alunos da alfabetização, a gente também engajava dentro do movimento da entidade, em participar das coisas que aconteciam na entidade. Então, as atividades festivas, as atividades mais específicas, como debates, palestras... a gente sempre tenta promover pelo menos uma atividade por mês com um caráter voltado para a cidadania, isso sempre teve, então uma atividade por mês a gente tem que desenvolver, com todo mundo, uma atividade voltada pra isso, seja a questão do direito, da saúde, da educação, do que for... a gente sempre tentou focar nisso.

As atividades formativas foram mantidas na agenda da UPM, como relata Marineide “e tinha as palestras que a gente sempre trazia, assim, coisas pra... crescer mesmo a formação das mulheres”; e Neide também fala “a gente dava curso em todos os bairros. Cursos de saúde da mulher, educação de filhos, formação”. Além disso, crescia a oferta de atividades físicas como aulas de Tai Chi, dança e de capoeira para crianças e jovens. Desde então, a UPM sempre oferece atividades para todas as faixas etárias, o que muitas vezes fica na dependência da disponibilidade de pessoas que se disponham a trabalhar voluntariamente.

Nesse galpão outro grupo veio fazer uso do espaço, o grupo Vida Ativa (também chamado pelas mulheres como “grupo do Lídia”). Esse grupo surgiu no posto de saúde do Jardim Lídia, e foi um dos núcleos que formou a UPM, conforme apontado na notícia de jornal sobre sua fundação. Ele costumava se reunir na

Associação de Moradores do Jd. Lídia, e lá funcionavam algumas salas de alfabetização da UPM. Esse grupo era formado por mulheres e consiste num dos grupos mais ativos da UPM até hoje. Sobre essa aproximação com o grupo do Jd. Lídia, Marineide comenta:

No Lídia já tinha o grupo da terceira idade, aí começou a se reunir lá na casa também, no espaço. O do Lídia já existia, porque o pessoal do Lídia já tava mais organizado lá, eles já tinham uma outra história, né, dentro da União, mas já tava o trabalho mais avançado. E aí já tinha. Aí, começaram a se reunir também aí.

Mais tarde, diante de alguns desentendimentos com a associação de moradores, o grupo Vida Ativa saiu do espaço da associação e alugou um espaço próprio também no bairro Jd. Lídia. Esse grupo sempre se manteve vinculado à UPM, e permaneceu como um núcleo relativamente autônomo. Quando estivemos perto do trabalho desse grupo (que mais tarde se tornaria um Núcleo de Convivência de Idosos sob o CNPJ da UPM) percebemos nas falas de algumas mulheres que elas se identificavam mais como Grupo Vida Ativa do que como UPM, apesar de se reconhecerem como pertencentes a esta última. Em conversa informal Ana Vitória fala que esse é o grupo mais forte da UPM e atribui essa força ao fato de que ele “não circulou, foi o único grupo que se fixou no território, ele criou raízes”.

Foi a partir das atividades desenvolvidas nesse primeiro espaço físico que começa a se formar o grupo Renascer, nesse primeiro momento composto não somente por mulheres idosas. Inês foi uma das grandes lideranças desse grupo, que mais tarde receberia financiamento público para suas ações como Núcleo de Convivência de Idosos¹¹. Por muitos anos ele se reuniu na sede da UPM dividindo o espaço com as outras ações desenvolvidas, e mais recentemente (2013), pelos novos enquadramentos dados pelas políticas sociais voltadas para o público idoso, teve de alugar um espaço onde funcionasse exclusivamente o serviço para idosos. Inês comenta sobre esse momento:

Eu comecei esse grupo de idoso no primeiro barracão que a gente alugou, com uma pessoa. Então eu faço parte dessa história. (...) O Renascer. Que a gente ficou muito tempo atrás de um projeto pro Renascer. A gente ia,

¹¹ Essa terminologia é dada pela Política Nacional de Assistência Social, implantada em 2004, e traz, além de maior aporte financeiro, diversos enquadramentos formais para o trabalho com esse público.

toda semana a gente batia lá. Toda semana catava todos os artesanatos que a gente fazia, levava e mostrava, entendeu? E nada de conseguir projeto. Aí finalmente conseguiu-se um projeto pro Renascer. Conseguiu pro Lídia, conseguiu pro Renascer. - Inês

Conforme a UPM desenvolvia suas atividades, cresciam os financiamentos públicos para as políticas sociais, dos quais a entidade vinha progressivamente se beneficiando. Sobre os primeiros financiamentos públicos que chegaram para a UPM, Ana Vitória afirma:

E aí aos poucos a gente foi conseguindo ampliar os convênios, as parcerias com o poder público, e a primeira parceria foi o grupo de idosos, foi o primeiro que a gente conseguiu... e depois veio a alfabetização, que também foi uma coisa que deu uma deslanchada para a entidade e hoje ele perde um pouco essa força porque a gente começou com muitas salas de alfabetização, acho que não só nós mas muitas entidades.

Ainda no mesmo espaço, deram início à oferta de oficinas de artesanato, como crochê, pintura em tecido, tricô. Com o CNPJ, conseguiam estabelecer algumas parcerias, como conta a Marineide “o SEBRAE veio ministrar um curso de trabalho com artesanato, com jornal, com não sei o que... que muita gente ganha dinheiro com isso, viu? Depois desse curso”. Nessa época, especialmente após alugarem o galpão, havia uma preocupação forte com a geração de renda dessas mulheres, para que pudessem sair da condição de dependentes de seus cônjuges, muitas vezes seus agressores.

Quando foi formado os grupos de artesanato era com esse objetivo, gerar renda pras pessoas. (...) Autonomia, né. A não opressão, isso a gente sempre trabalhou muito isso. E aí quando montou o galpão a preocupação era de estar dando formação pra essas mulheres pra elas terem um... uma geração de renda, quem não conseguisse trabalhar fora. - Marineide

A luta pela emancipação das mulheres, pela sua liberdade e independência, passava pela autonomia econômica das mesmas, e a UPM atuava nesse sentido, além da participação política.

É interessante observar que o trabalho informal configura-se como alternativa ao desemprego, para “quem não conseguisse trabalhar fora”, endossando o que apontamos no primeiro capítulo sobre os motivos que levam muitas mulheres a procurar o trabalho associado sob a forma de empreendimento de economia

solidária. Neide lembra “a gente já fazia toda essa coisa de bazar, de troca”. Inês também relata uma passagem que ilustra a preocupação com a geração de renda

Então, a gente até... tinha muito isso também, de ver como que a gente gerava renda, né. E a gente, o... eu lembro de uma senhora que chegou lá na União Popular de Mulheres e falou assim que ela queria uma cesta e que ela queria leite. E eu lembro que eu falei pra ela assim “olha, eu nada tenho pra te dar. Nem leite, nem arroz, nem feijão, nem nada, o que eu tenho eu te dou. Eu vou ensinar o que eu sei pra você”. E aí a gente deu algo que a gente tinha lá e deu pra ela, mas eu fiz essa fala antes do, antes de dar né. E eu... e eu comecei a ensinar ela a fazer artesanato. E passou meses... e eu falei pra ela assim (...) “você não precisa nem de arroz, nem de feijão, não precisa de nada, você precisa trabalhar e precisa vender suas coisas. Você precisa de algo hoje porque é uma necessidade hoje, mas você faz coisas lindíssimas, coisas maravilhosas”. E eu consegui ajudar ela, ensinar ela a fazer mais algumas coisas, e passou alguns meses ela falou, ela falou pra mim “eu já estou bem. Não tá faltando nada pra mim. Tô vendo já a possibilidade de conseguir um lugarzinho pra mim morar”. E depois passou um ano e pouco ela chegou dizendo que ela já tinha um lugarzinho pra morar. Que ela conseguiu com o trabalho dela, com artesanato.

Nesse trecho podemos perceber a valorização que Inês dá a um trabalho tradicionalmente feminino, que é o artesanato. Além disso, percebemos a afirmação da ideia de emancipação via trabalho produtivo.

3.3. Interlúdio – primeiros projetos com o poder público e desmobilização da militância fundadora

Após dois anos e meio (1995) a sede da UPM deixou o espaço do galpão para alugar um segundo espaço, que era uma casa bem ao lado do galpão. O grupo Vida Ativa sempre se manteve funcionando em espaço próprio, no Jd. Lídia. Na sede funcionavam muitas salas de alfabetização do MOVA e também o grupo Renascer – já com financiamento público, ainda que ínfimo – além de outras atividades. A sede manteve-se lá durante um ano, porém era pequena para o número de pessoas que recebiam. Sentiram a necessidade de funcionar numa casa mais ampla e com mais acessibilidade, especialmente por conta dos idosos.

Conseguiram um terceiro espaço onde ficaram por apenas alguns meses, e seguiram para uma casa maior. Nesse ano Marta Suplicy assumiu a prefeitura de São Paulo e deu continuidade ao Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), que tinha sido implantado em 1989 por Paulo Freire, custeando com uma

verba pequena as salas de alfabetização. A UPM passou a trabalhar com doze salas conveniadas com a prefeitura municipal, seis na Casa da Mulher e da Criança (sede da entidade), quatro no Jd. Lídia, e duas numa igreja do Jd. Catanduva.

Com o passar do tempo houve certo atrito com uma técnica da prefeitura que acompanhava as salas, que foram sendo fechadas até restar apenas algumas. Em conversa informal, Ana Vitória relata que esse foi um período de mudança, por conta do contexto de fechamento das salas de alfabetização e também da saída do grupo Vida Ativa do espaço da associação de moradores daquele bairro, conforme relatamos anteriormente; Ana Vitória afirma que houve “muitas transições de espaço”. Esse período da história da UPM não aparece relatado nas entrevistas, o que pode ser sintomático de um momento de mudanças e rupturas nas *Metas de Ação Coletiva*, mas sabemos que elas mantiveram as atividades acontecendo. Foi nesse período que chegou Rafael, apresentado por uma irmã da Neide que o conheceu através das ações de militância partidária do PCdoB, e começa a dar aula pelo MOVA, nas salas que restaram.

Podemos considerar que as atividades que conseguiram se manter durante esses anos de arrefecimento foram especialmente as que podiam contar com alguma verba para apoiar suas ações, ao passo que as demais dependiam dos trabalhos voluntários, como dissemos anteriormente, e, portanto, aconteciam mas não mantinham uma regularidade.

Um aspecto que não apreço nas falas de Neide e Ana Vitória mas que deve ser considerado é o progressivo aumento do valor da verba destinada para esses projetos, pois a questão da necessidade de se prover assistência social para os idosos vem sendo cada vez mais debatida e valorizada.

O trabalho com o público idoso se fortaleceu – talvez especialmente pelo fato de haver verba destinada para este fim – a partir de meados dos anos 1990 com os grupos Vida Ativa e Renascer, e foi consolidando-se como uma das principais linhas de ação da UPM. Neide traz um outro motivo para esse fortalecimento:

Decidimos a formar o grupo de idosos porque... e principalmente mulheres idosas, porque começou a procura de muitas mulheres pra participar do que a gente fazia, seminários, encontros... que é a mulher que tem... que fica ociosa na vida, não tem outro trabalho, muitas trabalham mas muitas tão ociosas. E a gente começou a abraçar essa coisa do grupo de idosos...
- Neide

Ocorreu de fato uma convergência de fatores que fez com que a UPM passasse a adotar este público como foco de trabalho. Sobre isso, Ana Vitória analisa:

Acho que seria uma coisa que teria que ser estudado dentro da entidade – essa questão de como é que chega o movimento da terceira idade... porque ela levanta uma bandeira hoje que é “o idoso” e “a mulher”. Ela tem sua origem na questão da mulher, mas ela foi tomando um rumo que ela foi se adaptando e abraçando a questão do idoso. - Ana Vitória

Ana Vitória fica receosa quanto à incorporação do idoso como pauta, conforme podemos perceber na fala acima. Questionada sobre os motivos atribuídos por ela para que o idoso entrasse na agenda da UPM, ela diz:

Duas hipóteses... não, uma hipótese que eu trabalho muito é: quem é que você encontra na periferia que não está trabalhando durante determinados horários? É o idoso. Que está ali, que fica com seus netos cuidando, ou com filhos de vizinhos, e... que também tinha uma necessidade gritante para saúde. “Eu preciso de atendimento médico, eu preciso ser escutado, ser ouvido”. Então é uma das hipóteses que eu trabalho. E eu também não sei se é por causa da geração, também, das fundadoras da entidade... as fundadoras hoje são consideradas, estão na 3ª idade, são idosas hoje, então talvez elas venham nesse movimento. - Ana Vitória

Sendo assim, realizar projetos com esse público não deixa de ser um nicho de atuação para as organizações que atuam com trabalho social, e uma alternativa para o financiamento de ações que já executam. Cabe destacar que atualmente, além dos grupos Vida Ativa e Renascer (que mudou seu nome para Sorriso Puro desde a mudança do espaço e com a chegada de novos integrantes) a UPM possui mais um Núcleo de Convivência de Idosos, o grupo Vitória.

Um elemento interessante é que talvez haja um distanciamento das mulheres mais jovens das atividades da UPM justamente por sua progressiva inserção no mercado de trabalho, o que possivelmente acarretou uma mudança de público.

A próxima parceria com o poder público se firmou quando a UPM se cadastrou como ponto de entrega do Programa Viva Leite, que consistia na entrega de leite para a população local, para famílias com crianças e idosos.

De forma geral podemos entender que a UPM sempre manteve duas linhas de atuação: a) o atendimento direto das necessidades, especialmente das mulheres, por meio da auto-organização, de forma mais espontânea; e b) a articulação para a

conquista de políticas públicas que pudessem atender de forma mais permanente às demandas. Nas entrevistas sempre aparece como objetivo da UPM “atender às necessidades do povo”. E essa linha de ação elas mantiveram durante todos esses anos.

No caso dos cuidados com as crianças, por exemplo, nunca houve um financiamento específico, mas a medida que os demais financiamentos vão crescendo, estes vão sendo compartilhados com as crianças. Muitas delas já conheciam o horário do lanche do grupo Renascer e passavam pela Casa da Mulher e da Criança (sede da UPM) para se alimentar. As mulheres se reuniam para costurar, bordar e pintar enxovais para gestantes, especialmente quando observavam que a pessoa não tinha condições financeiras para comprar roupas para seu bebê. Como o próprio nome da sede diz, a casa sempre foi muito aberta e receptiva com as crianças que livremente transitavam e continuam transitando por ali, muitas delas no seu contra turno escolar e sem ter onde ficar (grande parte das crianças que frequentam a casa atualmente são filhos e filhas das trabalhadoras). Os adultos presentes espontaneamente se responsabilizam por cuidar e olhar por aquelas crianças, inclusive os homens, além de terem um carinho imenso com elas. A Casa da Mulher e da Criança foi e continua sendo um espaço de convívio para todas as idades.

Retomando a cronologia da história da UPM, Marineide, presidente da entidade por dois mandatos consecutivos, no período entre 1994 e 2002, afirma que começa a se distanciar da entidade em 1999, se afastando por completo em 2002, quando começa a trabalhar mais distante de sua casa.

Aí já foi quando eu comecei também a me afastar por conta da minha rotina que também já não dava mais. Porque, assim, eu trabalhava de segunda a sexta, só que eu trabalhava perto da minha casa, eu trabalhava naquela creche ali, uma creche que tem aqui, né. E eu saía do serviço e ia pra lá. Eu, final de semana, eu não fazia nada em casa, eu me dedicava na casa [sede da UPM]. Aí chegou uma hora que eu comecei ver que não era bem por aí, né, que eu tinha uma família, aí foi quando eu tive o Marcos – é o caçula. Aí já começou... que eu comecei a perceber que eu tinha que dar mais um pouco de atenção pra minha família e que também já tinha outras pessoas envolvidas também que podiam dar continuidade. E aí foi aí que eu acabei me afastando, e fui me afastando e agora eu vou só de vez em quando pra visitar. Mas aí o trabalho continua, porque tem as outras pessoas, né. (...) Aí fui trabalhar em outro lugar, aí são outras pessoas, te exige mais, e aí você vai crescendo profissionalmente também, em cima disso, e aí você acaba cada vez mais... o trabalho te consumindo sua...

suas horas e que você não arruma tempo.

É latente em Marineide a necessidade de voltar a dedicar mais tempo à família. Além disso, nesse período muitas das reivindicações que ela havia ajudado a construir foram conquistadas, como os serviços de saúde e as creches para a região, o que pode ter implicado numa desmobilização com relação à UPM. A conquista de certa ascensão profissional e a consequente autonomia econômica também aparece como uma causa para essa desmobilização, bem como a noção de que o resultado daquela construção da qual havia feito parte tinha criado raízes e não acabaria pelo motivo de sua ausência.

A saída de Marineide da coordenação é representativa de um período de mudança geracional. Inês permanece na casa atuando junto ao grupo Renascer, agora como coordenadora desse serviço. Entre a saída de Marineide e a chegada de Rafael passou-se apenas um ano, e logo em seguida Mara entra para atuar na entidade. A figura de liderança da Neide certamente ajudou a dar sustentação à continuidade de ações da UPM, especialmente no hiato geracional que se deu até a chegada de novas lideranças. Esses novos atores começam a se destacar no contexto da mudança da sede da UPM (em 2005) para a casa onde está atualmente no Jardim Maria Sampaio.

Nesse ano, após um período ausente, Rafael volta a trabalhar como educador na UPM. Esta nova casa era vizinha da casa da Mara¹², que acaba por se envolver na associação também neste ano. Sobre esse momento, ambos – Rafael e Mara – relatam que certas atividades ficavam restritas devido à falta de pessoas para realizarem o trabalho.

Quando eu cheguei aqui pra dar aula de alfabetização... aí tinha várias coisas, que muitas vezes não acontecia na casa porque não tinha uma pessoa de referência na casa. Então a Neide vinha como ela vem até hoje, tá ligado né, quando dá pra ela vir e tudo mais. Então sei lá, por exemplo, as mulheres se reuniam aí, aí... eu ia lá e perguntava “po, porque que vocês não estão pintando?”, “ah, porque a gente não sabe se pode pegar o pincel”. Eu falava “não, pode pegar, pode ir lá e pegar”, e tudo mais né. E aí na verdade eu fui ocupando esse espaço que se tinha vago, vamos dizer assim, em algum momento, é... e isso foi também, essa relação de confiança que possibilitava essa ocupação de espaço, até pra... e depois

¹² Optamos por adotar aqui também este apelido para que não haja confusão com a Marineide, que é da primeira geração.

discutia, se conversava sobre isso, se era pra deixar pegar mesmo ou não, se, né... Eu acho que foi um pouco o caminho, então, tipo, isso é legal, eu falo, assim, eu nunca fui convidado na UPM pra ser coordenador de alguma coisa, foi algo que... tanto que não é... a gente nem gosta de usar esse termo, que é isso, é o fazer mesmo né, quem tá fazendo, quem vai se apropriando e vai fazendo. - Rafael

Sobre isso Mara também comenta

E aí eu fui entrando. Eu comecei com a pintura, ajudando na pintura, aí eu percebi: não se atendia o telefone, não pegava carta no correio... sabe? Sabe essas coisas do dia a dia, administrativo do dia a dia? O telefone tocava, tocava, tocava até que parava. Porque o Rafael dava aula de manhã e depois ia embora, entendeu, não tinha uma pessoa responsável. (...) Aí começou assim. Aí eu tinha que abrir a casa de manhã, aí eu comecei a abrir a casa pros pedreiros terminarem o serviço, ou pra mulher vir. Aí começaram a entregar o leite, tinha que abrir a casa. Aí eu fui envolvendo. - Mara

Mara e Rafael foram claramente assumindo os papéis de novas lideranças diante do cenário um tanto esvaziado em que se encontrava a UPM. As trabalhadoras e os trabalhadores eram basicamente voluntários. No início, apenas os professores do MOVA e a coordenação do projeto dos idosos é que recebia remuneração. Sobre isso, Mara diz “isso tudo foi voluntário, eu fiquei... acho que eu fiquei uns dois anos só de voluntária, sem receber nada mesmo, nem ajuda de custo nem nada, só... fazendo esse trabalho”. Mara nutriu desde o começo de sua participação forte sentimento de identificação e pertença ao grupo da UPM. Rafael conta um pouco sobre esse processo:

É, eu costumo entender que a UPM tem vários altos e baixos né. Então... acho que quando a gente chegou, a gente tava num período de uma dessas baixas, vamos dizer assim, né, não sei se é verdade isso. Mas dizendo um pouco das histórias que a gente escuta elas falarem de organização, que teve momentos né, muito mais forte, muito mais... por exemplo, o MOVA teve um momento que teve 15 salas de alfabetização espalhadas pela zona sul de São Paulo. Quando eu cheguei tinha 3 salas, então a gente vê um pouco por aí. (...) A gente identifica... com esse tempo nosso aqui, identifica um passado muito maior do que quando a gente entrou aqui e viu como tava né. Quando a gente entrou já tava num momento de enfraquecimento daquela metodologia inicial, né. E acho que o diferencial foi esse repensar novas metodologias. - Rafael

Sobre a divisão da remuneração nesse momento, Mara comenta:

aí todo mundo trabalhava e a gente dividia o salário por igual. Então entrou, compartilhando dessa maneira. Aí o Rafa ganhava um dinheiro, a... a Inês trabalhava e aí esse dinheiro da Inês a gente dividia, não só o dinheiro a

gente dividia o trabalho, né. Cada um ficava com uma parte e cada um ficava com um pouquinho de dinheiro. Aí meu primeiro salário, quando a Dona Neide me chamou mesmo pra receber foi 100 reais. Que ela falou assim “então, Mara, entrou um dinheirinho pra... oficinairo”, tal, tal, tal, “e o dinheiro que eu tenho é esse” - que era 100 reais. E aí depois, mais uns meses eu ganhei 200 e aí eu dividia com uma outra oficineira, então continuava 100. Entendeu? Então a gente ia ganhando um pouco mais, mas a gente ia agregando mais... pagando pras oficineiras que eram voluntárias há mais tempo, e a gente ia dividindo dessa maneira, a... a parte. E tinha geração de renda, que eu acho que era muito mais... antigamente era mais ativa, né. Que a gente fazia os panos, as mulheres faziam os panos. Bordava crochê, tricô, e depois a gente vendia. Mas o dinheiro ficava todo voltado pra entidade, pra pagar o aluguel.

A entidade ainda guardava suas características de quando foi formada: todas as pessoas que frequentavam a casa eram responsáveis pela sua manutenção, fosse das contas, dos equipamentos, da limpeza e organização etc. Quando eu cheguei para acompanhar o banco, em 2009, estava-se finalizando uma vaquinha para compra de uma geladeira nova, por exemplo.

Essa prática muito se assemelhava com a proposta da economia solidária. Por estes depoimentos podemos perceber que o trabalho se organizava basicamente de forma autogestionária, onde tanto as(os) voluntárias(os) como a população tinham bastante autonomia em sua participação na associação, e todos se sentiam responsáveis pelo espaço.

3.4. Novas ações: a apropriação da pauta da economia solidária

A partir dessa renovação dos quadros da UPM, a entidade passa a agregar novas atividades e focos de atuação, relacionada às mudanças na realidade do seu território de atuação e da estrutura do Estado brasileiro. Destaca-se, dentre essas atividades, o foco na cultura e na economia, por meio de ações de economia solidária.

Esse processo se inicia com a chegada de uma verba para organizar um Ponto de Cultura, política incentivada pelo Ministério da Cultura para iniciativas já existentes da sociedade civil na área cultural, que visavam fortalecer uma nova visão sobre cultura e financiar pequenos projetos em organizações de base. Rafael conta sobre esse momento:

Aí quando eu voltei pra dar aula de alfabetização e saiu o Ponto de Cultura, e aí começa toda essa história um pouco, dessa articulação da minha presença aqui (...). Que aí começa mesmo a ter um trabalho mais forte cotidiano, de desenvolver projetos e tudo mais. - Rafael

Como contrapartida deste projeto, eles realizam uma Feira Sociocultural:

foi um momento de avaliação que a gente fez exatamente pensando esse processo de que a UPM tava num momento que ela precisava fortalecer as suas relações externas, locais né, com as entidade locais e tudo mais. Com novo agentes, inclusive, que era importante. (...) E aí a gente refletiu que seria legal se a gente montasse um... uma feira pra convidar os movimentos locais, pra esses movimentos também se expor pra sociedade, falando, né. Então a ideia era que cada entidade local tivesse uma barraca e falasse pra sociedade o que ela tem, né. O Arrastão tem sua barraca e contar pra sociedade o que ela faz, como que as pessoas acessam os serviços dela, e tudo mais. É... também pensando atividades culturais, e também pensando um espaço pra comercialização popular, quem quisesse vir comercializar suas coisas.

No contexto dessa feira, vemos que a UPM tentava articular demandas e ofertas de serviços sociais e de produtos da economia popular local.

Conforme vimos no primeiro capítulo, o processo de redemocratização e de institucionalização dos movimentos sociais contribuiu para que a maioria das organizações de mulheres diminuíssem suas mobilizações nas ruas e passassem a se concentrar mais em atividades internas, até mesmo por conta de terem conquistado muitas de suas reivindicações anteriores. Talvez a proposta da feira tenha surgido, portanto, como uma alternativa a essa nova configuração. Sobre essa feira, Neide também fala.

E: aquela feira que deu pra nós... Então, aquela feira... ela foi a melhor... e a gente fez como contrapartida do Ponto de Cultura, e o Ponto de Cultura trouxe pra gente os computadores, que era uma coisa que todo mundo tinha e nós não tínhamos nada.

P: Então foi um ano de mudanças? [2009]

E: Foi. Foi um ano de mudança. A nossa história com essas mudanças mais atuais elas estão muito lincadas ali, no Ponto de Cultura. O Ponto de Cultura mexeu com todos os grupos. Quando você ia ver o pessoal do Ponto de Cultura tava aqui ó no Vida Ativa, tava lá no Marisal, que a gente tinha um... onde tinha um grupinho a gente ia, onde tinha fermentando um... qualquer coisa, a gente ia. Então, porque era pra sair ali da casa e ir ao encontro. E o Ponto de Cultura foi muito bom, apesar de que não era dessa forma que nós tínhamos planejado. Ele foi planejado dentro de um circo, em terreno público, que nós não conseguimos, precisou ser feito de outra forma. Mas... esse Ponto de Cultura deu a arrancada, né. Deu a arrancada pra depois vir a Agência, pra depois... pra também fortalecer o... a casa e os outros projetos, né.

Neide afirma que “aquele negócio daquela feira deu estrutura pro banco. Porque ali que você começou a mostrar 'você tem que vender seus produtos aqui!”, já com interesse em contribuir para a organização da economia do bairro. Da feira participaram diversas artesãs, alguns empreendimentos de economia solidária e ongs da região. Além disso, havia serviços de ótica, cabeleireiro, barraca do posto de saúde da região distribuindo preservativos e materiais informativos. Desde 2009 a UPM segue organizando essa feira como comemoração ao Dia Internacional da Mulher e também ao aniversário da entidade, que foi inaugurada nesse dia – 8 de março. Abaixo apresentamos o folder de divulgação da última feira realizada, em 2013. As apresentações culturais são sempre de artistas da região, e nesse folheto observa-se a valorização da produção artística feminina.

Figura 4 – Folder de divulgação da V Feira Sociocultural do Jd. Maria Sampaio

Foi no mesmo mês em que estava sendo realizada essa primeira Feira Sociocultural que surge a proposta de se implantar um banco comunitário na UPM,

trazida pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP).

Quando questionado sobre como o banco entra no contexto histórico de luta política da UPM, Rafael diz “então, a gente costuma contar a história [do banco]... através da Feira Sociocultural, que a gente acha que foi bastante importante”. Foi na preparação para a feira que a UPM entra em contato com a Rede Solidária da Zona Sul, uma iniciativa importante da ITCP-USP (MELLO, 2007), mas que já estava bastante esvaziada. Na ITCP-USP, o mesmo grupo que acompanhava a Rede também buscava uma associação mais enraizada localmente para que se pudesse implantar um dos bancos do projeto. Rafael conta sobre este momento:

Foi aí que a gente conheceu a Rede Solidária Zona Sul (...) e aí a gente foi lá fazer o convite [para a Feira Sociocultural], aí a galera veio aqui, tavam mapeando um lugar pra ser um banco comunitário. Aí participaram da feira, aí curtiram o trampo e apresentaram a proposta. Aí foi isso, foi um tempo debatendo né, tanto entre nós, com a comunidade e com o pessoal que tava trazendo a proposta, né... que era uma proposta muito... fantasiosa, né, na verdade, né. Mas acho que foi legal, acho que a gente conseguiu fazer uma reflexão durante o processo, de identificar essas dificuldades que a gente ia encarar, até pela experiência da UPM, né, que se tem. Não era algo... pra mim podia ser a primeira vez, mas pra UPM não era algo... fora do comum, alguém vir e trazer um projeto que depois sabe que vai embora, e o b.o. vai ficar né. Então acho que toda essa reflexão foi ajudando. E aí acho que o que mais empolgou, na verdade, foi essa questão de um fôlego novo, né, a comunidade começou a achar uma proposta interessante também. - Rafael

Daremos agora um breve destaque ao processo histórico de surgimento da proposta do banco e como se deu sua implantação no interior da entidade.

O projeto que engloba o Banco Comunitário União Sampaio nasceu a partir de uma articulação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP) com movimentos de moradia da cidade de São Paulo. A ITCP-USP tinha um histórico de atuação na região da Zona Sul da cidade de São Paulo que no momento tinha culminado na construção da Rede Solidária da Zona Sul e vinha enxergando a necessidade de criação de um banco comunitário como estratégia de fomentar o desenvolvimento local a partir da economia solidária (MELLO, 2007).

Essa perspectiva se concretizou a partir da possibilidade de elaborar um

projeto em conjunto com organizações ligadas aos movimentos de moradia do município, a partir de recursos de uma emenda parlamentar destinada à Secretaria Nacional de Economia Solidária. Esse projeto previu então a realização de ações de desenvolvimento em torno da formação de cinco bancos comunitários, quatro ligados a Conjuntos Habitacionais construídos pelos movimentos e um banco vinculado à Rede Solidária da Zona Sul onde a ITCP-USP vinha atuando, na região do Campo Limpo, cidade de São Paulo.

Faziam parte desta rede atores ligados a outros movimentos sociais e empreendimentos solidários da região que, nesse momento, tinham como lugar de referência um espaço denominado Centro de Referência de Economia Solidária, então localizado no largo do Campo Limpo. O conjunto de atores ali reunidos constatou que aquele local, cortado por grandes avenidas e comércios de grande porte, não era interessante para a construção de um banco comunitário.

Iniciou-se um processo de mapeamento da economia e das organizações sociais das vizinhanças, que foi então separada em três áreas geográficas. Escolheu-se o bairro do Jardim Maria Sampaio pela percepção de que já havia uma identidade local e grande concentração de pequenos comércios.

Foi então que se decidiu apresentar a proposta de formação do banco para a União Popular de Mulheres, e iniciou-se um processo de arranjos e composição política desse banco entre ITCP-USP, Rede Solidária da Zona Sul, Movimento de Moradia e União Popular de Mulheres. Durante a duração desse projeto inicial houve um período de desconfianças e conflitos entre as instituições, posteriormente a Rede Solidária da Zona Sul acabou se desfazendo, a ITCP-USP mudou seu foco de atuação e a União Popular de Mulheres seguiu de forma autônoma com a organização de seu banco, contando hoje com o apoio do Núcleo de Economia Solidária da USP (NESOL-USP).

A escolha inicial da UPM justificou-se pelo fato de que o banco comunitário não consegue ser um instrumento de desenvolvimento local isolado, ele deve estar articulado com outras ações comunitárias para que consiga progredir e atingir seus objetivos. Além disso, a verba do projeto só poderia manter o banco funcionando até dezembro do mesmo ano, e a partir dali a associação teria que buscar sua própria

fonte de renda. Na implantação dos bancos contou-se com a assessoria do Instituto Palmas¹³, organização comunitária de Fortaleza/CE, que orientou passo a passo as associações que receberiam os bancos, tanto do ponto de vista técnico de sua operacionalidade como do ponto de vista social, de legitimação e consolidação do banco frente à comunidade.

Neide narra o momento de chegada da proposta do banco dentro da UPM, apontando inclusive para certa tensão que existia na relação entre ITCP e UPM. As relações se mostraram bastante complexas, mas com o desenvolvimento dos diálogos e esclarecimento do processo a parceria foi finalmente firmada. Conforme relata Neide:

Aí veio essa ideia que vocês chegaram lá na nossa entidade, né, o... a incubadora chegou apresentando o banco, que no começo a gente se assustou um pouco com... com a forma que... que a incubadora questionava a gente, a gente ficou com um pouco de receio, porque a gente sentia que era um pouco de discriminação com a gente, que a gente não teria o perfil, e... um pouco a cabeça, a linha política, sei lá. E aí de repente a gente começou a ver que o enfrentamento nosso e da incubadora valeu. De questionar, de falar, “escuta, que que é isso? Afinal de contas, que que vocês tão querendo com a gente? A gente não tem tempo pra perder aqui, tem que trabalhar. Nós temos que trabalhar. Se é pra trabalhar vamos trabalhar! (risos) (...) E aí o... nós começamos a estudar... também, pra ter essas conversas, como... a Leila, nossa, da diretoria, ela foi longe pra estudar o banco. Que a gente tinha que reunir a diretoria pra ver se aprovava, né. A Leila foi longe... aí ela chegou e disse assim “pelo que eu estudei nós temos que abraçar!” (risos). - Neide

Podemos perceber que o sentimento que existia na época misturava empolgação e receio, para ambas as partes envolvidas – UPM e ITCP-USP. De um lado a ITCP-USP buscava assegurar que a associação que recebesse o banco fosse capaz de dar seguimento a este projeto, por outro a UPM preocupava-se com a grande responsabilidade que sua manutenção econômica e social traria. O apoio de Leila, membro da diretoria da UPM, foi fundamental para dar segurança à Neide e demais envolvidos no aceite do projeto.

Ana Vitória, Mara e Inês também falam sobre sua visão a respeito desse momento:

Porque o banco comunitário – você pode me corrigir melhor – ele chega até

¹³ O Instituto Palmas é o desdobramento do primeiro banco comunitário do Brasil – o Banco Palmas – que surgiu na periferia de Fortaleza/CE a partir da auto-organização dos moradores do bairro Conjunto Palmeiras. Atualmente o Instituto Palmas é uma OSCIP que, entre outras atividades, apoia a disseminação e estruturação dessa experiência nas outras regiões do país.

nós com a proposta, e aí cabe nós decidir sim ou não, e a gente fala sim. (...) eu vejo uma coisa muito desafiadora, eu acho que se eu tivesse como uma pessoa sozinha pra decidir sim ou não eu acho que eu não aceitaria. - Ana Vitória

Ah, a proposta do banco. Foi uma loucura. É... eu não tava muito envolvida, eu tava envolvida na administração dos projetos, prestação de contas. Eu ficava mais nessa área administrativa, mais na parte de escritório mesmo. E aí o Rafael falou que tinha um... umas atividades de economia solidária. Que ia ter uns cursinhos de economia solidária. E a Inês já conhecia esse cursinho de economia solidária. (...) E aí foi quando ele trouxe a proposta do banco. É um banco, que a gente vai ter um dinheiro próprio, não sei o que. No comecinho eu falava assim “nossa, eles são tudo doido”. Só que quando eles falaram do banco pra gente, na realidade eles não falaram que a gente ia ter um dinheiro próprio. Eles falaram que a gente ia ter um... provavelmente um lugar onde os idosos podiam sacar o dinheiro, né, e a gente ia poder ajudar eles aqui, E aí você fica naquela tensão, né. Só que o Rafa conversando, aí ele falou da moeda, que ia ter uma moeda, que a gente ia poder trabalhar, que o dinheiro ia ficar dentro do bairro, que a gente não ia enriquecer, vai, que nem, um Carrefour da vida lá em Pinheiros, que a gente poderia enriquecer os comércios que eram pequenos aqui. (...) E ele falou assim que a gente ia pegar... isso gravou bastante pra mim, economia e o banco, por conta disso, porque eu falava assim “mas como assim, Rafael, eu não vou enriquecer. Eu não vou comprar do mesmo jeito?”. Ele falou assim “não, você vai comprar aqui nessa loja e aí ele não vai poder comprar lá no Carrefour ou lá na 25, porque eles não vão receber esse seu dinheiro, o nosso dinheiro lá. Eles vão ter que comprar ou aqui numa loja do bairro ou eles vão ter que trocar aqui com a gente. Então o nosso dinheiro vai ficar por aqui, então as pessoas vão receber mais, e aí eles vão enriquecer”. Entendeu? Então a ideia foi interessante, eu falei “nossa, que legal! Então, quer dizer, realmente, se eu comprar no Carrefour meu dinheiro vai sair daqui e vai pra lá, eu vou enriquecer os caras pra lá, né. Se o dinheiro fica aqui no comércio, vai pro... pro açougue, pra farmácia...”. Entendeu, ele vai ficar girando aqui, né. E aí, lógico, dá um nó na cabeça, que você fala “como que a pessoa vai enriquecer com um dinheiro que fica pra lá e pra cá, pra lá e pra cá, pra lá e pra cá”. Aí... com o tempo você vai aprendendo né, o que que é isso. E aí a gente começou a... “nossa, vamo defender, né”. - Mara

Eu fiquei querendo saber como é que era aquilo, banco! Mas como, que banco é esse? Né? Como é que vai ser isso? Aí a gente sentou pra conversar, aí Neide, Rafael, a direção pra conversar sobre o banco, eu achei aquilo muito positivo. Porque era mais um, era mais uma porta que se abria. Com tantas portas que a gente bateu, anteriormente, tudo fechada, era mais uma porta ali que se abria pra todos nós e pra quem fosse chegando. Eu achei uma vitória, a chegada do banco. - Inês

Podemos perceber que o Rafael ocupa um papel central no processo de constituição do banco comunitário, e é empoderado no discurso das mulheres. Ele participava das reuniões com a ITCP-USP e era quem mais dialogava com as mulheres da UPM, explicando o que era, como iria funcionar etc. Dessa forma, foi Rafael quem foi assumindo o papel de liderança dentro desse contexto. O Banco

Comunitário União Sampaio foi inaugurado em 27 de junho de 2009.

Figura 5 – fachada do Banco Comunitário União Sampaio, na edícula da sede da UPM (Rafael à esquerda e Edmilson à direita; as três mulheres eram as formadoras da ITCP-USP, da esquerda para a direita: Rebeca, Beatriz e presente pesquisadora)

O processo de escolha do nome do banco e da moeda social foi feita de forma coletiva, com a participação da comunidade local. O nome “União Sampaio” fazia alusão ao nome do bairro – Jd. Maria Sampaio – assim como o nome da moeda “Sampaio”. Os comerciantes locais pouco a pouco foram aderindo à moeda social, passando a aceitá-la em seus estabelecimentos.

Figura 6: Moeda social Sampaio e Edmilson (caixa do banco) num açougue do bairro.

O contexto de implantação do banco aproximou outro jovem do trabalho na UPM, Thiago, que Neide recebeu com bastante alegria como demonstra em sua fala:

E o bacana é que foi nessa hora, nesse começo que o Thiago veio pra nossa entidade. (...) Que... que nem, o Thiago com a função dele ele cresceu muito, porque ele teve que enfrentar família, e ele tem muita facilidade de chegar numa família e conversar, né, ele é muito povão, né. Então ele tava no cargo certo, de ir, porque ele chega... ele chega com firmeza e com... assim, dócil, ele é dócil. Então aquilo cativa né, um jovem chegar. - Neide

Thiago rapidamente se envolveu com as ações do banco e a partir desse momento passou a desenvolver diversas ações dentro da UPM e contribuir muito para o desenvolvimento do trabalho da entidade. Rapidamente ele se tornou também uma nova liderança dentro da entidade, encabeçando, junto com Rafael, algumas ações ligadas à cultura. Esse momento é crucial para entendermos o desenvolvimento das atividades da UPM a partir de então, que se desdobrariam em dois importantes aspectos: a) a aproximação de um número cada vez maior de jovens à UPM e b) a forte articulação com o movimento cultural presente na zona sul de São Paulo. Antes de nos aprofundarmos nesses dois elementos, vamos observar alguns dos impactos mais imediatos do projeto do banco comunitário.

Julgamos importante para este trabalho tentar entender de que forma o banco comunitário, uma proposta nova e diferente, se articulou com a agenda anterior de um movimento popular como a União Popular de Mulheres.

O banco veio a oferecer um grande estímulo às ações de geração de renda, que a UPM nutria desde seus primórdios, conforme observamos nos relatos de Neide e Rafael:

Porque nós tínhamos um curso de corte e costura lá, antes do banco (...) durou uns 2 anos o curso lá, não tinha nem máquina pra costurar, né. E aí depois a gente... quer dizer, depois que veio o banco reforçou, porque aí as mulheres já foram costurar em casa, pegar dinheiro no banco. (...) e ajudou muito famílias, assim... reconstruírem a sua casa, né, reconstruírem sua vida, valorizaram as... principalmente as mulheres e os idosos, viu. - Neide

Então, aí uma das reflexões que a gente teve foi isso, assim, né, como que isso amarra ou dialoga com as coisas que a gente tá fazendo. E aí a gente começou a perceber que dialogava bastante, assim né, principalmente nessa questão da geração de renda com as mulheres, e que era uma possibilidade da gente fortalecer isso. Então acho que foi legal nesse sentido. - Rafael

Os empréstimos também foram bastante utilizados para fazer os “puxadinhos” típicos das periferias das grandes cidades, que é a ampliação das casas em geral visando comportar maior número de pessoas.

Os créditos fornecidos às mulheres são de consumo ou produtivo. Os de consumo são utilizados em compras no comércio local, geralmente quando falta gás ou alimentos para sua família. Nesse sentido, o banco comunitário ajuda a solucionar necessidades básicas e rotineiras na vida das mulheres da periferia, especialmente as chefes de família. Já os empréstimos produtivos (fornecidos para a compra de insumos e matéria-prima para produção) ajudam as mulheres a caminharem em direção à sua autonomia econômica, já que com eles podem criar ou fortalecer suas atividades produtivas, seja individual ou em grupo.

Ana Vitória também comenta:

Ele trouxe um olhar voltado mais para a questão da economia, da necessidade da gente pensar nessas gerações de renda, nesse povo que é pobre, dessa mãe que tem vários filhos, ou dessa avó que tem vários netos e não consegue se introduzir nesse mercado de trabalho. Ou ela até tenta, ela vai pro mercado de trabalho, ela entra, mas aí ela não consegue porque saindo desse núcleo familiar as crianças ficam totalmente à mercê dessas ruas, dessa vida que existe dentro da periferia. E o banco ele ajuda, ele traz essa questão de possibilitar você a pensar alto – não sei se é – no empreendedorismo, de certa forma. Porque daí você pode trabalhar em casa, você pode trabalhar dentro do seu bairro. – Ana Vitória

Ana Vitória fala exatamente sobre o dilema enfrentado pelas mulheres, citado no primeiro capítulo, a respeito da dificuldade em articular o trabalho produtivo com o trabalho de cuidados com as crianças, e ela coloca essa prática da economia solidária como possível solução. Há uma tentativa de ruptura na fala da Ana Vitória. Ela vai além da ideia da geração de renda e aponta para uma autonomia da mulher, mas também deixa espaço para a manutenção desses lugares, pois trabalhar em casa não significa conforto e liberdade mas sim possibilidade de compatibilizar o trabalho produtivo com o trabalho doméstico e de cuidados.

Um aspecto que não aparece nas falas mas é bastante perceptível quando conversamos com os moradores da comunidade é a capacidade que o banco tem de desmistificar o tema da economia. Quando surge uma outra moeda, que pode ser utilizada nas compras em comércios locais, ela traz também questionamentos sobre o que é o dinheiro, como funciona sua circulação. Com isso, atrelado às formações sobre economia solidária e debates politizados, a UPM colabora para o rompimento de *Crenças, Valores e Expectativas Societais* sobre o tema da economia.

Outro elemento que aparece nas falas é a possibilidade que o banco trouxe de articulação e enraizamento no território, conforme afirma Ana Vitória:

Mas o banco ele fortalece, que eu vejo hoje, ele fortaleceu muito o vínculo com o bairro, com o território. Por quê? Porque você tem desde a artesã que faz um... que produz tapetes de crochê, e ela precisa de uma ajuda pra poder comprar material, então ela vai lá e pede um financiamentozinho pro banco, o banco fornece e ela investe nisso, ela faz... isso faz com que ela se vincule também à entidade, à União Popular de Mulheres. Ela vê como “oh, nossa, como isso me trouxe um crescimento individual, como isso me possibilitou...”. E ela vai, indica pra um, indica pra outro, tal. - Ana Vitória

O banco comunitário fortalece a autonomia econômica da mulher e, além disso, potencializa sua participação política na luta pela emancipação feminina à medida que a aproxima de uma entidade como a UPM.

Foi também o banco que potencializou a escrita de projetos para o Programa para Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), da Secretaria de Cultura do município, como o “Mulheres Periféricas” que tinha como objetivo reunir um grupo de mulheres que produzissem diversos tipos de expressão artística, como música, canto, teatro, artes visuais. Essas mulheres realizaram muitas apresentações na região, de tal forma que ocorreu uma valorização de suas habilidades e também da cultura periférica, fato este que estava intimamente relacionado ao elemento de aproximação de jovens e do movimento cultural mencionado anteriormente.

Na fala de Rafael também apreendemos essa possibilidade que o banco trouxe da aglutinação de maior número de pessoas à UPM.

Agora, pra fora, eu acho que potencializou muito a nossa relação local, sabe assim, fez a gente se aproximar dos comerciantes, fez a gente se aproximar da comunidade... de várias mulheres e várias pessoas que a gente, que antes não tinha muito... é... não tinha serviços pra usufruir aqui, né, então não... não frequentavam nosso espaço, acho que isso foi... Foi uma das coisas mais ricas né. - Rafael

A própria moeda social com o nome do bairro colabora para o fortalecimento da *Identidade Coletiva* da comunidade. Quando questionada sobre com o que o banco veio a somar dentro da entidade, Inês afirma:

Com as necessidades do povo! Que tem gente que não, que tem gente que necessita de ouvir, mas tem gente que antes mesmo de ouvir precisa de um prato de arroz com feijão. Porque senão ele não vai nem conseguir ouvir,

quem tá com fome não ouve. Mais um crescimento. Que a luta da gente era pra crescer mesmo, e a chegada do banco foi mais um crescimento. Quantas pessoas que... eu mesma conheço pessoas lá da entidade, nossas amigas, que pegou um dinheiro já com o banco pra comprar um gás pra fazer o arroz. Porque não tinha dinheiro pra comprar. Foi mais um avanço. – Inês

Mara também comenta:

E era gostoso, a gente vinha, tinha movimento, vinha os idosos, aí todo mundo queria saber que dinheiro era esse, aí tinha os empréstimos. A gente percebeu, assim, que as idosas pegavam mais empréstimos do que os homens, né, e eram muitas. (...) Então aí a gente percebeu a necessidade, né, do pessoal que a gente tá ali no dia a dia mas você não sabe o que ela passa em casa, né. - Mara

O banco se articulou, portanto, com aquela luta anterior da UPM de praticarem ações para suprir as necessidades mais básicas do cotidiano das mulheres da periferia, como moradia e alimentação. As anteriores “vaquinhas” para arrecadar um montante de dinheiro para comprar alimentos agora transformara-se numa linha de crédito específica para este fim, gerida pela própria comunidade. Rafael destaca os ganhos não apenas econômicos proporcionados pelas ações da UPM por meio do banco, mas de transformações subjetivas e culturais. Ele inclusive relata o caso de Dona Orlandina, uma senhora de 82 anos que, com o empréstimo do banco, financia a edição de um livro de sua autoria que conta sua história de vida.

Então, eu acho que... a gente, eu acho que a gente muda né, a gente... o banco trabalha muito mais é... questões simbólicas do que econômicas. E acho que essas questões simbólicas muitas vezes podem fortalecer a econômica dessas pessoas, né. Se elas começam a se reconhecer como empreendedoras, começa a ter uma outra visão né, que acho que não é só o banco, por exemplo, da Agência... o trampo da Agência é um pouco esse também, sabe, fazer com que as pessoas se entendam como artista. Então quando a gente pega a Dona Orlandina e faz um livro dela é essa a ideia, pra ela se entender que ela também é, sabe, que ela também produz arte, que ela também... é... e isso eleva a autoestima dessas pessoas e potencializa ela querer fazer outras coisas, né.

P: E potencializa lutas, inclusive, porque você muda uma questão cultural de entendimento do que que você é dentro da sociedade, né.

E: Sim, é... então acho que o banco causa mais isso, sabe, das pessoas refletirem sobre todo o processo. Desde de porque que ele não tá pagando um juro, sabe, porque que ele consegue acessar aqui e não consegue acessar em outro lugar... Então acho que o banco vai causando muito essas mudanças, né, pelo menos o nosso. Eu acho difícil, as mudanças econômicas eu acho difícil da gente mensurar muito. - Rafael

Rafael está afirmando o esforço da UPM em desconstruir *Crenças e Valores*

Sociais arraigados na consciência política das pessoas, como elas não se verem como artistas ou o processo de clarificar sua consciência sobre o tema da economia, por exemplo.

A seguir relataremos algumas das principais mudanças que se seguiram a partir do ano de 2009, com a aproximação de uma geração mais jovem ao trabalho da UPM, o que culminou com o surgimento da Agência Popular de Cultura Solano Trindade.

A chegada dos jovens e a aproximação com o movimento cultural

Na última fala apresentada, Rafael ressalta a importância de uma mudança cultural talvez mais relevante do que uma mudança econômica. Ele claramente apresenta o banco como instrumento de desconstrução de certas *Crenças, Valores e Expectativas Sociais*. Numa conversa informal com Rafael, ele criticava a ideia de alguns políticos de promover peças de teatro com atores famosos na periferia, quando ele dizia “eles dizem que na periferia falta cultura. Na periferia não falta cultura, nós temos nossa cultura própria e temos que valorizá-la e dar espaço aos artistas locais, e não trazer cultura de fora”.

Esse pensamento de Rafael vai influenciar diretamente nos novos rumos de ação política da UPM, que será liderado pelos jovens – primeiro por Rafael e depois, com a implantação do banco, pelo Thiago, seguido por outros jovens homens e mulheres. Ana Vitória comenta:

Aí a questão do banco, aí eu vejo assim também como um novo contexto que se apresenta na entidade, que é o contexto de alguns jovens que começam a aparecer dentro da entidade. Então a gente tem o Rafael, que é um jovem que entrou e... que começou a trazer outros... somar, acho que outras... agregar outros valores. - Ana Vitória

Rafael afirma que essa abertura para a participação dos jovens é uma característica peculiar da UPM que a permite avançar em suas ações, conforme ele fala abaixo:

Um diferencial bastante grande da União Popular de Mulheres, acho que potencializou tudo isso, é a confiança no jovem, né. Acho que tem essa relação né, tanto eu, que era jovem, quanto outros jovens que a gente foi agregando no processo e que... sempre teve uma relação de confiança

bastante forte. E acho que isso é uma característica da UPM, né, a gente viu exemplos que inclusive não deu certo, né, mas que... é... se tem essa relação bastante forte.(...)

P: Você acha que foi um diferencial, assim, com relação a outras organizações que você acha que não têm esse... essa postura.

E: Sim. É... não dar essa autonomia, né, pros jovens, nem dentro nem fora. Muitas vezes o resultado das Ong que estão aqui, positivo, é o cara ir pra fora da quebrada, e não ficar, né. É... então acho que isso foi um diferencial assim, que... que... que foi importante, porque é quem tem fôlego né mano, pra encarar algumas ações que não são tão certeiras, né. Como o banco, por exemplo. – Rafael

Rafael aborda nessa fala uma questão que será central nas ações que esse novo grupo de atores irá estimular: um “mercado de trabalho” para esses jovens dentro da periferia, almejando sua permanência no bairro, ao invés de serem obrigados a buscar o subemprego, precário e mal remunerado, no centro da cidade. O estudo de Marta Bergamin (2011) traz uma fala de Thiago sobre essa questão:

Trabalhar numa ONG é o sonho de quem está se formando, o melhor trabalho do mundo, eles falam: - “Estou no melhor trabalho do mundo...” (...) Temos que pensar uma formação a longo prazo para essas pessoas que estão aqui... Quer dizer que o pessoal da burguesia prospecta trabalhar no terceiro setor e a gente da quebrada, não? E a gente prospecta ser explorado? Ser cozinheiro... como muitos são na comunidade. Ninguém vai contratar um coordenador da quebrada para tá lá [em Ongs], tá ligado? Porque ele vai trazer demandas intrínsecas daquela quebrada... (p. 203, 204)

Podemos perceber que a participação política numa organização da periferia começa a possuir um sentido de trabalho profissional, e não mais de trabalho voluntário. Essa possibilidade de trabalho social começa a ser real para os moradores dos bairros periféricos da cidade, especialmente a partir do aumento de financiamentos públicos destinados a essas organizações. No caso da UPM, é a juventude quem percebe essa nova oportunidade e passa a desenvolver esse trabalho.

O “mercado de trabalho” que os jovens decidem estimular é a produção da cultura periférica. Já havia um forte movimento cultural na periferia sul da cidade de São Paulo, e esses jovens enxergam a possibilidade de incentivar a geração de renda por meio da cultura, dando crédito a esses e essas artistas para que pudessem fortalecer seu trabalho. Mara conta um pouco sobre esse momento:

O Rafa ia no sarau pra fazer as divulgações [do banco], começou a agregar coletivo, né. Depois que agregou esses coletivos, começou a fazer

divulgação, percebeu-se que do Sampaio eles criaram outra moeda, que aí eles criaram outro projeto, mas por causa do banco. Por que no banco o que aconteceu: muitos, é... coletivos de... de banda, de show, essas coisas, de contadores de história, várias coisas, começaram a pegar dinheiro emprestado, né, pra poder continuar fazendo o serviço deles, né. E aí através disso que percebeu que tava tendo uma procura também muito grande o pessoal da cultura. – Mara

Os saraus da zona sul são espaços construídos pela periferia para expressão de seus poetas e poetizas, cantoras e cantores, declamadores, enfim, para todo tipo de artista se manifestar. São verdadeiros espetáculos artísticos, sempre recheados de conteúdos políticos muito críticos. Trata-se de espaços de manifestação política e construção de *Identidade Coletiva*, de *Identificação de Adversários e Sentimentos Antagônicos*, de formação de *Sentimentos de Justiça e Injustiça*, de elaboração de estratégia conjunta de *Metas de Ação Coletiva*, que tocam em temas como racismo, violência policial, preconceito, desigualdade econômica etc (alguns exemplos são: Sarau da Cooperifa, Sarau do Binho, Espaço Clariô de Teatro, algumas marcas de roupa da periferia como a 1dasul, Vila Fundão e À Firma, bandas de música etc). Pela fala da Mara podemos perceber que já existia uma demanda por crédito por parte desses coletivos, para que pudessem impulsionar sua produção cultural. Veremos mais à frente que essa outra moeda citada por Mara aparecerá no contexto de um novo projeto formulado pelos jovens, que fortalecerá essa articulação do movimento cultural com a economia solidária.

Ana Vitória fala um pouco sobre o papel dos saraus na periferia da zona sul de São Paulo e de como a articulação com essas experiências está relacionada à proposta de ação histórica da UPM:

E acho que hoje tem algumas coisas que estão ligadas sim. Se você pegar o campo da... tem um pouco, assim, da... da participação e do promover saraus na comunidade, na periferia. Ele vem de encontro com essa proposta, com essa linha de atuação política, porque é no sarau que você tem um espaço, que o artista tem, pra manifestar todas as suas angústias sociais e seus protestos. - Ana Vitória

Rafael também avalia que a linha de apoio à cultura, por meio do projeto do banco, não consistia numa experiência totalmente nova à medida que sua base ideológica e prática mantinha relação com as bandeiras anteriores da associação, e veio revigorar algumas pautas e linhas de ação da entidade que já existiam:

E agregou outras, por exemplo como da cultura... né, que sempre se teve a prática, você viu o que eu falei né... a gente pega a galera mais velha que tem aqui... pega, você conhece o Magela que faz o boi? Tipo, o Magela é um... sei lá, deve ter já uns 50 anos, um ripão, que hoje ele tem um trabalho de boi aqui e tudo mais. Então, tipo, mano, ele foi o primeiro professor de percussão do Arrastão, ele deu oficina na UPM quando surgiu a primeira casa, então tipo, é um cara que tem uma puta história. Eu lembro de uma festa junina que a gente fez que foi o Jairo que foi tocar. Então, assim, sempre, a UPM sempre na prática fomentou a cultura popular – até porque também nunca teve dinheiro pra pagar cachê, nunca, né, teve nada. Então a ideia foi sempre fortalecer essa cultura popular. - Rafael

De fato, a UPM sempre valorizou a cultura popular. O que aconteceu com a aproximação dos jovens e o desenvolvimento do projeto do banco foi a interlocução e fortalecimento do vínculo com o forte movimento cultural que já existia na região. Ana Vitória atribui essa aproximação da UPM com o movimento cultural da zona sul ao vínculo que Rafael e Thiago já tinham com seus militantes, tendo em vista que eles já participavam dos saraus e festas com esses coletivos e nutriam uma relação de amizade com essas pessoas. Ana Vitória afirma:

Eu acho que é porque o grupo que implantou o banco, eles já tinham uma questão... que eu não sei se eu posso afirmar que é pessoal, mas eu acho que era algo que já estava semeado dentro desse grupo de tentar olhar um pouco mais pra cultura, talvez. De, de repente... porque a gente, que nem eu falei, a gente fazia encontros... se prioriza fazer atividades mensais com propostas de cidadania, e dentro disso está a questão da cultura também, né. Então nas atividades festivas a gente sempre tentou trabalhar com... por exemplo, no grupo de mulheres, pequenas representações teatrais, tal... mas era uma coisa mais, assim, sabe... quem aqui do grupo conhece uma cantiga de roda ou conhece aquela canção que fala sobre isso, sobre a mulher que peneira, e a gente pode pensar em representar essa mulher guerreira, essa mulher “nanana”, dentro do seminário, dentro de um congresso, então vamos trazer um pouco dessa cultura também. Mas eu acho que também tinha uma necessidade que era muito... talvez o pessoal hoje, não sei, nunca conversei com eles sobre isso, mas, ao meu ver, eu acho que eles tinham uma questão que era deles, trazer um pouco essa linha cultural, assim, pra dentro, sabe. Acho que é legal que eles se identificavam também, que havia uma necessidade deles, assim. - Ana Vitória

Ana Vitória traz detalhes dessa relação do banco comunitário com os coletivos de cultura e faz algumas ponderações:

Então, agregou muita gente de fora, trouxe muita gente de fora, o banco. Porque aí, é... como que traz essas pessoas? Como que se agregou essas pessoas? Porque aí você não tem só o financiamento do individual, da pessoa, você tem também de pequenos grupos. Então você tem uma produção de uma entidade, também é de caráter popular, ou de um coletivo

ou de um grupo que produz, por exemplo, que produz camisetas... e aí ele vem até o banco e começa a se construir algumas propostas. Você tem... aí vem a produção musical, que hoje tá na... acho que ainda tá embrionário mas que tá indo. Então tem o grupo de música que já existe há 5 anos no bairro, que é da região, tal... por que não pensar em financiar e em ajudar também? Então ele traz isso. E outra coisa que o banco traz também: qualquer pessoa de fora que vê a proposta do banco comunitário se encanta. Ele enche os olhos, ele fala “nossa, que proposta revolucionária, que maravilha, será que isso é possível? A gente conseguir esse ideal e tudo?” (...) Você produz um deslumbramento muito grande, e aí vem uma porrada de grupos de uma vez. Mas quando você começa a atuar na prática você começa a ver que esses grupos não têm a mesma visão que nós da entidade temos. E aí alguns se vão, outros ainda permanecem, poucos... muito poucos ficam na luta com você, mas outros ficam que nem parasitas parasitando e querendo tirar benefício próprio. Então eu acho que assim, é o... acho que é o saber dosar, é o saber sentir, e o saber lidar. Acho que se isso não tivesse acontecido, e não estiver acontecendo como ainda acontece, talvez a gente não consiga amadurecer. - Ana Vitória

Ana Vitória traz elementos positivos e negativos desse campo de interação entre o trabalho da UPM e os grupos que passam a se aproximar da entidade a partir do desenvolvimento do projeto do Banco Comunitário União Sampaio. Aprofundaremos-nos sobre essa relação no capítulo seguinte, ao passo que por ora vamos nos ater à explanação da história da UPM.

Com a implantação do banco, a pauta da geração de renda torna-se ainda mais forte dentro da UPM. A possibilidade de articular ações de economia solidária com o movimento cultural da região aparece como uma oportunidade não só para a autonomia econômica desses jovens, mas como uma forma de valorizar a identidade e a cultura periférica. Essas ações colaboram para desconstruir a imagem da favela, da periferia, como um lugar de violência e marginalidade para apresentar uma periferia com arte, cultura própria, desenvolvimento local, etc. Ou seja, para desconstruir *Crenças, Valores e Expectativas Societais*, para desconstruir a visão sobre o morador da periferia como “inimigo”, para clarificar os papéis e classes sociais.

O estudo de Marta Bergamin (2011, p. 200) explora esse processo evolutivo do projeto do banco comunitário para outras ações de fortalecimento cultural:

Apostando em novas articulações para lutas políticas, o Banco Comunitário usa como inspiração para essa reflexão a formação de novas redes de relações que possam fomentar novos tipos de inserção no mercado de trabalho. E podemos, então, afirmar que com a formação do Banco Comunitário abriram-se novas possibilidades. As experiências que já vêm se articulando há alguns anos na Zona Sul, com os saraus, a literatura

produzida ali, os coletivos de música, teatro, etc., mais o contato do Banco Sampaio com o coletivo Fora do Eixo, trouxe a ideia da formação de uma Agência de Produção Cultural “das quebradas”. Um circuito de troca de trabalhos e serviços que pudesse ligar de forma mais forte e efetiva as iniciativas culturais que já existem naquela parte da periferia da Zona Sul.

Foi a partir do encontro da UPM com a economia solidária, enquanto conceito, que surgiu a Agência Popular de Cultura Solano Trindade, uma rede de atores culturais da região que se articularam para viabilizar a geração de renda por meio da cultura. Mara relaciona o surgimento da agência como desdobramento do projeto do banco:

Aí eles montaram, olha, foi um projeto, eu falei pra ele assim ó “o banco já é louco, você vem trazer uma agência? Com outra moeda de novo? Rafael, você tá pirando, a gente vai colocar aqui na frente ó 'casa de louco', porque vocês tão com uma ideia maluca (risos). Se você já não tá dando conta de receber do banco, que muita gente não consegue pagar, como que você vai fazer uma outra moeda”, né, que era a Solano Trindade. E aí ele tinha... eles vieram com essa ideia da Agência. Né. Aí da Agência, começou a juntar aquelas pessoas que tavam no banco, né. (...) Foi trazendo mais pessoas de fora, mais conhecimento. Aí veio a Agência Solano Trindade que foi... é... assim, os dois juntos caminhando né. (...) – Mara

A Agência Solano Trindade conseguiu um financiamento específico por meio da aprovação do Programa de Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), um programa municipal que tem por objetivo “apoiar financeiramente, por meio de subsídio, atividades artístico-culturais, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do Município desprovidas de recursos e equipamentos culturais”¹⁴.

Apresentamos brevemente abaixo o texto que eles mesmos escreveram sobre a agência, cujo nome foi escolhido em homenagem a um poeta da região.

A AGÊNCIA tem o objetivo de FOMENTAR A CULTURA POPULAR através da viabilização financeira da produção artística da periferia, construindo estratégias de autofinanciamento e sustentabilidade econômica. Com a AGÊNCIA Solano Trindade queremos entender mais sobre as relações de produção, consumo e comercialização de serviços, produtos e conhecimentos culturais (...) A AGÊNCIA POPULAR SOLANO TRINDADE também utilizará como ferramenta para fortalecer a economia da cultura uma MOEDA SOCIAL, que iremos chamar daqui de “MOEDA CULTURAL”, que terá como objetivo facilitar a troca de serviços culturais entre grupos e produtores locais. A proposta é fortalecer a economia local, desenvolvendo um arranjo produtivo local da cultura. (blog da Agência Solano Trindade¹⁵)

¹⁴ Disponível em <http://programavai.blogspot.com.br/>

¹⁵ Disponível em <http://agenciasolanotrindade.wordpress.com/quem-somos/quem-somos/>

Figura 7: primeiro logo da Agência e o logo atual

A Agência também estimulou a aproximação de jovens mulheres. Uma delas encabeçou a articulação da Frente de Artes Visuais e outra da Frente de Comercialização. Muitos desses empreendimentos culturais são compostos por mulheres que representavam, antes de conseguirem gerar renda por meio de sua produção cultural, o fenômeno de *feminização da pobreza* a que nos referimos no início deste trabalho. E que agora têm maior possibilidade de conciliar o trabalho doméstico e de cuidados, enquanto não conseguem superar a dupla jornada de trabalho, e que agora participam de um coletivo que tem como pauta essa transformação, entre outras, como os Clubes de Mães faziam anteriormente. A ocupação das mulheres na articulação da Agência Popular de Cultura Solano Trindade também consegue transformar pensamentos, desconstruir *Crenças e Valores Sociais*. Na figura abaixo elas aparecem participando do Encontro Latino-americano de Mulheres:

Figura 8: “As Guerreiras da luta diária da mulher Aline Maria, Gisele Pinheiro e Estefanie Silva estão em Belo Horizonte compartilhando os desafios e conquistas coletivas da União Popular de Mulheres na periferia da Zona Sul de São Paulo”¹⁶

Os novos projetos (primeiro o Banco Comunitário União Sampaio e em seguida a Agência Popular de Cultura Solano Trindade) foram se fortalecendo e se tornando cada vez mais conhecidos, quando a UPM passou a ser procurada (primeiro com o banco e em seguida com a Agência) por diversos veículos midiáticos que queriam divulgar essas experiências, vistas como inovadoras. Saíram diversas reportagens em jornais, em revistas, na televisão, na internet etc, o que trouxe reconhecimento público do trabalho da UPM de uma maneira geral. Rafael conta um pouco sobre esse processo:

E o banco, também, ele teve mídia né, mano. Foi o primeiro projeto acho que da UPM, assim, que tem uma mídia grande. Tanto que no começo... eu lembro que na primeira reportagem que saiu do banco a Dona Neide entrou aqui na casa cuspindo fogo, tá ligado, que... se fosse pra ser isso não precisava ter. Porque assim, não falou da UPM tá ligado, falou só do banco... né, e ela “mas que porra que é essa?”. E aí a gente também foi aprendendo a lidar com isso, foi né... sabendo que às vezes vai ser isso mesmo, que né... É... e aí essa mídia querendo ou não ela vai potencializando outras coisas, né. Você vai sendo conhecido e aí você vai abrindo outras portas, né. E acho que os bancos comunitários em si, pros movimentos populares, essa é uma das principais estratégias de se pensar

¹⁶ Texto divulgado pela própria UPM em rede social.

porquê ter um banco, sabe, eu acho que é um... um... um processo que abre muita porta, se souber trabalhar com ele, né, lógico. Eu acho que isso faz com que tanto as portas comunitárias, que é várias comunidades do país inteiro, querendo conhecer, querendo saber, querendo trocar tecnologia, como são novas opções de captação de recurso também né. Que não é o banco em si, mas é o que o banco fomenta né, eu acho... a gente costuma falar isso, que o processo hoje é inverso, o banco fomentou a Agência, de alguma forma né, porque as pessoas trabalhavam nos dois serviços, e hoje a Agência fomenta o banco. Hoje a gente capta recurso muito mais... E eu acredito que todos os bancos comunitários que estão bem, o processo é esse, a captação ela é muito mais forte. Pros empreendimentos do que pro banco em si, tá ligado. (...) E vai fazer um ano que a gente não tem dinheiro no banco e nós tá garantindo uma pessoa trabalhando no banco, que vem desses recursos de fora. – Rafael

A aparição de uma organização como a UPM na mídia é, de certa forma, uma valorização da periferia, de quem foi historicamente foi marginalizado na sociedade. A divulgação dessas experiências da UPM é claramente vista, por Rafael, como um elemento positivo que fortaleceu o desenvolvimento do trabalho.

Esses jovens foram capazes de trazer pautas novas para a mobilização coletiva que não necessariamente são problemas que passaram a surgir recentemente, mas que sempre existiram e agora tomam uma nova dimensão. Essas pautas dizem respeito ao racismo institucionalizado, o preconceito com a periferia, a brutalidade policial que eleva o número de jovens mortos pela polícia. Esses jovens veem a necessidade de valorizarem o fato de serem da periferia, de valorizarem sua cultura própria (o hip hop, por exemplo), de combater a exploração do trabalho que vivenciam no centro da cidade nos subempregos. Eles vão pautar uma mudança cultural na sociedade, dando espaço para a afirmação da crítica à sociedade por meio da arte. E vão combater a desigualdade social por meio da geração de renda proporcionada pela produção cultural, reforçando a autoestima da periferia e da cultura periférica.

O que ele fala sobre a abertura de portas comunitárias culminou numa articulação da UPM, especialmente desse novo grupo de jovens, com povos e comunidades tradicionais (por exemplo, indígenas e povos de terreiro), forjando uma *Identidade Coletiva* também com esses grupos. Eles também continuam buscando o Estado e reivindicando que este incorpore suas lutas e que tome medidas para garantir que essas culturas não sejam extintas.

Esse grupo passou a estreitar os laços e construir alianças com comunidades

tradicionais e com outros coletivos de periferias urbanas tanto dentro da cidade de São Paulo como em outras cidades do Brasil, e até em outros países da América Latina, e a incorporar – ou adaptar – a pauta da defesa da diversidade cultural. Em 2013 a UPM organizou, em conjunto com outros movimentos populares da região, o “Percurso em Defesa da Diversidade Cultural”. Consistia numa série de encontros entre sociedade civil e poder público para debater as políticas públicas em curso, sendo os movimentos populares executores de diversas delas. Os temas debatidos foram: economia solidária, direitos humanos, assistência social, educação popular e juventude. Uma comunidade indígena da cidade de São Paulo participou de todas elas, fazendo apresentação do coral indígena, debatendo e reivindicando políticas públicas para o povo indígena e expondo e comercializando seus produtos artesanais. Mais recentemente eles construíram uma articulação e participaram, UPM e povos e comunidades tradicionais com quem eles têm contato, da 31ª Bienal de Artes da cidade de São Paulo.

Para finalizar a explanação dos desdobramentos do projeto do Banco Comunitário União Sampaio, podemos citar o mais recente projeto que está sendo executado pela UPM, por meio de convênio firmado com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), visando fortalecer quarenta empreendimentos culturais por meio da articulação em rede e atuam no sentido de disseminar a autogestão, a construção coletiva dos processos, a troca de serviços e a valorização da periferia.

O momento atual em que a UPM se encontra parece enfrentar o desafio de articular as ações e metodologias anteriores e a nova linha de ação originada pelo banco, conforme afirma Neide: “Agora... até entrar num equilíbrio que a entidade, o banco, a Agência, tem que ser um... é assim, é... interagir”. Ana Vitória também fala sobre a dificuldade em conciliar essas duas linhas de ação, que ela denomina como a linha de “necessidades” ou de “trabalho social” e a linha da “cultura”.

Que nem os grupos que são vinculados ao banco eles pensam de outras maneiras, como os grupos que são... hoje pra mim isso é muito claro, você tem um grupo de pessoas que são militantes na entidade, que trabalham dentro dos convênios com a prefeitura, e você tem os grupos que vem desse desdobramento do banco comunitário, que pensam de uma outra maneira. Então é o grande desafio hoje: como trabalhar cultura e como trabalhar as necessidades, não sei se é necessidades a palavra certa, mas

esse grupo que vem da assistência social, do trabalho social... com a cultura, pensando numa outra forma. E a gente tem uma característica dentro do trabalho popular que é assim: você é tomado por demandas, você aprende a trabalhar... é... só se movimentando, só na tua ação prática, e você tem resistência em aceitar o campo da reflexão, o campo do pensar, o campo do discutir, o campo do debater. Eu sinto muito essa necessidade do debate, da conversa, da roda... Que é uma contradição, porque a gente tem a proposta de fazer isso com os grupos que a gente trabalha, com os grupos de... com o público que é atendido dentro dos convênios, contudo nós, enquanto entidade, não encontramos tempo pra sentar, debatermos e amadurecer esses pensamentos. – Ana Vitória

A fala de Ana Vitória evidencia as diferenças dos grupos existentes dentro da UPM. De um lado, as condições de existência do grupo de mulheres da primeira geração estão relacionadas com o contexto das lutas feministas e da camada popular da época do fim da ditadura, enquanto as condições de existência do grupo de jovens estão mais ligadas ao contexto socioeconômico da periferia da atualidade. Portanto, a análise é uma questão de conjuntura, conforme aponta Tomizaki.

A origem dos *Sentimentos de Injustiça* dos dois grupos é um tanto diferente. Boltanski (2009) afirma que as críticas ao capitalismo surgem necessariamente a partir de uma indignação, que pode ter diferentes focos. O foco da crítica da primeira geração, que se relaciona com as *Metas de Ação Coletiva*, é dirigido especialmente a dois elementos do capitalismo: a miséria e desigualdade, e o individualismo e oportunismo, o que nasce de uma avaliação cristã do contexto socioeconômico do Brasil na época do surgimento da entidade. Já o grupo de jovens tem como foco da crítica a opressão da autonomia e criatividade dos seres humanos; a inautenticidade, a homogeneização das culturas, que se relaciona também com a recente transformação das pautas dos movimentos sociais.

No capítulo seguinte analisaremos, por meio da análise da consciência política das e dos militantes da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências, de que forma esses tensionamentos se traduzem na prática e quais as implicações dessas mudanças mais recentes na atuação da União Popular de Mulheres.

4. Luta, resistência e reconhecimento: uma análise da consciência política das lideranças da UPM

A partir da análise das entrevistas realizadas foi possível identificar duas visões e linhas de ação distintas dentro da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências. Na primeira parte desse capítulo faremos uma breve análise das diferentes consciências políticas expressas pelos dois “grupos” existentes dentro da UPM.

Na segunda parte buscaremos analisar a consciência política das entrevistadas e suas inter-relações com o desenvolvimento da autonomia feminina, a relação com o movimento feminista e a relação interna entre homens e mulheres e suas consequências para as diferentes pautas e trabalhos da UPM.

Por fim, buscaremos explorar, também por meio da análise das dimensões da consciência política, um elemento bastante presente nas falas das entrevistadas que é a relação com o Estado, com o objetivo de tentar compreender alguns impactos da institucionalização dos movimentos sociais a que nos referimos no início deste trabalho.

4.1. Breve análise sobre as diferentes consciências políticas da primeira e segunda geração

No capítulo anterior pudemos perceber diversas mudanças que ocorreram no trabalho que a União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências desempenha. Já apresentamos em parte a análise da consciência política dessas mulheres, e agora pretendemos fazer uma análise do que podemos chamar de dois sentidos políticos coletivos que estão presentes atualmente na UPM. O primeiro deles diz respeito à consciência política forjada durante a primeira geração, que traz elementos específicos daquela época. O segundo sentido político é compartilhado pelo grupo de atores que estão se aproximando mais recentemente da UPM, que são em sua maioria jovens.

A primeira geração de militantes da UPM surge de uma série de lutas e de

articulações políticas, a partir de *Sentimentos de Injustiça* percebidos por elas e que se originavam especialmente das seguintes situações: opressão sofrida pelas mulheres (violência doméstica); ausência de infraestrutura dos bairros (saneamento básico, água, luz); dificuldades econômicas; e ausência de direitos sociais (saúde, educação, entre outros). Eram dois os tipos de *Crenças e Valores Societais* que essas mulheres buscavam transgredir: um deles era a cristalização de uma visão de Estado apático com relação às necessidades da população e a seus clamores; e outra eram as determinações de papéis de gênero.

Nesse sentido, elas direcionavam a *Identificação de Adversários e Sentimentos Antagônicos* à lógica de Estado autoritário e voltado apenas a interesses escusos, e talvez a identificação desses adversários ou a percepção de interesses antagônicos aos delas estivesse relacionada ao passado recente que tinham vivido durante a ditadura. É importante frisar que o Estado em si não aparece como adversário, mas sim os interesses ligados à sua forma de atuação, que diferem dos interesses delas. As mulheres sentiam que era preciso lutar contra essa lógica que não levava em consideração as necessidades do povo e o excluía das decisões políticas acerca dos problemas da sociedade. Era nesse sentido que construía a prática de mobilização coletiva em torno de um alvo bastante específico, o Estado.

Mas também se mobilizavam coletivamente a partir da *Identificação de outros Adversários e Sentimentos Antagônicos*, que era uma cultura machista e violenta a que as mulheres se viam submetidas. A identificação desse sentimento era também um fator determinante para o fortalecimento de sua *Identidade Coletiva* como mulheres que são vítimas desse sistema patriarcal. A *Identidade Coletiva* era forjada no fato de serem mulheres e de compartilharem sentimentos sobre esse processo de exploração-dominação que elas vivenciavam. Para além dessa identidade, elas não se fechavam em si mesmas e compartilhavam sentimentos de solidariedade com seus vizinhos, de forma que possuíam um vínculo comunitário bastante forte que era incorporado também nesse sentimento de *Identidade Coletiva*.

A partir do exposto, as *Metas de Ação Coletiva* compartilhadas e buscadas pelas mulheres da UPM nesse primeiro período diziam respeito ao suprimento de

necessidades básicas, à autonomia feminina e à construção de um Estado atuante, que garantisse a oferta de serviços públicos na periferia. Foi a partir do compartilhar dessas percepções sobre a realidade e do compartilhar de uma identidade que elas demonstraram forte *Vontade de Agir Coletivamente* em prol dessas metas. Esse desejo de continuar se mobilizando era constantemente reforçado à medida que diversas pautas e reivindicações iam sendo conquistadas, e elas, portanto, iam percebendo *Eficácia Política* nas ações que desempenhavam. Esse sentimento foi reforçado, por exemplo, quando elas conquistaram primeiramente as creches e os serviços de saúde para seu bairro, e mais tarde os serviços para idosos, dentre outras coisas.

Podemos considerar que as *Metas de Ação Coletiva* buscadas pelas mulheres da primeira geração foram parcialmente alcançadas, tendo em vista que a periferia de uma forma geral, e até mesmo a sociedade brasileira, permanecia com a carência de avanços mais estruturais. De maneira geral, a vida na periferia melhorou com relação ao que era anteriormente, inclusive a questão do aumento da autonomia das mulheres. Como já dissemos, esse pode ter sido um fator para o arrefecimento das ações num período posterior às primeiras grandes mobilizações. Os novos atores que chegam à UPM vão trazer novas questões e problemáticas, e uma leitura diferente sobre a realidade. Consideramos que atualmente prevaleça ainda diversas das dimensões da consciência política do primeiro grupo de mulheres, porém o grupo de jovens têm suas especificidades, que é o que vamos apresentar a seguir.

Os *Sentimentos de Justiça e Injustiça* que parecem mover esses jovens se relaciona com a constatação de alguns malefícios ocasionados pelo sistema perverso em que eles se inserem. Num dos textos redigido pelo Rafael, um documento que eles chamaram de “tutorial” por incluir algo como as missões e valores da UPM, eles dizem o seguinte:

Somos uma organização anti capitalista, ou seja, não acreditamos nos valores desta sociedade pois estão todos pautados no lucro no dinheiro. Sendo assim não queremos ser INCLUÍDO ou INCLUIR ALGUÉM estamos construindo com nossas ações, outros valores que preserve as relações humanas, e assim construiremos uma outra sociedade, mais solidária. (grifo do autor)

O que Rafael está falando, e que traduz de maneira geral a compreensão dos

demais jovens (que pudemos perceber por meio de nossa convivência com esse grupo), diz respeito a uma visão global sobre o sistema de dominação-exploração não exatamente patriarcal, mas capitalista como um todo. Essa perspectiva, que estava presente na geração anterior desde um ponto de vista diferente, agora está relacionada à constatação de que a oportunidade de trabalho que se abre aos jovens da periferia, em sua maioria negros ou negras, são os subempregos, onde não fazem o que gostam e têm restrita possibilidade de ascensão profissional. Por isso ele diz que não querem ser incluídos, pois eles não se sentem excluídos do sistema mas exatamente parte deste, onde percebem o papel central que sua mão de obra barata desempenha na engrenagem do capitalismo. Os *Sentimentos de Injustiça* relacionam-se, portanto, à exploração do jovem da periferia enquanto trabalhador precarizado, diferente dos *Sentimentos de Justiça e Injustiça* que estão presentes na consciência política das mulheres da primeira geração. Nesse ínterim, é a economia solidária que se apresenta como alternativa a esse contexto e que entrará como uma das principais *Metas de Ação Coletiva* desse grupo de jovens, sendo também apropriada pelas mulheres da primeira geração.

Diversos *Adversários e Sentimentos Antagônicos* são identificados por esse grupo e são expressos em seus discursos: o racismo; preconceito com a população da periferia; a brutalidade policial, especialmente com os jovens negros homens da periferia; o elitismo que marca as relações sociais brasileiras. Eles identificam os *Sentimentos Antagônicos* que estão imbricados nas relações sociais, e essa identificação interfere também na noção de *Injustiça* percebida e que deve ser combatida.

É no compartilhar dessas condições de existência que a *Identidade Coletiva* desse grupo é produzida e produz novas pautas dentro da UPM. A identidade desse novo grupo não é a identidade de mulheres, apesar de se colocarem, em certa medida, à disposição para continuar travando a luta feminista. Essa *Identidade Coletiva* está mais relacionada à juventude e à cultura periférica, e é compartilhada também com os povos e comunidades tradicionais com quem eles e elas passam a se relacionar.

É nesse sentido que as *Crenças e Valores Sociais* que eles e elas buscam

romper é a baixa autoestima da periferia, a inferiorização dos moradores da periferia com relação às elites, a crença de que na periferia não há valor, a periferia não produz cultura (o que transmite uma ideia de luta contra a hierarquização da cultura), na periferia só tem marginal. E o *Sentimento de Eficácia Política* emerge quando eles e elas, por meio do Banco Comunitário União Sampaio e a Agência Popular de Cultura Solano Trindade, conseguem apoiar o desenvolvimento da geração de renda com a produção cultural das(os) artistas periféricos, que, em suas obras, manifestam e endossam essas críticas. Numa matéria de jornal, Thiago apresenta uma fala emblemática nesse sentido: “Tiramos a comunidade das páginas policiais e colocamos nas de cultura”¹⁷. Outro *Sentimento de Eficácia Política* está presente no fato de terem colaborado para aumentar a autoestima dos moradores da periferia. Nesse sentido, será redundante afirmar que eles apresentam forte *Vontade de Agir Coletivamente*, mas de modo geral eles focam mais suas ações nessas novas *Metas de Ação Coletiva* do que pelas anteriores, que eles chamam de “trabalho social” (que seriam os serviços da assistência social), apesar de continuarem se dispondo a colaborar com os serviços de assistência social e de realizarem um esforço contínuo, especialmente o Rafael, de articular os diferentes trabalhos da UPM.

Como podemos observar, as *Crenças e Valores Societais* que buscam romper são diferentes das que existiam e continuam existindo junto às mulheres do primeiro período. Ana Vitória e Mara, apesar de serem da segunda geração, parecem ter uma consciência política mais próxima da geração anterior, e inclusive são as que mais entram no embate com esse novo grupo de jovens.

Constata-se que esse novo grupo traz debates e estratégias de ação novos e importantes para situar a UPM no novo contexto das periferias urbanas no capitalismo brasileiro do século XXI, conforme descrito no capítulo anterior. Apesar dos impactos positivos, essa renovação não deixa de apresentar tensões em relação ao espírito da primeira geração, uma delas diz respeito a questão feminina e feminista, que abordaremos a seguir.

Abaixo apresentamos o quadro comparativo resumido dos dois grupos de militantes:

¹⁷ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/09/1508645-quebrada-paulistana-leva-giria-de-pipa-candomble-e-flashmob-a-bienal.shtml>

Quadro comparativo das diferentes consciências políticas presentes na UPM:

	Primeira consciência política	Segunda consciência política
<i>1. Crenças e Valores Societais</i>	<ul style="list-style-type: none"> - papel do Estado - papéis de gênero 	<ul style="list-style-type: none"> - hierarquização da cultura, - imagem negativa da periferia
<i>2. Identificação de Adversários e Sentimentos Antagônicos</i>	<ul style="list-style-type: none"> - ditadura (grupo que defendia o autoritarismo, a não participação); - machismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - brutalidade policial; - preconceito; - elitismo.
<i>3. Sentimentos de Justiça e Injustiça</i>	<ul style="list-style-type: none"> - opressão das mulheres / violência; - ausência de direitos sociais; - ausência de infraestrutura do bairro; - dificuldades econômicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - desigualdade social; - exploração do trabalho.
<i>4. Identidade Coletiva</i>	<ul style="list-style-type: none"> - mulheres; - comunidade / bairro. 	<ul style="list-style-type: none"> - cultura periférica; - juventude; - grupos minoritários – povos e comunidades tradicionais.
<i>5. Sentimentos de Eficácia Política</i>	<ul style="list-style-type: none"> - creches; - serviços de saúde; - serviços de idosos. 	<ul style="list-style-type: none"> - geração de renda por meio da cultura; - construção de autoestima dos moradores.
<i>6. Metas de Ação Coletiva</i>	<ul style="list-style-type: none"> - suprimimento de necessidades básicas; - autonomia feminina: geração de renda, independência com relação ao marido; - Estado garantidor de direitos sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - geração de renda por meio da cultura através de empreendimentos solidários; - construção de autoestima dos moradores; - construção conjunta de políticas públicas.
<i>7. Vontade de Agir Coletivamente</i>	Sim	Sim

4.2. Autonomia feminina, a relação com o movimento feminista e a relação interna entre mulheres e homens

Autonomia feminina

Como já apresentamos, a construção da autonomia feminina é um elemento importante na história da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências. Iniciamos essa seção retomando a questão da construção dessa autonomia dentro da UPM a partir do modelo de análise da consciência política, para depois abordar as tensões existentes com o movimento feminista e na relação interna entre homens e mulheres.

O período de formação da UPM, entre as décadas de 1970 e 1990, foi marcado pela apropriação das mulheres do mundo público, especialmente as da periferia. As contradições e dilemas que elas viviam eram típicos de uma época que ainda herdava padrões de comportamento e papéis sociais estereotipados, que foram sendo rompidos com o desenvolvimento da luta coletiva, também à medida que ajudavam a construir a crescente autonomia das mulheres e outras transformações sociais.

O primeiro passo que essas mulheres tiveram que dar diz respeito à desconstrução de *Crenças, Valores e Expectativas Societais* (apontamos no capítulo anterior diversas falas onde essa dimensão da consciência política apareceu). Como vimos no primeiro capítulo, os papéis atribuídos às mulheres circunscreviam-nas dentro do ambiente doméstico, com as funções de mãe e esposa. Foi a partir das demandas e necessidades originadas exatamente no campo de suas funções que elas tomam as rédeas em busca de mudanças e, por meio da participação política em coletivos, põem em debate esses papéis, na perspectiva que aponta a economia feminista.

Ao resgataremos o histórico de luta da UPM pudemos perceber o importante papel da construção coletiva de processos e conquista de reivindicações na desconstrução desses valores e expectativas. A força do grupo que formaram era capaz de apresentar às mulheres outra perspectiva de vida, em que podiam ser

protagonistas de sua própria história, em que eram capazes de desenvolver conhecimento, de atuar na esfera pública, de modificar aspectos de suas vidas. Nesse sentido, Marineide aponta:

Na verdade eu acho que eu sempre fui uma líder, só que eu não sabia, né, e eu descobri na União. Então assim, eu acho que foi, foi muito bom, porque assim, eu... Eu cresci muito enquanto pessoa, enquanto pessoa eu cresci muito. A União me ajudou, nesse sentido, ela me ajudou bastante. Porque, assim, como pessoa, como mulher, como mãe, como esposa eu cresci muito. Como profissional. Porque você aprende a trabalhar, né, você... acaba... é que nem eu falei, você descobre que você é uma líder e você começa a administrar isso, porque você começa a conviver com outras pessoas, você começa a aprender a trabalhar em grupo, né. Então fez com que eu crescesse muito. – Marineide

Quando Marineide se descobre como líder ela rompe com *Crenças e Valores Societais*, rompe com o valor cristalizado que diminui a condição da mulher e lhes negam o protagonismo na condução de processos, especialmente políticos. Marineide menciona seu papel tradicional de mãe e esposa, mas, transpondo suas convicções anteriores, também valoriza sua condição de trabalhadora e de atriz política.

Para que esse grupo de mulheres se engajasse coletivamente esteve presente a dimensão de *Identidade Coletiva* da consciência política. Essa é certamente uma das dimensões primeiras a aparecer num quadro de ação coletiva, e é percebido em todas as entrevistadas, conforme percebemos na fala de Inês:

E comecei a participar e eu me identifiquei muito com o trabalho. Né, eu gosto muito da... luta das mulheres. Das mulheres, da saúde e da educação. Eu acho que pra mim é gritante, principalmente a saúde mental, talvez porque eu já vivi, né. Fui uma vítima de violência, por isso que eu fui pra lá na psiquiatria, e me identifiquei com o trabalho porque a gente recebia muitas mulheres na situação que eu vivia, em situações piores do que a que eu vivia, menos do que a que eu vivia, e a gente conseguia... ajudar essas mulheres de alguma, na medida do possível. (...) E aí foi, a gente foi levando essa luta com várias companheiras. - Inês

A união das mulheres e a identificação coletiva de suas condições de existência são elementos fundamentais para que juntas conseguissem desenvolver sua autonomia. Nas falas de Marineide aparece a dimensão da *Identidade Coletiva* naquele primeiro momento, e cita inclusive que suas filhas também se sentem parte da história da União Popular de Mulheres:

Que assim, tinha muitas mulheres que iam mas era muita gente oprimida. E elas iam mesmo porque eu acho que apanhavam muito em casa ou coisa parecida, e aí elas descobriram que ali elas podiam falar com pessoas, até igual elas né, que talvez tinha os mesmos problemas que elas. Era um trabalho bem interessante, eu gostava muito, eu me envolvi demais, me envolvi demais mesmo. Quando você ligou, o dia que você ligou, que a Neide falou que era pra falar, elas duas [filhas dela] né – porque a Andrea também não tá aqui – a Andrea falou assim “mas eu também sou da história, eu também quero ser...”, entendeu? Aí a Andreza “eu tava na barriga, eu também sei!”, sabe? Então essas coisas assim a gente tem orgulho, sabe, é uma coisa que... Eu tenho muito orgulho quando as minhas filhas se referem assim. – Marineide

A dimensão de *Sentimentos de Justiça e Injustiça* aparece quando Marineide reconhece a existência de opressão às mulheres, que vão ao encontro umas das outras para se reconhecerem e construírem uma *Identidade Coletiva* encontrando com pessoas iguais a elas, e identificando claramente um adversário: a opressão masculina.

Podemos considerar que os *Sentimentos de Justiça e Injustiça* estão presentes desde o momento em que as mulheres se reúnem para a mobilização coletiva. A percepção de que há ruptura na reciprocidade entre os atores sociais dentro da sociedade, do que essas mulheres julgavam como justo, é o motivo primeiro que as fazem se reunir e se engajarem na construção da UPM. A realidade de falta de creches, de infraestrutura básica nos bairros, de serviços de saúde, de arrocho salarial, todos esses elementos constituem essa dimensão da consciência política das mulheres nesse período.

Portanto, a união das mulheres produz efeito agregador e gerador de *Identidade Coletiva* ao mesmo tempo em que é agente de ruptura de *Crenças e Valores Sociais* e atua como um certo fiador dos *Sentimentos de Eficácia Política* da ação e produzindo convergências que podem fortalecer a *Vontade de Agir Coletivamente*.

Marineide parece ter encontrado em sua atuação na UPM *Sentimentos de Eficácia Política*, que aparece em muitas falas, especialmente quando afirma que orientava as mulheres a prestar queixa na delegacia da mulher contra seus companheiros e que isso surtia efeito, com os delegados que passavam a realizar o boletim de ocorrência a partir da orientação que era dada às mulheres, o que demonstra também uma *Vontade de Agir Coletivamente* e o sentimento de que as

Metas e Ações do Movimento Social são compatíveis com suas aspirações e sua percepção acerca de sua própria capacidade em agir (*Sentimentos de Eficácia Política*):

Quando parte-se do princípio que você vai conscientizar alguém, que você consegue tirar alguém que tá lá no fundo do poço, fazer com que ela veja que ela é gente e que ela pode. Eu acho que isso sempre valeu muito a pena. Sempre. – Marineide

As falas de Inês apresentam também fortemente a questão da *Identidade Coletiva* e de *Sentimentos de Eficácia Política*. Ela conta diversas passagens em que ajudou mulheres a sair de uma situação difícil, fosse de doença ou econômica ou de problemas com os filhos. Ela se identificava e ainda se identifica profundamente com a causa, e sente que tem ajudado bastante as mulheres a superarem obstáculos em suas vidas.

Eu vim aprendendo isso no decorrer da vida, a vida nos ensina... Ver uma pessoa chorando, com fome, o que a gente via muito na União Popular de Mulheres. Teve um dia que foi que foi uma senhora... que o Rafael é muito... o Rafael tem algo muito especial, né. Aí... cada pessoa que chegava ele falava “Inês, vai atender”, né. Porque ele já sabia da minha história, ele achava que eu tava, que eu podia atender, né. Aí um dia eu fui atender uma senhora, que tinha uma filha, uma filha mocinha, usuária de drogas – ela contou toda a história pra mim (...) Aquela mulher que entrou lá sofrida, chorando, saiu de lá sorrindo. E acreditando que a filha dela também podia sair daquela situação. Isso, gente, não tem preço. Uma mesa você compra, uma bolsa você compra, esse sentimento, essa coisa bonita, essa essência, isso não tem preço, não. Ninguém compra isso. - Inês
Eu pude contribuir com outras pessoas. Uma vez a Neide falou assim pra mim que houve um tempo que eu precisei de uma muleta, que eu agora era uma muleta de uma outra pessoa. E eu fico muito feliz por isso. Eu fico muito feliz quando eu consigo ajudar alguém, quando eu consigo dar uma palavra pra alguém. Isso pra mim, isso é muito importante. Eu acho que isso aqui, isso é remédio. Remédio que cura. – Inês

O desenvolvimento da autonomia de Inês se dava também no contato com outras mulheres, quando se sentia capaz de ajudar outra pessoa a solucionar um problema que era semelhante a problemas que ela mesma havia vivenciado. O trecho seguinte demonstra a aquisição da consciência de sua autonomia.

Eu acho que tem muito preconceito contra a mulher ainda, melhorou um pouquinho mas precisa melhorar muito mais. “Mulher na rua? Imagina, não tem o que fazer, não? Vai lavar prato, vai fazer comida”, ainda tem muito isso. É uma luta muito grande pra que isso mude, mas ainda tem muito isso. Não é uma aceitação, assim, não. Fácil, não, ainda tem muito... E até mesmo por parte das mulheres, mesmo. (...) No início, quando você ainda tá presa, você gostaria que as pessoas entendessem. Você chega num

ponto que não precisa entender nada, isso é problema meu, eu gosto disso e eu vou fazer e acabou. Se gostar, gostou, se não gostar, dane-se, não tem problema nenhum. É uma libertação! – Inês

As constantes palestras de formação, características de todas as fases da UPM, tinham como objetivo principal a desconstrução de papéis estereotipados da mulher, como pudemos observar na história da UPM contada no capítulo anterior, e ocupava papel central nas atividades da entidade. Mara comenta sobre como a participação na UPM transformou sua visão e contribuiu para sua autonomia.

Era essa a demanda que a gente tinha, na realidade, era mais empoderamento da mulher. Foi aí que eu aprendi muita coisa, que eu ficava de queixo caído, foi aí que... eu comecei a observar o que que era realmente uma violência, o que é uma violência. Sem você perceber você mesma se violenta, né. Você começa a podar algumas coisas que você pode fazer por conta do outro, né. Então, quer dizer, uma violência que você faz contra você mesma, né, e o outro às vezes nem percebe que tá acontecendo aquilo. E aí eu comecei a mudar um pouco mais a maneira de pensar. E aí quando eu comecei a trabalhar o dia inteiro meu filho já não gostou, porque ele chegava da escola e eu tava na Casa da Mulher. Então 17hs ele chegava eu tava na Casa da Mulher, 18hs eu tava na Casa da Mulher, 19hs eu tava na Casa da Mulher. Então, porque eu tava sempre fazendo alguma coisa. – Mara

Nessa passagem ela deixa transparecer muito claramente a desconstrução de *Crenças, Valores e Expectativas Societais*, impetradas pelos padrões de exigência como mãe. A partir de outras histórias relatadas por ela pudemos identificar que a participação na UPM transformou os papéis que ela desempenha dentro de sua família em direção à maior emancipação e liberdade.

Essas formações também contribuíram para desmistificar a sexualidade feminina. Inês, que é católica e viveu muitos anos em cárcere privado em seu casamento, faz algumas ponderações nesse sentido, quando afirma a autonomia feminina. Ela faz uma leitura crítica da Igreja Católica, o que já era bastante praticado nos Clubes de Mães, apontando para a desconstrução de valores:

E eu também não gosto de ficar presa a religião nenhuma. Eu, eu tô presa a Deus, eu não tô presa a religião nenhuma. Eu sou católica, porque nasci na Igreja Católica, me batizaram, meus pais, mas não gosto de prisão. Detesto prisão. Por isso que eu fiquei viúva mais de 20 anos e eu nunca quis casar de novo por causa disso. Que na minha, na minha concepção, no meu entender aqui, casamento é muito bom quando tá legal. Quando os dois se amam, quando é gostoso, é prazeroso. Não é, não vale a pena. E eu não gosto de prisão. E Igreja também aprisiona, Igreja mata. Essa coisa de você falar, de você pregar “isso é pecado, isso aqui não pode, isso aqui

também não pode, isso aqui não pode, não sei o que não pode"... O ser humano ele é... ele sabe o que ele pode o que ele não pode. (...) Porque a gente não se sente, a gente não se olha, a gente não se vê. É uma das causas de doença. Eu não me toco. Porque também tocar em mim é pecado. É isso que mostram pra gente. Passar batom é pecado, cortar cabelo é pecado. Por isso que eu falo que Igreja mata. Porque você nasceu livre, a partir do momento que você sai do ventre da sua mãe você é livre. Você é livre pra fazer suas escolhas. Pra você errar, pra você acertar. E a gente também aprende errando. (...) E tem coisa mais gostosa do que um ser humano livre? (...) E as pessoas querem mudar tudo, e querem acorrentar as pessoas. Você não pode ter prazer, é proibido. Não tem, acho que tem um país aí, que as mulheres, eles cortam uma parte, corta o clitóris pra mulher não ter prazer. Isso é uma violência da violência da violência. Porque Deus, a gente tá indo contra Deus, por consequência tá brigando com Deus. Porque deus criou a gente pra ter prazer, foi Deus que criou. – Inês

Ela traz a dimensão de *Sentimentos Antagônicos* com relação à leitura que as pessoas fazem da vontade divina. E avança numa visão crítica sobre a sexualidade feminina, apesar de vacilar na atribuição à causa desse valor moral, que seriam “as pessoas”, ou seja, uma definição bastante abstrata. Percebemos como Inês conseguiu avançar na noção de domínio sobre seu próprio corpo e sua autonomia.

Relação com o movimento feminista

Apesar dessa rica história de práticas de construção da autonomia feminina, a relação da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências com o movimento feminista é uma questão polêmica. Procuramos tentar entender de que forma as mulheres da entidade enxergam sua participação no movimento feminista. Inês, por exemplo, não se identifica como feminista, como percebemos em sua fala:

Não, eu não sou feminista. Não sou feminista, eu sou uma mulher, eu sou uma mulher, mas eu não sou feminista. Eu acho que eu sou uma mulher como outra qualquer, né, e eu acho que... eu acho que a igualdade é para todos. Quando eu luto pra... pela luta das mulheres, é um nome que a gente deu. Mas essa luta não é das mulheres, tô lutando pras mulheres. Essa mulher ela tem um marido, essa mulher tem filho, essa mulher tem um idoso. É uma luta para todos. E mesmo porque deus, ele criou dois seres diferentes é pra andar lado a lado. Ele não criou dois seres diferentes... que eu sou uma feminista ou sou mulher eu fico desse lado, você é homem você fica desse lado de cá. Eu não vejo dessa forma. Né? Eu vejo muita gente falar assim e eu não... Eu nem procurei me aprofundar nessa história de feminista. – Inês

Ela identifica “feminista” como uma prática que fragmenta os diferentes

âmbitos da vida da mulher, que não entende sua condição de existência de forma holística. Fica evidente na fala de Inês a necessidade que essas mulheres sentiam de lutar não só pelas pautas relativas às mulheres especificamente, mas de seus parentes: maridos, filhos, idosos; que estavam estreitamente ligadas ao seu cotidiano e por onde tiveram diversas conquistas, como as creches e os Núcleos de Convivência para Idosos.

Essas *Crenças e Valores Societais* arraigados, que aparecem na fala de Inês, são cristalizados a ponto de deturpar o sentido da luta feminista, associando-o a um machismo ao revés. A fala demonstra que há certo distanciamento de uma ala do movimento feminista, talvez a mais dominante, das organizações de mulheres da periferia, de tal modo que isso impede a incorporação dessa identidade – feminista – por parte delas. Ela de certa forma relaciona o enquadramento dentro do feminismo a uma prisão.

Neide aprofunda essa questão, demonstrando um jogo de forças que existe no campo do movimento feminista. Ela, por outro lado, é a única das entrevistadas que se considera feminista. Ela pondera:

Tem um feminismo que ele é tão feminista que ele desrespeita o homem. Mas a gente tá dentro de um feminismo que não é esse sexismo, que é um feminismo do equilíbrio. Nós estamos... e quando a gente se encontra com esses movimentos a gente se contradiz muito, porque muitos grupos discriminam o homem. Se já a mulher é discriminada, nós vamos também discriminar o homem? Então a gente tem ainda alguns contrastes em alguns grupos de feministas e nós temos combatendo isso, então é uma bandeira que tem que ser levada. Porque dentro dos nossos princípios nós estamos botando os homens dentro para que eles... tenham direitos iguais às mulheres, direitos iguais, que eles venham. Nós temos homens ligados à nossa entidade que não lavam uma xícara, um copo, que não... “não, isso é coisa de mulher”, mas começa assim, a gente... a gente luta pra ir acabando com isso, já melhorou, mas ainda falta muito nessa questão. Porque ainda tá muito assim “isso aqui é das mulheres”... levar o filho no médico, levar o filho na escola, lavar a roupa do filho, passar. Agora, quando é feito em conjunto a gente está atingindo nosso objetivo, isso ainda... isso ainda não foi atingido em tudo. Mas a gente já deu passos. E nós dentro da entidade avançamos muito porque temos muito homem na entidade. E é uma entidade formada por mulheres, que hoje ela é das famílias, né. Considero que hoje é uma entidade das famílias. Que é homem, mulher, crianças, jovem, adulto. (...) Faz. Faz parte do movimento feminista [a UPM], porque: todas as intervenções nacionais e até mundiais que acontece com necessidade da mulher se manifestar, a gente vai se manifestar – a favor do verdadeiro feminismo e da verdadeira necessidade das mulheres – fora do Brasil e dentro do Brasil. Então eu acredito que isso aí precisa continuar. E a gente não pode ficar só fechado no nosso casulo, não. Porque a gente tem que fazer a diferença lá. Precisa fazer. – Neide

Neide não identifica os homens como adversários, mas sim como parceiros em potencial na luta. Ela faz a aposta consciente na incorporação dos homens à luta das mulheres como estratégia de ação para combater as desigualdades entre os sexos. Ela chama os homens para compartilhar da *Identidade Coletiva* presente entre as militantes da UPM e, conseqüentemente, em suas lutas.

Ana Vitória traz uma perspectiva semelhante à da Inês, onde considera que o movimento feminista se pauta apenas em questões referentes ao feminino:

Feminista, feminista mesmo não dá pra gente se considerar porque quando vem o surgimento da União Popular de Mulheres ela vem focada com a questão da mulher mas não só. Ela vem, a maioria das mulheres carregam seus filhos junto, então você tem também as crianças que trazem consigo outras necessidades, enfim. - Ana Vitória

Não há identificação com o movimento feminista e, portanto, as *Metas de Ação Coletiva* do que ela entende por movimento feminista é bastante divergente do que acredita ser a bandeira de luta da UPM. O trabalho de buscar solucionar as necessidades mais imediatas da vida das mulheres, como o imbróglio do trabalho de cuidados com crianças e idosos e o trabalho doméstico, não é visto como uma pauta do movimento feminista como um todo.

Neide transparece um sentimento de diferença de classes, de polarização de certas alas do movimento feminista mais elitizado e as mulheres organizadas da periferia. Ela fala sobre a participação das mulheres da periferia na União de Mulheres de São Paulo (uma organização localizada no centro da cidade), por exemplo.

Nós que éramos aqui da periferia nunca tínhamos vez. (...) É... mais assim... é... muito corporativista. Só elas, elas, aquele grupelinho. Elas ainda existem. Mas era aquele grupinho que tava ali, só confiava nelas, tinha um.. um... um espaço doado, uma casa doada, mas elas não eram generosas, não abriam, não viam nossos problemas aqui, né. – Neide

Na fala de Ana Vitória, o que aparece como ponto principal de divergência é o fato de incorporarem homens em sua entidade, conforme observamos abaixo:

Porque assim, a gente nunca viu a luta da mulher separada do homem. E o movimento feminista na década de 80 ele vem com uma força muito forte dessa coisa do radicalismo. De “queimar o sutiã”. Eu acho que houve essa necessidade desse radicalismo, mas hoje o momento é outro, o contexto é outro. E a gente sofre um preconceito dentro dos movimentos feministas mais tradicionais da cidade de São Paulo porque a gente não tem essa visão dessa luta separada do homem, a gente luta para não trazer o homem

como o inimigo, mas sim estar junto nesta batalha, nesta luta. - Ana Vitória

Rafael faz uma análise num sentido semelhante sobre a articulação com o movimento feminista, onde cita a União Brasileira de Mulheres (UBM), fundada um ano depois da UPM e que tem como missão “luta pelos direitos e emancipação das mulheres, visando a construção de um mundo de igualdade contra toda opressão” (site da UBM) em âmbito nacional, dizendo que ela começa a aceitar a participação dos homens.

Eu sempre identifiquei que era uma entidade de muita resistência em relação a outros movimentos, devido à sua postura, sabe? Por exemplo o movimento feminista, que hoje dialoga muito mais, mas... né, se a gente pegar a UBM [União Brasileira de Mulheres], por exemplo, é muito louco. A União Popular era pra ser o que é a UBM hoje. Mas ela não se sujeitou a ser um instrumento partidário, e também foi um grupo de mulheres que... tinha outro grupo de mulheres interessada em outro tipo de organização, que aí montou a UBM, com outro foco. O... e se pegar, a UBM abre pros homens participar das suas reuniões vai fazer 2, 3 anos no máximo, tá ligado, e essa foi uma reflexão que a UPM sempre fez, por exemplo, sempre colocou... e era uma coisa que distanciava as duas inclusive, né, como vários outros movimentos feministas é... acaba acontecendo isso. – Rafael

Essas diferenças entre organizações de mulheres estão estreitamente ligadas à própria origem dessas entidades. A UPM nasceu a partir de grupos de mulheres, porém junto ao mote da construção da autonomia da mulher, coexistia o forte apelo popular, a vontade de contribuir para suprir as demandas mais gerais da comunidade. Dessa forma, não havia motivo que as levasse a excluir os homens dessas ações, a seguir vamos analisar mais detidamente as consequências dessa escolha.

Relação interna entre mulheres e homens

Trabalhar com homens dentro da sua organização é uma opção consciente da UPM, mas não sem conflitos, daí a necessidade de nos dedicarmos a entender de que forma isso ocorre. Conforme apresentamos anteriormente, com a aproximação do grupo de jovens aumentou o número de homens trabalhadores da UPM. Esses homens, apesar de demonstrarem ter consciência da importância de buscar a autonomia das mulheres, manifestam certa dificuldade em desconstruir

esses valores na prática. Em oposição a essa realidade verifica-se um engajamento das lideranças femininas em lidar com o machismo na estrutura interna da UPM, na tentativa de fazer com que os homens se apropriem da questão da defesa da mulher. Nesse sentido, Neide afirma:

Muitas vezes... acontece um problema com uma mulher, e eles não conseguem aprofundar aquilo, as consequências. E aí a gente precisa entrar com uma reflexão, com um questionamento. Às vezes até... dar uma chacoalhada. Porque eles foram criados numa sociedade machista, e a tendência é ir pro machismo, mesmo que eles falem que não são. Então, nós temos... o nosso papel é dobrado como mulheres militantes, porque o homem se arrasta fácil pra ignorar aquela questão da mulher. Então, a... não que eles não queiram colaborar, eles colaboram, mas é preciso que alguém seja o termômetro ali e que esteja atento de dar um... um toque mágico ali e falar “escuta! Vocês não tão vendo isso aqui? Nós precisamos ver isso, né. Isso aqui não dá pra ter, né”. Como teve um exemplo numa violência de uma menina lá, o cara foi lá em invés de apoiar a menina – que ele é da casa – apoiou o agressor, né. Aí... tem que por ele pra correr, vai ficar fazendo o que lá? Fazer o que lá? – Neide

Novamente com relação à *Identificação de Adversários e Sentimentos Antagônicos* os homens não aparecem como adversário de forma generalizada, mas sim quando demonstram uma postura claramente contrária às *Metas de Ação Coletiva*, quando elas conseguem perceber *Sentimentos de Injustiça* (nesse caso, da violência doméstica). As mulheres continuam desempenhando o protagonismo na luta contra a violência contra a mulher e na desconstrução da divisão sexual do trabalho dentro da entidade.

Essas mulheres que defendem a participação dos homens nas organizações de mulheres não deixam de tecer críticas e explicitar as contradições sempre presentes nessa relação. Ana Vitória explana um pouco a respeito disso quando questionada se há diferença entre militar e ser mulher e militar e ser homem:

Tem bastante, tem bastante. É, militar e ser mulher você se afeta mais, você se identifica mais, você... digamos que você sente na pele. Você sente na pele o quanto a gente ainda tem, mesmo dentro do movimento feminista, estes homens, o quanto eles são machistas. E o quanto esses homens, inconscientemente, eles afastam as mulheres da liderança. Porque não tem como, porque nós mulheres também agimos, temos atos de machismo também. Porque a gente vive num mundo machista. Por mais que a minha mãe seja uma pessoa que... que seja uma das fundadoras da entidade, ela tem... tem algumas coisas que eu recebi dessa educação que é machista, então... não tem como você fugir. O que a gente tem que buscar sempre é essa reflexão, é saber dosar, até que ponto eu estou agindo e até que ponto eu não estou agindo. Porque assim: existe uma tendência muito grande de nós mulheres quando estamos numa liderança, num cargo de liderança, termos um comportamento parecido com o do homem. Que é ser

centralizadora, que é ser autoritária, que é firmar com a sua palavra que só a sua opinião é a que está certa. E quando o homem tem essa postura mais centralizadora, é engraçado, mas a gente tem mais dificuldade de perceber. Assim, a gente tem uma certa... porque é meio que normal. Então, assim, como que você quer atuar num cargo de liderança e você não se igualar ao homem quando ele tem seu cargo de liderança. E hoje os homens que estão, que trabalham dentro da entidade, a gente percebe muito esse comportamento machista, esse comportamento... o quanto é difícil você... debater, conversar sobre isso. Porque também se mistura a questão... disso que eu tava falando, dessa liderança, desse ego, dessa conduta... e aí quando você tem que tomar uma atitude mais pontual, uma atitude mais firme, quando se diz, numa questão de limite... então uma questão de limite, por exemplo, é quando você tem que assinar um determinado projeto, quando aparece a abertura de um edital e aí se lê esse edital e diz “olha, que interessante”, tal... mas “vamos pegar ou não vamos?”, é... e aí pra sentar e avaliar e falar assim “vamos avaliar se vale a pena assinar esse edital? Se vale a pena escrever esse projeto pra ganhar?”. Então a gente vê, dos homens da entidade, uma postura assim “vamos, a gente consegue!”, e aí a mulher é que tem que vir e pôr esse limite, dentro da entidade. Não é o homem, é a mulher que acaba desenvolvendo isso, falando assim “não! Para pra pensar no que você tá fazendo, no que a gente tá fazendo”. E aí... e às vezes por ser, por as mulheres da entidade às vezes terem essa conduta de limite e, sei lá, falando psicologia, em psicologuês aí, meio que castradora, porque ela castra, ela... ela... aí que que faz? Há um movimento de fazer pelas bordas e quando chegar “putz, já tá feito!”. Então... e ao mesmo tempo que esse grupo de homens eles têm a maior resistência também de sentar pros debates, pro diálogo, pra enfrentar essas problemáticas. Eu acho que a... não sei se entra numa questão de gênero mesmo, que talvez, não sei, se é uma separação de sexo ou não, ou de maturidade, não sei, eu entendo mais acho que como maturidade, porque... acho que através sempre do diálogo, da conversa e do debate é que você consegue se organizar melhor. - Ana Vitória

Essa fala de Ana Vitória talvez seja uma das mais emblemáticas para entender o atual processo vivido dentro da União Popular de Mulheres. Ela deixa evidente o comportamento machista que os homens da UPM têm no trabalho cotidiano, chegando inclusive ao ponto de tentar distanciar algumas mulheres da liderança, ainda que de forma “inconsciente”. Ela chega a essa conclusão e incorpora até as próprias mulheres nessa problemática, inclusive sua mãe, fundadora da entidade. Podemos afirmar que incluir os homens na luta contra o machismo é entendido por ela como estratégia, e não o faz de forma alienada. Ela afirma o campo da reflexão e do agir como instrumento nessa luta interna contra a desigualdade de gênero. Nesse sentido, ela substitui a proposta de exclusão dos homens da luta feminista pela proposta de desconstrução de comportamentos autoritários e centralizadores, por meio da prática. Ela identifica o autoritarismo e o comportamento centralizador como sendo as *Crenças e Valores Societais* que

permeiam essa relação e precisam ser alterados. Os *Sentimentos de Justiça e Injustiça* percebidos não são direcionados aos homens especificamente, mas a esses tipos de comportamento, e apresenta forte *Vontade de Agir Coletivamente*.

Por outro lado, se o campo do diálogo e da reflexão conjunta se faz ausente – como afirma que há resistência por parte dos homens – as mulheres tomam as rédeas da situação e “tem que vir e pôr esse limite”. Em diversas ocasiões em minha prática de trabalho junto à UPM me deparei com essas situações, e nesse sentido as mulheres continuam representando as posições de poder. Há nos homens envolvidos na UPM uma postura de respeito especialmente com as principais lideranças mulheres (Neide, Ana Vitória e Mara).

Essa questão de serem as mulheres que “impõem os limites” é também relatada pela Neide (como no caso em que houve uma situação de violência de gênero e o rapaz envolvido foi excluído da UPM, situação esta relatada na seção anterior).

Como apresentamos no capítulo anterior, há mulheres jovens nesse novo grupo, porém em menor número e se encontram em fase de construção de seus papéis de liderança. Mara chega à conclusão de que atualmente na sede da entidade predomina a presença masculina sobre a feminina:

O movimento da mulher na casa era muito grande, o único homem que tinha era o Rafael – hoje em dia tá invertido, né?! (risos). Porque a gente vai lá, é só a gente que é mulher, duas mulheres e mais 20 homens. – Mara

Hoje são três NCIs e um serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência, todos em espaços físicos diferentes. Houve uma migração de várias mulheres para esses espaços, e na Casa da Mulher e da Criança (sede) manteve-se o banco comunitário e a Agência Solano Trindade (entre outras ações). Esses serviços são conveniados com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social possui um enquadramento bastante rígido para a execução do trabalho, e praticamente todos os trabalhadores desses núcleos são mulheres. Um ano após ter sido implantado, o banco teve uma trabalhadora mulher, que permaneceu pouco tempo e saiu. Atualmente, com cinco anos de funcionamento, outra mulher se aproximou e está trabalhando no banco. Na Agência Solano Trindade grande parte dos trabalhadores são homens, mas também possuem

mulheres jovens na linha de frente de algumas ações, o que reflete muitas vezes numa retomada das pautas feministas.

Podemos observar que a divisão sexual do trabalho se reproduz de alguma forma também dentro da UPM. As mulheres se mantêm nos trabalhos mais semelhantes aos desempenhados tradicionalmente por elas, no caso o trabalho de cuidados; situação esta que foi, em certa medida, propiciada e apoiada por elas, quem sabe por falta de autorreconhecimento de capacidade para outros tipos de ação (como o protagonismo no projeto do banco comunitário, por exemplo). Por outro lado, as mulheres não assistem alheias a esse movimento, mas procuram intervir para que haja alguma ruptura nesses padrões. Isso não implica necessariamente numa troca de papéis, como se o objetivo fosse fazer com que as mulheres ocupassem o banco e a agência, e os homens os serviços de assistência social, mas procurar igualá-los em termos de reconhecimento de valor.

Em minha experiência na UPM pude ouvir diversas vezes o discurso da necessidade de mostrar aos homens que as ações de assistência social são extremamente importantes para o desenvolvimento do trabalho da União Popular de Mulheres. Como afirmaram Rafael e Mara em algumas falas, o banco e a agência foram muito procurados por veículos midiáticos que promoveram sua ampla divulgação. Esse fato não deixa de ser um reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, e ocorre em detrimento do trabalho social desempenhado nos outros serviços, que são mais comuns e, portanto, deixam de ser objeto de notícia. Certamente, isso influencia nas relações internas, que muitas vezes acabam por inferiorizar os espaços dos serviços sociais, ainda que isso não ocorra de modo explícito. Podemos compreender, então, que as mulheres não estão fazendo outra coisa senão continuando a reafirmar a importância do reconhecimento e valorização dos trabalhos de cuidados.

4.3. Relação com o processo de institucionalização dos movimentos sociais

Outro fator que contribui para o acirramento dessas tensões entre os dois grupos de militantes é a distribuição das atividades, por tipo de ação, em diferentes

espaços físicos. Isto é, as atividades de economia solidária e de cultura se concentram na Casa da Mulher e da Criança, e cada serviço ligado à SMADS tem seu espaço próprio. É importante dizer que a UPM faz um grande esforço para promover a interação desses campos.

Como vimos no capítulo anterior, a necessidade de fragmentação dos espaços é uma das questões que emerge do processo de institucionalização da UPM e do aprofundamento das suas relações com o Estado na perspectiva de organizadora de serviços públicos. Vamos analisar de que modo se dá esse processo e como se instauram essas novas relações.

Historicamente, o nascimento da UPM se dá paralelamente ao período de abertura do Estado para os movimentos populares. Com o fim da ditadura, a percepção era de que as ações das mulheres, em nível municipal, começavam a ter maior impacto na formulação e execução da agenda governamental, conforme podemos perceber na fala de Marineide – inclusive porque alguns militantes desses movimentos conseguiram se eleger e ocupar cargos públicos:

Aí quando... quando abriu a creche, a gente pressionou, e aí todas as mães fizeram inscrição e conseguiram vaga na creche, foi muito engraçado. (...) E aí construiu a creche mas ficou lá fechada, elefante branco que a gente chamava, né. Eu não sei, acho que ficou mais de 10 anos fechada. E foi nesse período que a gente começou o movimento, né. E aí nós fomos até a Alda Marco Antônio [uma vereadora] falar pra ela que a creche tava fechada e que a gente tava com essas crianças... a gente conseguiu fazer até isso uma vez! – Marineide

Nessa fala relacionada à luta por creche aparecem (não só em Marineide, mas também em Neide e Inês) os *Sentimentos de Eficácia Política*, pois a partir do Movimento de Luta por Creche foi que conseguiram a ampliação do número de creches nos bairros, assim como outros equipamentos públicos conforme vimos anteriormente. Há também um forte *Sentimento de Injustiça* acerca da situação da creche fechada por tanto tempo, que elas direcionam para o Estado; uma *Vontade de Agir Coletivamente* a favor da *Meta de Ação Coletiva*, que no caso é a abertura da creche. Ela tem a dimensão de que o que fizeram foi grande, com *Identidade Coletiva* bastante forte, de um “nós” bem delimitado, de pessoas ativas. Ao mesmo tempo, muitas dessas ações são descritas por Marineide como “loucuras”, numa clara acepção de *Crenças, Valores e Expectativas Societais* arraigadas e

cristalizadas, ainda que em vias de desconstrução.

O Movimento de Luta por Creche, em especial, colaborou sobremaneira para que as mulheres tomassem de vez a frente do debate sobre a responsabilização do Estado no trabalho de cuidados com as crianças, desde pequenas. Essas mulheres foram capazes de envolver a comunidade, inclusive homens, nessa mobilização, e contribuíram para a evolução de ações no sentido de visibilizar esse tipo de trabalho, conforme aponta a economia feminista.

Com os anos, vai crescendo o volume de financiamento público das atividades da entidade, quando marca-se então uma nova fase dessa relação com o Estado, em que a UPM não é só uma organizadora da reivindicação e da demanda por políticas públicas, mas é também contratada pelo Estado como executora de parte dessas políticas.

Além de oferecer maior estrutura para os serviços, o estabelecimento de parcerias com o Estado possibilitou maior profissionalização da equipe, que vai substituindo parte do trabalho voluntário. Relatamos no capítulo anterior que quando recebiam uma pequena verba para alguns projetos, a UPM dividia-na igualmente entre as trabalhadoras e os trabalhadores, o que garantia a remuneração do trabalho das pessoas que não eram formalmente vinculadas aos projetos.

A chegada do projeto do banco marca um novo patamar de remuneração aos trabalhadores, pois assegurava o salário de três pessoas fixas para trabalharem no banco: o coordenador, o caixa e a analista de crédito. Neide comenta que “ficou muito estruturadinho porque tinha três pessoas fixas ali, né”. Mara também relata esse momento, afirmando que ainda assim mantinham a prática de divisão do recurso entre os demais trabalhadores:

E aí por conta também do banco eles conseguiram um dinheiro, né, porque eles foram registrados né, então, nossa, um alívio, nossa, foi bem grande o alívio, porque eles tinham salário, né. Aí o salário dele [Rafael] aumentou, o meu salário aumentou, entendeu, melhorou... foi melhorando pra um, melhorando pra outro. - Mara

Rafael ressalta esse fato como um dos grandes impactos do banco sobre a organização interna da UPM, pois os trabalhadores vinculados formalmente a esse projeto desempenhavam paralelamente outras funções dentro da entidade:

Acho que teve impacto, por exemplo, na garantia da profissionalização de

peessoas, que a partir daí a gente conseguiu fazer outras coisas, né. Então, por exemplo, sei lá... por exemplo, o Thiago a gente profissionalizou através do banco, mas que desenvolve várias outras ações, de captação de recurso, de tudo mais né. - Rafael

Como vimos no primeiro capítulo, a ampliação do financiamento público aos movimentos sociais impôs uma lógica de trabalho mais especializado e técnico. Com a relação à UPM, a aprovação de novos projetos junto ao poder público que permitisse a remuneração de mais pessoas fez com que a instituição continuasse desenvolvendo estratégias para garantir o desempenho de outras atividades não previstas no quadrante imposto pelo Estado, que podem aproximar-se de uma ação mais militante e menos técnica. Percebe-se que a UPM utilizou estratégias que tinha desenvolvido antes dos projetos chegarem para conseguir ter maior autonomia na sua gestão interna. Ainda assim, a UPM continua contando com a vinculação de pessoas que oferecem seu trabalho voluntário, especialmente para as atividades que não estão previstas nos projetos que possuem financiamento público.

Aparece uma divisão entre os momentos mais heroicos em que as coisas eram feitas com menos recursos financeiros e os momentos em que há mais estrutura e comodidade, até para as oficinas de artesanato:

Porque a verba era muito pequena, tipo assim, 200, 300 reais, sabe, mal dava pra comprar os panos. A gente pegava os panos assim, tinha que dividir em 4. Né, pra comprar material pro pessoal. Hoje em dia, nossa, é uma mordomia muito grande que eles têm. né. Bastante material pra trabalhar. Elas trabalhavam com um quarto do pano, fazendo um negocinho ali, entendeu? Mas era mais gostoso, era mais conversa, elas traziam de casa, elas doavam, elas traziam, tipo, os modelinhos pra copiar. Então a gente teve uma construção gostosa, eu não entrava como professora, como uma monitora, eu entrava aprendendo, sentava junto, fazia tudo junto, não tinha essa coisa de só uma pessoa fazendo não, e a outra... sabe... Que nem acontece em vários projetos aí, e a equipe vai e faz o negócio e entrega pronto, ou compra quase tudo pronto. A gente fazia isso, fazia junto, então era bem mais gostoso assim, tinha uma convivência maior. – Mara

Certamente Mara não está condenando o fato de terem conquistado esses novos financiamentos que, aliás, foram frutos da luta das mulheres, mas está fazendo uma avaliação pertinente sobre seus resultados, nesse caso sobre as relações entre os participantes e a entidade.

O Estado impõe um enquadramento mais rígido das ações, e um elemento é sua lógica setorializada que leva a exigência de fragmentação das ações. Uma

demonstração desse processo apareceu quando foi feita a proposta de implantação do banco comunitário dentro da UPM, pois naquela época havia o grupo de idosos Renascer que recebia financiamento do governo municipal. Elas se depararam com uma hostilidade muito grande por parte da equipe técnica da prefeitura, que acompanhava o projeto dos idosos.

E depois com toda essa discussão do banco, essa vida do banco que a gente entrou, o que que eu poderia dizer, a gente entrou... muita oposição dentro do sistema da prefeitura, muita oposição, muita dificuldade, muita gente, técnicos aí, pedagogos, assistentes sociais que diziam que era a favor do movimento popular, trabalharam diferente conosco “como vocês vão fazer isso, agora lá vai ter roubo, como os idosos com isso?”. Começou aquela grande... aquele grande confronto. Confronto daqui, dali, a gente... vidraça, levando, levando, levando – Neide

A partir dos relatos percebemos que a evolução dos financiamentos públicos traz profundas contradições em seu bojo. De um lado temos a instituição de uma Política Nacional de Assistência Social que garante que as atividades com o público idoso e de trabalho com mulheres vítimas de violência recebam financiamento público para sua existência, fazendo com que esses convênios entrassem como *Metas da Ação Coletiva*. De outro lado, impõem uma forma bastante engessada de trabalho social. Assistimos, não no contexto da UPM, mas de um modo geral, os grupos de movimentos de base se tornando serviços públicos, o que ocasiona em parte uma perda de identidade de movimento popular e uma adequação a essa conjuntura que pode refletir numa postura de menor enfrentamento com relação ao Estado e de contradições internas aos movimentos, até porque passam a assumir funções do Estado que são terceirizadas com sua anuência. Isso deve incidir na percepção identitária da UPM, de cada mulher e homem e mesmo da comunidade com a qual ela construiu seus laços. Há uma mudança radical: de reivindicadores de ações públicas a prestadores de serviços em nome do Estado.

Mara dá seu depoimento sobre essa relação, relatando as mobilizações que realizavam com o intuito de demandar a melhoria da atuação do Estado, dessa vez para o serviço de idosos:

A gente ia, tinha muitas passeatas, a gente ia nas passeatas. Passeata do cabelo branco, uma das primeiras que eu fui... cheio de idoso, você imagine, eu levei lá, eu nem sabia, falei “Dona Neide é louca”, “não, você vai, você vai, é gostoso, você vai ver como é gostoso”. E aí quando a gente... carregamos daqui pra lá, pro centro da cidade. Era pro Kassab [prefeito] receber a gente, e o Kassab bateu as portas na cara dos idosos,

né. A gente queria conversar pra melhorar o projeto pra eles aqui. E aí a gente encheu um ônibus e fomos pra lá, né pra uma passeata. Antigamente tinha mais adesão. A gente falava assim “olha, a gente vai fazer uma passeata pra isso”, aí ligava pra uma, uma ligava pra outra, né... o pessoal da 3ª idade. E aí a gente vinha. Botava crachá em todo mundo, vamos pra passeata. E colocava isso no seu relatório! A técnica que não gostava muito (risos). A gente levava eles, isso é cidadania, né? É cidadania, a gente tá construindo, né... um povo que pode, que vai defender o que quer. E eles iam! Quando a gente falava “olha, vamos lá brigar na porta do Kassab”, a gente ia. “Vamos lá brigar por não sei o quê”, eles iam. O movimento das mulheres, eles iam. Sabe, movimento da... a gente tem várias fotos aí na casa, eu tava vendo aí esses dias que eles tavam selecionando algumas. Eu tenho várias fotos, a gente em passeata lá no Dia Internacional da Mulher... aí eu falo assim “nossa, como eu tinha coragem”, né. Eu, a Dona Neide, sabe? A Inês... 50 mulheres num ônibus! Numa passeata, pensa pra voltar com esse povo. É... sabe? Não é loucura? Lá no centro da cidade. Eu falava “nossa, como a gente era doida”. – Mara

Mara chegou a trabalhar na UPM na mesma época em que Inês era coordenadora do grupo Renascer, e ambas demonstravam *Vontade de Agir Coletivamente* em reivindicações junto ao Estado, pois percebiam as ações propostas como eficazes politicamente, capazes de obter resultados como foi o caso da creche, por exemplo. Mas nesse novo período de mobilização, do qual Mara participa, já aparecem elementos que dificultam o processo. Dois elementos são destacados em sua fala: a dificuldade de serem recebidas pelo governo e a dificuldade de conciliar o papel de entidade prestadora de serviço público, portanto monitorada e fiscalizada pela prefeitura, com o de entidade que organiza o movimento popular para reivindicar melhorias políticas frente à própria prefeitura, questão que será retomada mais à frente. Ana Vitória também relata essas dificuldades:

Tudo que parte de um movimento o Estado tem dificuldade em aceitar, porque eles querem que você se encaixe dentro de um quadrantezinho chamado funcionalismo público, e movimento nunca vai ser funcionalismo público. E acho que é a grande luta que a gente tem hoje, a gente surge de um movimento, o qual não se enquadra e não tem como se enquadrar dentro desse funcionalismo público. Esse funcionalismo público que eu quero dizer é como a escola trabalha, é como um departamento burocrático do Estado funciona. E hoje a gente tem uma ampliação da Secretaria da Assistência Social pra trabalhar na área social, então você tem uma expansão de atuações de diversas áreas. O que que eu tô querendo dizer com isso? É que, como a gente, outras entidades conseguiram muitas parcerias, muitos convênios firmados com a Secretaria de Assistência Social, e com isso foi provocando um certo inchamento, e eu acho que vai surgindo isso... e a maior dificuldade das entidades populares é você trabalhar a sua entidade, que surge de um movimento popular, com esse profissionalismo ao qual se encontra com esses financiamentos, com esses convênios com as secretarias. - Ana Vitória

Ana Vitória faz uma nítida crítica ao Estado engessado e que engessa o movimento, e o faz, primeiramente, porque transformam seus trabalhadores e militantes em profissionais do Estado. Pessoas passam a integrar os antigos movimentos populares sem de fato fazer um trabalho de militância, trabalhando muitas vezes com propósito reduzido ao cumprimento de metas estabelecidas pelo poder público. Nesse quadro, o movimento se vê capturado pela lógica que ele combatia e perde parte de sua autonomia.

Pudemos perceber, conforme estudos já apontados no primeiro capítulo e por meio de minha atuação como coordenadora de um dos NCIs, que essa relação traz inúmeras contradições nas relações de poder entre sociedade civil e Estado e, portanto, nas implicações para a luta social que esses sujeitos se põem a travar.

Esses projetos são enquadrados na estrutura normativa do aparelho estatal, conservando esses movimentos dentro dos limites impostos pelo governo. Sobretudo nas ações da política de assistência social, crescem as exigências sobre a qualidade do serviço ofertado, porém em geral esses indicadores de qualidade são definidos de forma exógena por burocratas sem a participação dos trabalhadores, sobre as metas a serem atingidas e sobre os prazos a serem cumpridos. Nesse sentido, o limite temporal se faz presente: quanto maior a burocracia, mais tempo deve ser dedicado a ela, o que pode significar menor dedicação a outras ações oriundas do diagnóstico da realidade feito pela própria entidade. Isso reflete exatamente os desafios e contradições decorrentes do processo de *onguização* do Estado e dos movimentos sociais e seus impactos nas políticas públicas como discute Silva (2007).

As políticas públicas formuladas não necessariamente estão sempre de acordo com as necessidades com que se deparam esses militantes na base, e nem sempre os técnicos do governo local compreendem e atuam no sentido de facilitar a resolução do imbróglio que essas dissonâncias geram, distanciando, inclusive, a forma com que a política pública é formulada em nível federal com sua execução no nível municipal e de cada localidade, com suas peculiaridades.

Vamos contar, brevemente, uma passagem a título de exemplo. Foi exigido no NCI, por exemplo, que os idosos visitados domiciliarmente fossem prioritariamente

os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada, encontrados a partir de uma lista enviada pela prefeitura. Uma idosa, participante do grupo desde antes dele se tornar um serviço público, quebrou o braço, o que usualmente levaria os trabalhadores do núcleo a visitá-la. Porém, as duas técnicas que tinham a obrigação de cumprir a meta de oitenta visitas no mês aos beneficiários do BPC não conseguiram visitar essa idosa por falta de tempo, o que gerou certa chateação dessa pessoa.

Como já dissemos, outro fator importante na análise específica da UPM, decorrente desse contexto, foi a fragmentação do espaço físico da luta. A execução dos serviços de assistência social exigia que para cada serviço devesse haver um espaço físico próprio, o que ocasionou um esvaziamento da Casa da Mulher e da Criança, sede da entidade. Na ocasião da mudança do grupo Renascer para outro espaço (onde viraria grupo Sorriso Puro) houve deslocamento de muitas das mulheres que haviam feito parte da construção histórica da organização para esse novo lugar.

Em contrapartida a esse engessamento são criadas estratégias de resistência, como a divisão da remuneração dos trabalhadores assalariados, proporcionada pelos projetos com o poder público, entre os demais trabalhadores que não se encontram formalmente vinculados. Outro exemplo simbólico de resistência são os dois grupos de idosos que já existiam antes das políticas públicas voltadas para este fim terem surgido. Quando eram “apenas” grupo e não política institucionalizada eles escolheram seus nomes: Grupo Renascer e Grupo Vida Ativa. Nos últimos anos, quando foi instituído o termo “Núcleo de Convivência de Idosos” o governo começa a querer impor que essa denominação seja seguida não por um nome escolhido pelas próprias pessoas que o compõe, mas pelo bairro onde se situa, por exemplo “NCI Jd. Lídia”. A UPM, ainda que não possa ser oficializado pelo governo, mantém a tradição de debater com o grupo e escolher um nome com o qual as pessoas se identifiquem. Ana Vitória diz:

Acho que ela é fundamental [a UPM]... ela é... ela tem um peso grande porque eu acho que ela é uma das poucas que se permanecem hoje que consegue manter a essência. Ela continua dentro de uma causa. A gente tem muitas entidades na região que surgem no mesmo período, e elas foram crescendo, foram tendo outras vertentes... então você tem, sei lá, movimento de moradia que se estendeu pra trabalhar com crianças, que

hoje desenvolve trabalho com creches e com crianças e adolescentes. E você vê que... e aquela questão lá de trás, do movimento de moradia, onde que ela fica? Você vê que se perde. E a luta dela? E a militância daquelas entidades que estavam naquele período, que nasceram junto com a gente, que a gente tava gritando junto e que hoje elas estão meio que... homogeneizadas, não sei, elas estão... meio diluídas aí. Eu acho que a... eu sou suspeita pra falar, porque eu tô dentro também, mas eu vejo que a gente é uma das poucas que ainda consegue permanecer essa questão, de uma visão mais política, que vem acompanhando desde seu início praticamente. – Ana Vitória

Essa fala de Ana Vitória é muito importante porque demonstra uma avaliação de que a UPM, ainda que conviva com diversas contradições, está de alguma forma mantendo a linha de movimento popular e não só de executora de políticas públicas. Fica clara a importância do reconhecimento das contradições e paradoxos para o seu enfrentamento, para a busca de caminhos nos quais a organização possa encontrar pontos de equilíbrio que não necessariamente indique adaptação ou eliminação do contraditório. Perceber e assumir a existência de contraditórios permite um olhar crítico para o passado e o futuro no presente; permite que essas dimensões aqui apontadas sejam dialeticamente relacionadas, evitando perspectivas lineares. Dito de outra maneira, o contraditório possibilita a quem participa da UPM ocasião de lidar com a mudança; tratar da diferença como valor e não como um defeito a ser eliminado em prol da harmonia.

Mas será que é uma prática comum aos demais movimentos populares que tornaram-se também executores de políticas públicas? É diante do contexto de institucionalização dos movimentos sociais, de *ONGuização* (Silva, 2007), que diversas entidades concebidas no movimento popular, algumas nascidas junto com a UPM, transformaram-se em meras executoras de políticas públicas, perdendo, muitas vezes, os elementos que lhes tornava movimentos sociais propriamente ditos, a saber, autonomia, capacidade crítica e capacidade de mobilização para a ação (Silva, 2006; Tilly, 2010). Afirmamos “meras” porque a execução do serviço parece sugar toda a capacidade criativa necessária para a reinvenção da luta ao longo dos anos e das mudanças históricas.

A UPM é uma das poucas entidades da região que busca manter uma linha de movimento popular e, talvez por isso, irão também manter relação mais conflituosa com o Estado nos projetos em que há modelos mais fechados de

execução (assistência social, por exemplo), no caso com o governo local. Mara comenta um pouco esse assunto:

E aí a gente tem uma certa raiva por conta de que... a prefeitura, pelo menos aqui né, ela não, ela não vê o que é bom pra comunidade, pelo menos um tempo atrás ela não tava vendo. Então é tipo assim “olha, você faz isso”, elas ditavam a gente como se fosse um bracinho deles, né. “Ah, vocês são o bracinho da gente”. Então que quer dizer esse bracinho, né? Vocês fazem e a gente olha. (...) Porque na realidade quando você pega o pessoal da prefeitura eles querem ser superior a você, como se estivessem mandando, que a gente tem que abaixar a cabeça. E... teria que ser o contrário, né? Porque se a gente tá trabalhando pra eles... e na realidade eles tão trabalhando pra gente, deveria ser uma troca, né? Tô fazendo uma coisa que eles não fazem então deveriam agradecer, e não... tentar pisar, fazer com que você seja submissa. Isso é uma violência, isso eu sinto como uma violência, muitas vezes em muitas falas de várias supervisoras, de vários funcionários de prefeitura, estagiário de prefeitura. É horrível. E aí eu já bati de frente, várias vezes, e por conta disso eu não vou em muitas reuniões (...) Vou responder daqui uns anos, que nem a Dona Neide fala “Mara, daqui 1 ano... você vai ver, a gente corre o risco de perder os aditamentos dos projetos, por conta dessas falas que vocês fizeram”. Mas aí é assim... se você não fala, se você abaixa a cabeça, você tá sendo conivente... não é? – Mara

Além disso, esses serviços são acertados por meio de convênios por tempo determinado, o que os coloca numa posição bastante instável e suscetível a vontades políticas, conforme afirma Ana Vitória: “a gente sofre pressões em épocas de campanhas políticas, de eleição, a gente se vê numa sinuca de bico porque (...) porque se você não tiver um jogo de cintura você perde tudo”. A ameaça, a pressão gerada pela lógica da captura dos movimentos sociais produz um forte sentimento de injustiça e põem em xeque o reconhecimento de ações que são controladas pelo Estado. A injustiça afeta a capacidade de manutenção da autonomia, toca na emancipação alcançada pela luta dessas mulheres, mas fortalece o sentimento de grupo, a identidade coletiva marcada pela resistência a tentativas de dominação e subalternização do movimento.

Consideramos um resultado positivo serem essas entidades as executoras das políticas públicas que elas mesmas ajudaram a construir, e onde seus atores e atrizes contribuem na gestão e estruturação de sua efetivação. Essas organizações possuem acúmulo e experiência para desempenhar tal função, sendo seus trabalhadores muitas vezes os moradores da localidade que possuem capilaridade dentro do bairro, o que fortalece e estreita o vínculo entre a população e o Estado e

diminui a capacidade de captura que o Estado pode exercer sobre o movimento. Entretanto, é uma conclusão óbvia de que isso traz novos desafios para a ação política de um movimento popular como a União Popular de Mulheres.

A partir de uma outra perspectiva, Rafael faz algumas afirmações a respeito de sua visão sobre a atuação da UPM e de seu papel frente ao Estado:

Na verdade eu acho que são várias estratégias da gente pautar a reconstrução de valores, entendeu. Acho que na verdade é sempre esse o objetivo, sabe. Tem várias coisas, por exemplo, da Agência que a gente, numa análise fria, poderia falar que não deu certo, mas que a gente vê vários coletivos reproduzindo agora, tá ligado. Então, e eu acho que isso pra nós é uma das coisas legais, sabe, porque não necessariamente a gente tá pautando um valor que nós precisamos desenvolver, sabe, é um valor que a gente tá pautando porque a gente acredita pra sociedade. Então eu acho que é mais nesse sentido, e aí acho que nossa mudança ela é... é... sempre costumo falar né, que pra mim o papel dos movimentos populares é tentar construir micro políticas públicas, né, vamos dizer assim, ações que possam ser reconhecidas como políticas públicas e multiplicadas. Então acho que a ideia é essa, do banco comunitário, por exemplo, é esse, a gente conseguir mostrar pro governo ou pro poder público a importância de um banco comunitário para que ele se torne uma política pública de verdade, financiada pelo Estado, e tudo mais né. Só que é isso, só que tem todas as dificuldades, porque muitas vezes o nosso foco de mudança não é o foco do Estado né, vamos dizer assim, o foco de desenvolvimento é outro né. Nós estamos falando de um desenvolvimento humano e eles querem que a gente comprove desenvolvimento econômico né, das pessoas, né. E nem sempre... isso acaba se batendo. (...) Então acho que na verdade a gente muda muito mais as pessoas que se aproximam de nós, as pessoas que estão no nosso dia a dia. E aí eu acho que as nossas ações, elas tem uma... uma unidade no seu discurso, né, e na sua prática, elas estão todas com os mesmos objetivos, assim. Elas vêm debatendo as temáticas que a gente acha que é importante, do nosso dia a dia... e construindo práticas, né, que vão sendo reformuladas também. – Rafael

Rafael coloca o papel dos movimentos populares como formuladores das políticas públicas, que a partir de suas práticas vão pautar a elaboração da agenda governamental. Os *Sentimentos de Injustiça* e a *Identificação de Sentimentos Antagônicos* aparecem quando ele diz que a UPM fala “de um desenvolvimento humano e eles [o Estado] querem que a gente comprove desenvolvimento econômico”. A mudança cultural aparece mais uma vez como elemento central, em práticas que não necessariamente se traduzem em resultados acertados, mas como exercícios de tentativa e erro que também se constituem como processo de aprendizado, e de desconstrução de *Crenças e Valores Societais* que libertam as pessoas.

Em certa medida a UPM realizaria um trabalho de facilitadoras de novas consciências políticas, ativas, resultado do foco na dimensão humana que ultrapassa a materialidade econômica. Fica visível nesse trecho que a UPM exerce um labor psicopolítico no campo da conscientização política como propunha Ignácio Martin-Baró (1996). Por outra parte, a fala de Ana Vitória revela que essa mesma dimensão pode estar em risco em função do crescimento da entidade e do processo de *ONGuização* da UPM. Para ela são muitos os desafios futuros da UPM e eles passam por interesses antagônicos no interior da própria entidade. Nesse sentido a fala a baixo é bastante reveladora:

Então, talvez eu possa estar sendo pessimista, mas... eu acho que o futuro... A gente tem que tomar muito cuidado com o que a gente tá fazendo agora no presente, porque... a gente tem poucos quadros pra continuar a manter a entidade. Poucos quadros dessa geração dos 30-40 anos de idade, assim. Então... Porque a diretoria, ela é uma diretoria que tem poucos atuantes. Porque pra ser diretor da entidade você não pode receber, tipo uma ONG. Então são voluntários. E você só consegue voluntários participativos quando você vai pra uma classe social A. Uma classe social C, que tem que trabalhar, que tem que... Na nossa realidade isso não acontece, assim. Então isso me preocupa muito, é... que quadros são esses que vão permanecer? quem é que vai continuar tocando esse trabalho? Eu me vejo, em alguns momentos, como uma pessoa que... tenho, vou desenvolver um papel fundamental no futuro – ou talvez não, não sei, porque tem muita coisa que acontece hoje dentro da instituição que eu não concordo. Que eu sou... por mais que eu seja filha da presidente, tem muita coisa que eu não... que eu não acho que é a maneira, a melhor forma de trabalhar seja essa, maneira de agir. Então uma coisa que eu critico muito é: por que que a gente tem que estar pegando tanto projeto? Se a gente não tem perna? Por que que toda hora eu tenho que fazer esse papel, e eu sou uma das poucas mulheres, que enfrento esses jovens da casa? De enfrentar, enfrentar e peitar? De tentar ir pro debate? Isso cansa, isso desgasta. E eu não sei se eu vou... se eu vou conseguir ter essa... porque uma coisa é certa, eu não vou ter o mesmo, os mesmos... muita coisa que acontece... que aconteceu e acontece hoje, eu não penso dessa forma, penso de forma diferente. Então... e como trabalhar com... com... porque a... vai crescendo, a entidade cresce quando aumenta convênio, e que aumentando convênio se exige um profissionalismo maior. E aí eu fico entre uma linha que é assim: profissionalismo e trabalho popular. Como que vai administrar essas duas coisas. O que que... eu posso juntar esses dois campos? Não posso juntar? Dá pra trabalhar junto, não dá... Então a preocupação que eu tenho no futuro é essa, que é uma preocupação que me... que me... que me incomoda muito, é tipo, quem é que vai tocar esse trabalho pra frente, depois? Quem é que... com que rumo que ele vai tocar? Será que vai ser um rumo do inchamento, como tá acontecendo com algumas entidades da mesma geração da União Popular de Mulheres no Campo Limpo? Ou não? Será que vai ser... é... ou será que vai conseguir desenvolver um trabalho realmente, com mais... Eu acho que a gente tá... tá desenvolvendo um trabalho com uma qualidade melhor. Mas... mas esse crescimento ele traz medo, né? Ele traz uma preocupação. Pelo menos pra mim, ele traz uma preocupação muito grande. A forma como ele tá

As preocupações de Ana Vitória parecem se originar justamente dos tensionamentos entre diferentes consciências políticas sobre o trabalho da União Popular de Mulheres a que nos referimos anteriormente. Ela revela contradições, visões de mundo diferentes e expectativas sociais que podem gerar divisões internas que precisam ser trabalhadas com atenção.

Ana Vitória percebe que o processo de profissionalização pode pôr em risco o trabalho militante que deu origem à UPM, que faz dela um movimento com forte vínculo comunitário. A profissionalização tem, em si mesma, o risco de ser motivada pelo processo de assalariamento que atrai profissionais competentes mas que não necessariamente guardam um vínculo emocional, afetivo, com as pautas e a história da entidade. Além disso, a profissionalização e o assalariamento de quem trabalha na UPM, ou dos coletivos que vem atraídos pelas possibilidades econômicas, também pode gerar um enfraquecimento dos processos mobilizatórios na comunidade, ou seja, pode gerar a diminuição que compromete a militância que deu origem à própria entidade e que gerou significativas transformações na vida daquelas pessoas que forjaram uma Identidade Coletiva com base no reconhecimento de suas privações relativas, das injustiças e violências sofridas e num projeto de sociedade que depende de sua ação política efetiva e independente de processos de assalariamento próprios do sistema capitalista. Ana Vitória se pergunta com gravidade sobre o futuro da UPM, pois não vê possibilidade desta UPM, nascida na luta e na resistência a um sistema de dominação-exploração fundado no patriarcado-racismo-capitalismo, sobreviver caso seu futuro dependa da ação profissional de pessoas que não se identificam com o projeto político da UPM.

A consciência política de ambas as gerações são semelhantes com relação ao Estado, que aparece sempre como elemento central e um espaço de disputa de grupos de interesses distintos. Nesse jogo de forças, a UPM sempre foi bastante ativa e propositiva, pois além das reivindicações nas ruas usualmente tinha atividades que cumpriam o papel do Estado em sua ausência. Com os anos, foi cada vez mais tomando a função de executora de políticas públicas, oficialmente. O trabalho profissional vai cada vez mais substituindo o trabalho voluntário. Ana Vitória

coloca de maneira contumaz os conflitos que se originaram no processo de institucionalização de um movimento popular como a UPM: “profissionalismo ou trabalho popular” (militante)? Essa questão aparece de maneira polarizada, e ela se propõe a pensar sobre o conflito. Essa é uma das principais inquietações levantadas na pesquisa junto à UPM.

Destarte, parece-nos adequado propor uma tipologia que não se fecha em si, e nem retrata efetivamente a particularidade de cada uma das pessoas que contribuíram para esse trabalho, mas que nos permite vislumbrar melhor as diferentes perspectivas de ação política que co-habitam na UPM. Parece-nos que os sujeitos vivem cotidianamente experiências que lhes conduzem e conduzirá a transformações, a metamorfoses, em suas posições e visões de mundo. Não obstante, os depoimentos que colhemos em novembro de 2013 nos propiciaram uma leitura da realidade que pode se organizar em quatro possibilidades de produção da consciência política (formas diferentes mas não escalonadas ou hierarquizadas).

A primeira possibilidade, poderíamos dizer, se refere a uma *consciência política fragmentada*. Tal consciência é marcada por um processo de identificação genérica com a UPM. Muitas vezes a participação na entidade é motivada por uma sensação de bem estar e acolhimento, por uma tendência ao altruísmo, por uma participação voluntariosa, mas que ainda não se encontra marcadamente politizada.

As contradições próprias do sistema de dominação-exploração de que nos fala Saffioti (2013) ainda não são claramente identificadas e percebidas por esses sujeitos. Nesse quadro, uma dimensão marcante é *Crenças e Valores Societais*, visto que ela contém elementos cristalizados e expectativas sociais que decorrem de um processo de ideologização e alienação. Poderíamos identificar Inês como uma personagem representativa dessa tendência.

A segunda possibilidade refere-se a um tipo de *consciência política transgressora*, pois engloba sujeitos que desejam romper com a lógica da dominação-exploração à qual a mulher encontra-se subordinada. Sua identidade coletiva se estabelece a partir do reconhecimento das mazelas a que a mulher está submetida e que elas próprias experimentaram. Sua tomada de consciência se dá a

partir do reconhecimento de que seu sofrimento, as injúrias e injustiças a que estão submetidas não são condições isoladas e particulares.

Nesse processo, elas dão-se conta de que o sistema de dominação-exploração patriarcado-racismo-capitalismo lhes amarra e obscurece de modo a reduzir sua existência a uma condição na qual não há espaço para o reconhecimento e a igualdade de gênero visto que a lei, a norma se assemelha ao patriarca e o que lhe resta é subordinar-se ou resistir, promovendo a transgressão da norma a fim de forçar um lugar ao sol para si. Como apontou Saffioti (1987),

o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, moldado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico. (...) Desta sorte, fica patente a dupla dimensão do patriarcado: a dominação e a exploração. (Saffioti, 1987: 50-51).

Ao tomar consciência dessa condição e encontrar outras mulheres que já romperam com seus cotidianos marcados pela alienação, estas mulheres passam a um outro estágio de sua existência, reposicionando-se, superando a vitimização e assumindo uma posição atuante na luta por uma sociedade equânime e justa socialmente. Neste caso, destacamos as experiências de Mara e de Marineide, cujo foco de sua ação militante na UPM é o combate à opressão feminina. Os elementos da Identidade Coletiva e dos sentimentos de injustiça ganham, nesse caso, maior destaque nos discursos aqui coletados.

A terceira possibilidade desta tipologia refere-se a uma *consciência política comunitária*. As pessoas que se posicionam nessa perspectiva têm sua atenção voltada à vida da comunidade, opção que pode acabar deixando em segundo plano a possibilidade de romper os limites da localidade na qual se está inserido. Esses sujeitos atuam de modo a privilegiar a proteção social de seu endo-grupo e destacar a dimensão do cuidado como elemento de manutenção grupal e desenvolvimento humano. Na nossa pesquisa identificamos que Ana Vitória apresenta algumas dessas características.

Finalmente, observamos discursos que apontam para uma consciência política contra-hegemônica. Nesse caso as ações de transformação social devem superar as fronteiras grupais, ganhando visibilidade sujeitos que são capazes de

operacionalizar de modo mais eficaz as ações da UPM em relação com a sociedade. É nesse quadro que poderíamos inserir os discursos de Neide e de Rafael, ainda que por motivos um tanto distintos. Ambos apresentam uma consciência política mais ampla que identifica a importância de outros atores e ações na luta contra a lógica de dominação-exploração.

É importante dizer que a produção das consciências políticas é dinâmica e, portanto, transita entre os diferentes aspectos supracitados de modo que não reduz os sujeitos a apenas um deles. Todavia, essa tipologia se deu a partir de elementos que ocupam um lugar privilegiado nos discursos coletados, bem como em nossas observações de campo durante o período em que estivemos na UPM. Como se trata de uma tipologia ideal, podemos afirmar que esta é apenas uma possibilidade e que decorre de nossa percepção enquanto pesquisadora, enquanto sujeito atravessado por nossas crenças e valores, por nossas próprias percepções de injustiça ou mesmo de eficácia política.

Assim, é provável que outras pessoas de posse desse mesmo material e tendo feito campo no mesmo período que realizamos tivesse outro olhar sobre esses fatos, acontecimentos e sujeitos. Portanto, não somos aqui conclusivos. Fato é que nossa intenção é apenas e tão somente ponderar como essas vidas contribuem para a produção da mudança social, para novos processos participativos, para um outro mundo possível. A nossa passagem entre eles certamente transformou a nossa consciência, ora fragmentada, ingênua, como Inês, ora, transgressora e rebelde como Mara e Marineide, por vezes comprometida e dedicada com a comunidade como Ana Vitória e outras vezes contra hegemônica, desejosa de um mundo mais justo. Nesse contexto, nos fizemos e nos descobrimos União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências. E é com esse sentir que concluímos esse retrato, parcial, da luta de mulheres e homens para transformar o lugar onde vivem.

Considerações Finais

Estudar um movimento popular como a União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências foi bastante desafiador, devido à diversidade de práticas que os atores envolvidos realizaram ao longo de tantos anos de atuação. Ainda assim, talvez não tenha sido possível traduzir em palavras a realidade com que nos deparamos e nos dispusemos a pesquisar.

Consideramos ter sido fundamental a utilização do referencial teórico da Psicologia Política, exatamente porque estudar movimentos sociais exige uma interpretação multidimensional e a articulação e produção de conhecimento numa perspectiva interdisciplinar.

O modelo analítico de Sandoval certamente nos auxiliou no entendimento desse processo. As dimensões propostas por ele nos possibilitou fazer a identificação de elementos e processos subjetivos da participação política de cada pessoa e, ultrapassando os limites propostos originalmente pelo modelo, e conforme já apontava Silva, esse trabalho mostra que também é possível aplicar o entendimento sobre as dimensões para processos grupais, compreendendo a dinâmica coletiva e não só individual. A formação das diferentes consciências políticas tem relação com o elemento geracional e, portanto, com o ambiente político no qual aquelas pessoas se desenvolveram, o que reverberou na formação dos diferentes grupos. As dimensões do modelo nos auxiliaram a reconhecer esses aspectos de cada período e geração, que são igualmente importantes para entender o desenvolvimento e estágio de luta da UPM.

Os movimentos sociais exercem um importante papel no combate a todas as formas de dominação-exploração, sejam elas patriarcais ou de outra natureza, e entendemos, portanto, que os espaços de luta contra essas formas devem estar articulados e não fragmentados cada um em sua especificidade. A realidade de atuação da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências corresponde a uma tentativa de integração entre os campos de lutas sociais desde seu início até os dias de hoje, ainda que se dê de forma conflituosa.

Foi a partir da percepção, ainda inicial, de que essa organização foi capaz de

transitar entre as pautas de movimentos sociais e integrá-las por meio de suas ações que formulamos o objetivo desse trabalho. Assim, buscamos compreender de que modo as bandeiras e atividades anteriores da UPM se articulam com a realidade atual de luta política da associação e em que medida trazem avanços na perspectiva da economia feminista e da economia solidária, tendo em vista que ambas as linhas de pensamento e atuação vão contra o avanço do modo de organização capitalista da sociedade.

Uma conclusão importante é que a experiência de luta e de mobilização coletiva da UPM, concebida na auto-organização das mulheres, transferiu um conhecimento muito rico para o trabalho atual e exerce influência na atuação política da UPM nos dias de hoje. Pode-se dizer que a essência da linha política se mantém, mas é claro que seu trabalho foi se adaptando às mudanças sociais recentes da realidade política, econômica e cultural do Brasil, e mais diretamente pelas mudanças sociais de sua localidade.

Conforme relatado nas entrevistas, um novo contexto foi sendo instaurado na UPM a partir da execução do projeto do Ponto de Cultura e do Banco Comunitário União Sampaio, que culminou mais tarde com o surgimento da Agência Popular de Cultura Solano Trindade. O aprofundamento da prática da economia solidária ocasionou diversas mudanças na UPM, e suas ações foram conquistando um espaço cada vez maior em sua agenda.

Nesse sentido, as transformações mais recentes tanto na estrutura organizacional como em suas atividades externas ocasionaram certo conflito justamente entre as bandeiras e atividades anteriores e a realidade atual de luta política da UPM. Essa situação de tensão se expressa na colocação feita por Ana Vitória – e é endossada por Neide e Mara em outras falas – quando diz que o principal desafio é a articulação e a integração da linha do “trabalho social”, que diz respeito às ações mais antigas da organização e é atualmente representada pelos serviços ligados à política de assistência social, e a linha do “trabalho cultural”, ligado às ações de economia solidária e protagonizada pelo grupo de jovens.

A renovação da militância da UPM, trazida a partir desses projetos, foi o que possibilitou o atendimento às novas demandas sociais que se diferenciavam da

realidade anterior da associação. Vamos ver quais foram as oportunidades trazidas por essa linha de ação.

O avanço da UPM na perspectiva da economia solidária intensificou sua luta pelo desenvolvimento do potencial de auto-organização da periferia, tanto por meio de um banco gerido pela própria comunidade como pelo estímulo à organização de empreendimentos autogestionários. Nessa ocasião a entidade retomou, por exemplo, o esforço de se articular com outros movimentos sociais e populares, aos moldes do que fizera na época do Movimento do Custo de Vida. A Agência Solano Trindade parece ter colaborado significativamente para o fortalecimento entre diversos coletivos e organizações não governamentais da região, além dos povos e comunidades tradicionais, que culminou na conformação de uma grande articulação em rede que fortalece as lutas sociais. Por outro lado, as pautas das mulheres não são priorizadas por esse grupo, ainda que seus membros se solidarizem com elas.

No aspecto de fortalecimento da luta pela autonomia e emancipação feminina, o histórico de luta da UPM vai influenciar para que as ações de economia solidária sejam conscientemente voltadas às mulheres, e muitas iniciativas da Agência Solano Trindade e do Banco Comunitário acabam buscando esse público, conforme vimos anteriormente. O banco comunitário, por exemplo, oferece o crédito produtivo com linha específica às mulheres para fomentar a geração de renda por meio de sua produção cultural ou em outros segmentos produtivos. Além disso, ajuda a sanar as dificuldades cotidianas que as mulheres enfrentam com relação à alimentação de seus filhos por meio do crédito de consumo. Já a Agência costuma envolver muitas artistas mulheres nas apresentações culturais que promovem, realizando alguns eventos com essa temática específica.

Algumas mulheres do grupo de jovens têm conquistado espaço recentemente, ocupando cada vez mais papéis de liderança e de protagonismo nas ações que desenvolvem, o que certamente colabora para reavivar pautas intrínsecas à realidade das mulheres. Esse movimento de tornarem-se protagonistas dentro desse grupo é muito apoiado pelas mulheres mais antigas que percebem as contradições desse processo. Mais uma vez a experiência e o conhecimento produzido ao longo dos anos de luta da UPM intervêm no contexto atual.

Sabemos que os avanços do grupo fundador da UPM com relação às pautas feministas foram significativos. O primeiro grupo de mulheres contribuiu muito para o processo de ganho de autonomia tanto em nível micro, das mulheres envolvidas na UPM, como macro, de incorporação da pauta das mulheres pelo poder público. Na perspectiva da economia feminista a primeira geração avançou muito para visibilizar o trabalho doméstico e de cuidados. Criou alternativas concretas para a divisão da responsabilização desses trabalhos, especialmente com o Estado.

Ainda que de maneira mais tímida e não diretamente implicada, as mudanças recentes também trouxeram avanços na perspectiva da economia feminista, mesmo sem haver apropriação desse conceito. Como vimos no primeiro capítulo, nos grupos onde as premissas são a igualdade e a democracia a divisão sexual do trabalho é passível de maior questionamento e, portanto, apresenta maior probabilidade de desconstrução. A prática da autogestão, dentro da UPM e dos empreendimentos fomentados, colabora para a autonomia feminina porque oferece um ambiente mais propício para as mulheres se colocarem e desenvolverem sua participação política.

Além disso, o próprio cuidado com as crianças tende a ser mais repartido, realidade que pode ser encontrada na UPM. Até mesmo na importância que o novo grupo dá para a preservação da cultura dos povos e comunidades tradicionais parece residir a valorização de um modo de organização social que tenha como ponto central a vida, e não o lucro; a preocupação com a preservação de culturas que valorizam não apenas o trabalho produtivo, mas o trabalho de cuidados e a divisão de tarefas de maneira mais igualitária.

Para concluir, podemos dizer que as atividades anteriores se articulam de maneira tensa com a realidade atual, impondo de certa forma algumas limitações para o avanço da pauta feminista, por exemplo. Por outro lado, caracteriza-se por uma tensão criativa que oferece oportunidade de reinvenção da luta, de modo que não reduz a UPM a mera executora de política pública, mas como importante atriz no campo dos movimentos sociais.

Essa tensão corre o risco de não estar sendo equacionada em grande parte por uma falta de diálogo e de reflexão conjunta. Ana Vitória sugere muitas vezes a

necessidade da conversa e a falta de tempo como principal causa dessa ausência de diálogo. Nesse sentido, o cotidiano da ação coletiva que é prática aparece como espaço que propicia a alienação e leva à reprodução; que não se abre à reflexão e à crítica porque isso implica em rupturas em um processo de conscientização política, histórica. O cotidiano não tem espaço para o distanciamento, para a “roda”, o “debate”, conforme ressalta Ana Vitória, e, portanto, para o pensar reflexivo que promove o desenvolvimento de uma consciência política mais compartilhada. Como aproveitar o potencial trazido pela nova geração, que tem ressonância com as demandas dos jovens da periferia, com o acúmulo histórico de luta pela autonomia feminina e pelos direitos sociais?

O que podemos sugerir como resposta ao problema exposto é a necessidade de criação de espaços de formação/reflexão, de ações conjuntas, que sejam capazes de provocar uma interação não instrumental entre os grupos. Que provoque a identificação dos elementos divergentes em busca de caminhos não despidos de conflitos, mas com um entendimento coletivo da importância dos diferentes papéis da ação política da UPM.

A produção do saber popular constitui-se peça fundamental nessa luta contra as variadas formas de dominação-exploração, pois resgatam a valorização do senso comum, do conhecimento produzido no dia a dia, em contraste com a supervalorização do saber científico. Pode-se supor que sua forma autogestionária contribui para a criação e consolidação de vínculos mais substanciais, onde as atrizes e os atores têm em comum a construção de novas formas de sociabilidade e cultura, pautadas na solidariedade, e que esse diferencial pode ser uma semente para a construção de novas formas de relações que se contrapõem às estruturas de dominação-exploração.

A partir do exposto, entendemos que a União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências desempenhou e continua desempenhando um importante papel como movimento popular da periferia que tenta instaurar novos processos socioeconômicos e culturais.

Ao fazer essa retrospectiva nos damos conta de que nesse trajeto investigativo muitos foram os nossos desejos, as nossas inquietações, as nossas

dúvidas, e os nossos deslocamentos de consciência. Não poucas vezes nossas questões se entrelaçaram com as questões dos sujeitos que abriram suas vidas para que pudéssemos entender essa experiência ímpar que foi a UPM. Mas também esses encontros outras tantas vezes nos distanciaram e nos puseram em lugares diametralmente opostos, até mesmo antagônicos. Apontamos isso para destacar o fato de que a experiência da pesquisa nos transforma constantemente. Certamente as perguntas que nos trouxeram a esse mestrado se transformaram no processo, se alteraram nos encontros. Muitos foram os descaminhos que trilhamos, foram muitos os caminhos pelos quais nos perdemos. Entre depoimentos e buscas por metodologias que nos permitissem uma melhor leitura, uma adequada apropriação daquilo que víamos e ouvíamos, entramos em contato não apenas com os elementos subjetivos que generosamente os depoentes compartilharam conosco, nos demos conta de múltiplos elementos que refletiam nossa própria existência enquanto sujeito político. A escolha de um olhar psicopolítico para a compreensão da luta das mulheres do Campo Limpo e adjacências nos conduziu a uma jornada interior permeada pela práxis; nos descobrimos não só como pesquisadora, mas também como mulher, nos deparamos com nossas próprias idiossincrasias e percebemos quão importante é termos a consciência de que não há pesquisa neutra, que não é possível um distanciamento impessoal, mas ao contrário. Como é significativo assumir que nessa pesquisa encontram-se também os nossos interesses, as nossas curiosidades. Assumir essa posição nos permite compreender melhor os encontros e os desencontros com os quais nos defrontamos no processo de investigação.

Quem sabe por isso o olhar psicopolítico marcado pela interdisciplinaridade, pelo diálogo, estabelecido no interstício das disciplinas abra para nós numerosos caminhos para investigações futuras. Pensar a autonomia e a emancipação da mulher foi um primeiro passo nessa dissertação. Pensar o papel das estruturas sociais e econômicas e sua incidência na produção de subjetividades e de processos participativos mostrou-se um desafio maior do que aquele que permite a temporalidade e as páginas próprias de um mestrado. Muitas são as questões, os porquês que nos invadem, mas, quem sabe, o ponto que mais nos

inquietou e segue perturbando refere-se ao processo de “onguização” dos movimentos sociais e do Estado, pois ele gera impactos nos processos de autonomização dos sujeitos individuais e coletivos, ao mesmo tempo em que limita a capacidade de ação efetiva do Estado. Como apontou Mara, o Estado liberal não dá conta de abraçar suas próprias responsabilidades e muitas vezes as terceiriza, fazendo com que esse processo sirva de um modo de captura dos movimentos sociais, os quais acabam institucionalizados. Nesse sentido, essa é a angústia que perpassa as posições de Ana Vitória: como ser militante e atuar para o bem da comunidade sem terminar enquadrada e dependente de uma determinada lógica que força a profissionalização da ação política e a consequente fragilização do compromisso transformador próprio dos movimentos sociais? Essas reflexões suscitaram em nós um sem-número de questões, as quais ainda precisam decantar.

Certamente essa dissertação produziu transformações a partir do estudo dessas experiências, cuja sistematização deve contribuir para a necessária reflexão sobre os processos de mudança social e participação política com vistas à transformação da sociedade.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo (Org). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume; Fapesp; ADS-CUT; Sebrae, 2004.
- ADÁN, Carme. **Cidadanía e feminismo**. In YÁGÜEZ, J. Álvarez; COELLO, A. Leyte (Ed.). O espectro político hoxe: ilustración e barbarie. Espanha: Universium, 2010.
- ANJOS, Gabriele dos. **Lideranças de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições**. Campinas: Cadernos Pagu nº 31, julho/dezembro 2008.
- ANSARA, Soraia. **Memória política da ditadura militar e repressão no brasil: uma abordagem psicopolítica**, 2005. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo
- ARÁN, Márcia; PEIXOTO JÚNIOR, Carlos Augusto. **Vulnerabilidade e vida nua: bioética e biopolítica na atualidade**. Revista de Saúde Pública: 2007; 41(5):849-57.
- ARANTES, Pedro Fiori; USINA, Coletivo. **Arquitetura, política e autogestão: um comentário sobre os mutirões habitacionais**. Urbana, v. 3, p. 47-60, 2008.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BERGAMIN, Marta de Aguiar (2011). **Lutas na cidade de São Paulo: Mutirão Recanto da Felicidade e Banco Comunitário União Sampaio**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.
- BERGER, Silvia. **Desarrollo y economía feminista**. Bolívia: Umbrales – Revista de

Postgrado Multidisciplinario em Ciencias del Desarrollo, Nov 2008, nº 18, p.13-34.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. In PEREIRA, Antonio Kevan Brandão. A Concepção Democrática de Bobbio: uma Defesa das Regras do Jogo. Campina Grande: Revista Estudos de Política, vol 1, no1, 2012.

BÓGUS, Claudia Maria. **Participação popular em saúde: formação política e desenvolvimento**. São Paulo: Annablume, 1998.

BORDA, Orlando Fals. **Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular**. In BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BUONICORE, Augusto César. **As Mulheres e a Luta Socialista**. Portal Vermelho, 2012. Disponível em http://www.vermelho.org.br/pe/noticia.php?id_noticia=183068&id_secao=91

CANTRIL, Hadley (1969). **Psicologia de los movimientos sociales**. Madrid: Ediciones Euramérica.

CARRASCO, Cristina. **A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres** In FARIA, M e NOBRE, M (orgs). A Produção do viver. São Paulo: SOF, 2003.

CARRASCO, Cristina. **Mujeres y Economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Barcelona: Icaria Editorial, 2003.

CARVALHO, Nanci Valadares de. **Autogestão: o nascimento das ONGs**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

CISNE, Mirla. **Institucionalização dos movimentos sociais: uma reflexão sobre luta de classes na contemporaneidade** In: 5 Colóquio Marx e Engels, 2007, Campinas, CD-ROM do 5 Colóquio Marx e Engels, 2007.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CLEAVER, Harry. **Leitura política de O Capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

COSTA, Bianca (2007). **Em busca de autonomia: A trajetória de mulheres na economia solidária**. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

COSTA, Giseli Paim. **Cidadania e participação: impactos da política social num enfoque psicopolítico**. Curitiba: Juruá, 2009.

COSTA, Guilherme Borges. **Consciência, participação e negociação: uma leitura psicopolítica do processo de produção do Plano de Manejo da APA Várzea do Rio Tietê**, 2012. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política)- Universidade de São Paulo, São Paulo

CRUZ, Antonio Carlos Martins da. **A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul**, 2006. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DAGNINO, Evelina. **Anos 90 - Política e sociedade no Brasil**. Editora Brasiliense,

1994.

DAGNINO, Evelina. **¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?**. In Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110.

DANTAS, Isolda. **A construção da economia feminista na Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária**, *Revista Agriculturas* - v. 2 - no 3 - outubro de 2005, pp27-30.

FARIA, Maurício Sardá de. **Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital**. Florianópolis: UFSC, 2011.

FBES, **Relatório Final da IV Plenária de Economia Solidária**, realizada em 2008. Disponível em <http://www.fbes.org.br>

FILHO, Genauto Carvalho de França; JUNIOR, Jeová Torres Silva. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD)**. In HESPANHA, Pedro. Dicionário Internacional da Outra Economia. Biblioteca Nacional de Portugal, janeiro de 2009.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. In ARÁN, Márcia; PEIXOTO JÚNIOR, Carlos Augusto. Vulnerabilidade e vida nua: bioética e biopolítica na atualidade. *Revista Saúde Pública*. 2007, vol.41, n.5, pp. 849-857.

FREIRE, Paulo. **Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação**. In BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FREITAS, Sara. **Nos labirintos da participação: um estudo de caso de uma ONG**

do campo democrático participativo, 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GAMSON, William A. **Talking Politics**. Cambridge: University of Cambridge (EUA), 1992.

GONDIM, Maria de Fátima Rocha; ARAÚJO, Iriane Teresa de; OLIVEIRA, Isabelle Almeida de. **A experiência da rede xique xique RN: entrelaçando agroecologia, feminismo e economia solidária**. *Cadernos de Agroecologia* - Vol 6, No. 2, Dez 2011.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização**. In SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HAHNER, June E. **A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981

HIRATA, Helena., **Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho**. In Emílio, Marli, Teixeira. Marilane, Teixeira. Nobre, Miriam. Godinho, Tatau (orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Características da População e dos Domicílios - Resultados do Universo**. Rio de Janeiro, 2010.

KERGOAT, Daniele. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In Emílio, Marli, Teixeira. Marilane, Teixeira. Nobre, Miriam. Godinho, Tatau (orgs.). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELLO, Sylvia Leser de; ARAÚJO, Lucia Benedito de Souza; SCHIMIDT, Virginia Luz; PÁTEO, Felipe Vella. **Mercado-escola: tecnologias sociais integradas para gerar oportunidades de trabalho**. Proposta - Revista Trimestral de Debate da Fase - Abril/junho - 2007 - Ano 31 - n. 112.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MONTERO, Maritza. **Una orientacion para la Psicologia Política em America Latina**. 1991

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Cidadania no feminino**. In PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2005.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. **As Organizações Não-Governamentais (ONGs) Feministas Brasileiras**. In XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú- MG

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?**. São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

PATEO, Felipe (2013). **Sentidos da economia solidária: limites e avanços dos**

trabalhadores sobre o controle do processo e do produto do seu trabalho.
Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina)- Universidade de São Paulo, São Paulo

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania.** São Paulo: Contexto, 2005.

PRADO, Marco Aurélio. **Psicologia Política e Ação Coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”.** Revista Psicologia Política, 2001.

Prefeitura Municipal de São Paulo. **Meu bairro, minha cidade: você também faz parte desta história.** São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2004.

PRESENÇA DA MULHER, Revista – Ano I, nº 04. Abril/Julho. São Paulo: Editora Liberdade da Mulher, 1987.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth, Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente)

SANDOVAL, Salvador. **The Crisis of the Brazilian Labor Movement and the Emergence of Alternative Forms of Working-Class Contention in the 1990s.** Revista de Psicologia Política, 1(1), 173-195, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna**. São Paulo: Estudos Avançados, 1988.

SARTI, Cynthia A. **O início do feminismo sob ditadura no Brasil: o que ficou escondido**. XXI Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association). Chicago, 24-26 de setembro de 1998.

SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

SCHMINK, Marianne. **Women in the Brazilian “abertura” politics**. Signs, 7 (1): 115-33, 1981.

SEGNINI, Lílíana. **Mulheres, mães, desempregadas: contradições de uma condição social**. In Emílio, Marli, Teixeira. Marilane, Teixeira. Nobre, Miriam. Godinho, Tatau (orgs.). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003

SEGUNDO, João Joaquim de Melo Neto; MAGALHÃES, Sandra. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento: Uma rede sob controle da comunidade**. Fortaleza: Instituto Palmas, 2006.

_____, João Joaquim de Melo Neto. **Bancos Comunitários**. In Le Monde Diplomatique, 2009. Disponível em <http://diplomatie.uol.com.br/artigo.php?id=430&PHPSESSID=726ce1cea7ec25bc237a594352cb438c>

_____, João Joaquim de Melo Neto; MAGALHÃES, Sandra. **O poder do circulante local: a moeda social no Conjunto Palmeira**. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2005.

SENAES/MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério do Trabalho e Emprego. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília: 2007.

SIGOLO, Vanessa M.; PATEO, Felipe, V. **Um estudo sobre desenvolvimento local solidário: conceitos e estratégias**. In Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (org.). Caminhos percorridos e construção coletiva: economia solidária na zona sul de São Paulo. São Paulo: ITCP-USP, 2010.

SILVA, Alessandro Soares da. **Consciência e participação política: uma abordagem psicopolítica**. Revista Interações, julho-dezembro, ano/vol. VI, número 012, 2001.

SILVA, Alessandro Soares da. **Marchando pelo Arco-íris da política: a parada do orgulho LGBT na construção da consciência coletiva dos movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal**, 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Alessandro Soares da. **O Processo de Onguização do Estado e dos Movimentos Sociais e o seu Impacto no Âmbito das Políticas Públicas**. In: XIV ABRAPSO, 2007, Rio de Janeiro. Anais do XIV ENcontro Nacional da Abrapso. Rio de Janeiro : ABRAPSO, 2007. v. unico.

SILVA, Alessandro Soares da. **Contribuições dos movimentos sociais para a desprivatização da ética na perspectiva da psicologia política**. In: SANTOS, Gislene Aparecida dos; SARTI, Flávia Mori (Orgs.). Ética, pesquisa e políticas públicas. Rio de Janeiro: Rubio, p. 37-58, 2010.

SILVA, Alessandro Soares da. 2012. **Psicologia Política, Movimentos Sociais e Políticas Públicas**. Tese de Livre Docência, Escola de Artes Ciências e Humanidades, Universidade de São paulo, São Paulo.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____, Paul. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In SANTOS, Boaventura de Sousa. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____, Paul. **Finanças Solidárias e Moeda Social**. In FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; DODL, Alessandra von Borowski (coord.). Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

_____, Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SINGER, Paul. **O feminino e o feminismo**. In SINGER, Paul e BRANT, Vinicius. São Paulo: O povo em movimento. Petrópolis: Editora Vozes, 1980

SPOSITO, Marília Pontes. **A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares**. São Paulo: Edusp, 1993.

TAVARES, Aline Godois; VASCONCELLOS, Bruna Mendes; COLOMBO, Camila Spinelli; BEZERRA, Elaine Mauricio; WIRTH, Ioli Gewerth. **O sexo da Economia Solidária – apontamentos a partir da Economia Feminista e da prática de incubação**. In Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital. RODRIGUES, Fabiana; NOVAES, Henrique; BATISTA, Eraldo (orgs). São Paulo: Outras Expressões, 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1947.

TOMIZAKI, Kimi Aparecida (2005). **Ser metalúrgico no ABC: Rupturas e continuidades nas relações intergeracionais da classe trabalhadora**. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

VASCONCELLOS, Bruna Mendes (2011). **Gênero, tecnologia e Economia Solidária: reflexões a partir da experiência de uma associação de mulheres rurais**. Dissertação (mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

VERONESE, Marília Veríssimo. **Psicologia Social e Economia Solidária**. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

WIRTH, Ioli Gewehr (2010). **As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem: um caminho para a construção da autogestão?** Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.s